



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA - IPOL

ANDRÉ LUIZ PIRES AZEVEDO

**Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC e o Poder
Legislativo: Um estudo de caso da atuação das entidades sindicais
empresariais do comércio**

Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, sob Orientação do Prof. Dr. Carlos Marcos Batista.

Brasília, maio de 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA - IPOL

ANDRÉ LUIZ PIRES AZEVEDO

**Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC e o Poder
Legislativo: Um estudo de caso da atuação das entidades sindicais
empresariais do comércio**

Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, sob Orientação do Prof. Dr. Carlos Batista.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 08/05/2009.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Marcos Batista (orientador)

Prof. Ph.D Juarez de Souza

Prof^a. Dra. Maria Alexandra da Cunha

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa, pais e irmã.

AGRADECIMENTOS

Existem pessoas em nossas vidas que nos deixam felizes pelo simples fato de terem cruzado o nosso caminho. Algumas percorrem ao nosso lado, mas outras apenas vemos entre um passo e outro. Todos aqueles que conheci me passaram um pouco de suas experiências, boas ou más, e me ajudam a construir o meu futuro.

Agradeço a Deus por minha vida e por todos aqueles que de alguma forma se fizeram presentes em minha história e tornaram este trabalho viável.

Aos meus pais, Luiz e Aldinéa, pelo amor incondicional, dedicação aos seus filhos e infindável exemplo de perseverança e obstinação.

Às minhas avós Lourdes e Ana pelo carinho e compreensão.

Aos meus familiares do Rio de Janeiro, Ceará, Paraná, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Ao meu orientador no mestrado, professor Dr. Carlos Marcos Batista, pela presteza e solicitude para comigo e com esta pesquisa. E a todos os demais professores do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília que colaboraram com a minha formação desde a minha graduação.

Aos professores Juarez de Souza e Maria Alexandra da Cunha que aceitaram prontamente ao convite de participar da Banca Examinadora desta dissertação.

Aos meus amigos e parentes, Andréa, Alan, André, Aline, Alexandre, Fernanda, Gustavo, Cris, Fernando, Patrícia, Solange, Ana Paula, Carlos, Helena, João, Julien, Murillo, Ana Camila, Juana, Adriano, Rafael, Lívia, Felipe, Fernandinha, Michel, Marcelo, Ambrosio, Vicente, Roberta, Márcio, Fabrício, Júnior, Waléria, Jacy, Ricardo, Aline, Joselita e Geraldo, que em todos os momentos estiveram presentes com a amizade e o companheirismo que me foram fundamentais nessa jornada.

Ao Guilherme pela paciência de revisar os meus textos e pelas sempre boas sugestões.

Ao Pedro e ao Fred pelos seus excelentes comentários, críticas e sugestões na reta final deste trabalho.

Às Instituições que me auxiliaram na execução desta obra: Fecomércio/RS, Fecomércio/PR e Fecomércio/RJ. Devo um agradecimento especial à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, na pessoa do Roberto Velloso, por permitir a flexibilização do meu horário laboral, possibilitando a

participação das aulas presenciais, tão importantes para a minha formação acadêmica, e por me munir de informações necessárias ao desenvolvimento deste trabalho. Quero lembrar das pessoas dessas Casas que ajudaram de alguma forma nesta pesquisa: Ana Paula, Rodrigo, Laura, Otávio, Edilene, Reiner, Eliane, Edith, Renata, Mônica, Fernando e Ênio.

À minha esposa, Simone, pelo apoio, estímulo, amor e paciência que faz a minha vida mais suave e feliz, sendo a minha inspiração em muitos momentos, inclusive na produção desta obra.

A todos que contribuíram de alguma forma para o meu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

VALEU!

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é correlacionar e avaliar as atividades de ação parlamentar dos grupos de pressão mantidos pelas entidades sindicais patronais do comércio com as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC disponibilizadas nos sítios eletrônicos do Poder Legislativo. A pesquisa detalha os impactos das TIC sobre suas assessorias legislativas. Foram estudadas as entidades classistas que representam o empresário do comércio de bens, serviço e turismo: a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, as Federações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. A partir do exame dos processos de trabalho das assessorias legislativas dessas entidades, bem como os seus instrumentos tecnológicos que auxiliam suas ações parlamentares e os dados extraídos dos portais das Casas Legislativas em que atuam, foi possível a construção de um índice que mensura a oferta de informações dos sítios em relação às necessidades das assessorias. Os portais pesquisados e avaliados foram os da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Assembléias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. Como resultado, observou-se que as TIC criaram novos canais de participação, facilitando a criação de assessorias técnicas com o objetivo de levar suas demandas aos agentes políticos, elevando o debate em torno das matérias legislativas e o próprio volume de informação na arena decisória. As entidades patronais, que representam o interesse do capital e até então hegemônicas na defesa de seus objetivos, começaram a investir em assessorias técnicas ao perceberem que suas ações passaram a gerar reações de outros grupos de pressão. Assim, o Sistema CNC-Sesc-Senac antecipou-se na qualificação de seus profissionais que desempenham ações parlamentares e no uso de TIC como instrumentos de gerenciamento de conteúdo, de produção e de propagação de conhecimento; de interlocução e de pressão. Conclui-se que a área de abrangência no acompanhamento legislativo e o sucesso das ações parlamentares dos grupos pesquisados são maiores, quanto melhores forem as TIC disponíveis.

Palavras-chave: Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, democracia, *lobby*, grupos de pressão, Poder Legislativo.

ABSTRACT

The main goal of this work is to evaluate and to interconnect the parliamentary actions' activities of interest groups kept by unions' trade of employers with the Information and Communication Technologies – ICT available on sites of Legislative. The research details the impact of ICT on legislative advisers. Have been studied union entities that represent employers of trade in goods, services and tourism: the National Confederation of Commerce of Goods, Services and Tourism (CNC, in Portuguese) and federations of commerce of goods, services and tourism of the States of Rio Grande do Sul, Paraná and Rio de Janeiro. It has been possible to construct a measure for sites quality about adviser's necessities after the data collected in the Legislative portals and the work process and technological means of legislative advisers of those entities had been examined. The following portals were studied and evaluated: House of Representatives (Câmara dos Deputados), Senate (Senado Federal) and Legislative Assemblies of the States of Rio Grande do Sul, Paraná and Rio de Janeiro. In the end it has been noticed that ICT have created new participation ways, promoting creation of technical advisers with objective to take their demands for political agents, increasing debate about legislative issues and volume of information at decision field. The employer entities, which represent the interests of capital and until then were hegemonic in defense of their objectives, started to invest in technical advisers because they realized that their actions started to generate reaction of other groups. In this way the CNC-Sesc-Senac system anticipated itself on qualification for their professionals that make parliamentary actions and on usage of ICT as a mean to content management, knowledge production and spread, interlocution and pressure. This research concluded that the scope in following of legislative and success of parliamentary actions of analyzed groups are as better as ICT availability.

Key words: Information and Communication Technologies – ICT, democracy, lobby, interest group, Legislatives.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE QUADROS	X
LISTA DE QUADROS	X
LISTA DE FIGURAS	XI
LISTA DE GRÁFICO	XII
LISTA DE SIGLAS	XIII
1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Relevância do Tema.....	14
1.2 Formulação do Problema	15
1.3 Objetivos da Pesquisa.....	19
1.3.1 Objetivo Geral.....	19
1.3.2 Objetivos Específicos.....	19
1.4 Metodologia.....	20
1.4.1 Tipologia da Pesquisa.....	20
1.4.2 Métodos Adotados na Pesquisa	21
1.4.3 Limitações da Metodologia	27
1.5 Organização da Dissertação	28
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	32
2.1 Introdução	32
2.2 Democracia Representativa	33
2.3 Democracia e Teoria das Elites.....	35
2.4 Capital Social, Ação Coletiva e Participação.....	38
2.5 Grupos de Pressão e <i>Lobby</i>	40
2.6 Democracia Digital	42
3 AÇÕES PARLAMENTARES EM ÂMBITO FEDERAL	48
3.1 Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC.....	48
3.2 História da CNC.....	52
3.3 Assessoria Junto ao Poder Legislativo – Apel.....	55
3.3.1 Sistema de Informação Parlamentar – SIP.....	59
3.3.1.1 Processos de Trabalho no SIP.....	63
3.3.2 Ação Parlamentar da Apel.....	64
3.3.3 Projeto Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas (SIP/UF).....	66
4 AÇÕES PARLAMENTARES EM ÂMBITO ESTADUAL.....	70
4.1 A Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro – Fecomércio/RJ.....	70
4.1.1 Assessoria Parlamentar.....	71
4.1.1.1 Sistema de Informação Parlamentar do Rio de Janeiro (SIP/RJ)	72
4.1.1.2 Ação Parlamentar da Assessoria da Fecomércio/RJ ..	73
4.2 A Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul – Fecomércio/RS	74

4.2.1 Assessoria Parlamentar – Aspar	75
4.2.1.1 Sistema de Informação Parlamentar do Rio Grande do Sul (SIP/RS)	76
4.2.1.2 Ação Parlamentar da Aspar.....	77
4.3 A Federação do Comércio do Paraná – Fecomércio/PR.....	79
4.3.1 Projeto Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas (SIP/UF) no Paraná	79
5 AVALIAÇÃO DO CONTEÚDO DOS PORTAIS DOS LEGISLATIVOS E DAS ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS LEGISLATIVAS	81
5.1 Avaliação dos Portais das Casas Legislativas	81
5.2 Avaliação das Atividades de Ação Parlamentar das Assessorias do Comércio	89
5.2.1 Assessoria Junto ao Poder Legislativo (Apel) da CNC.....	90
5.2.2 Assessoria Parlamentar da Fecomércio/RJ.....	92
5.2.3 Assessoria Parlamentar (Aspar) da Fecomércio/RS.	92
5.2.4 Caso Fecomércio/PR.....	93
6 COMPARAÇÃO ENTRE AS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELOS PORTAIS DAS CASAS LEGISLATIVAS E A ESTRUTURA, ATIVIDADES E AÇÕES PARLAMENTARES DAS ASSESSORIAS LEGISLATIVAS.....	96
6.1 Comparação entre as Assessorias do Sistema CNC	96
6.2 Comparação entre os portais da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembléias Legislativas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná	99
6.3 Comparação entre as atividades das Assessorias do Sistema CNC e o conteúdo ofertado pelos portais dos Legislativos Federal, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e do Paraná.....	102
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE PORTAIS	125

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Variáveis utilizadas para construção do índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão	22
QUADRO 2 – Observância das variáveis da instituição legislativa nos portais pesquisados	82
QUADRO 3 – Observância das variáveis do processo legislativo nos portais pesquisados	84
QUADRO 4 – Observância das variáveis de serviços prestados nos portais pesquisados	86
QUADRO 5 - Consolidação de variáveis para a formação do índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão	87
QUADRO 6 - Comparação entre as assessorias pesquisadas	99
QUADRO 7 – Quantidade de acesso de visitas ao portal da Câmara dos Deputados	108

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Visualização da Assessoria junto ao Poder Legislativo - Apel na estrutura hierárquica da CNC.....	57
FIGURA 2: Diário Legislativo da CNC - DLG.	58
FIGURA 3: Página inicial do Sistema de Informação Parlamentar - SIP.....	59
FIGURA 4: Visualização de proposição no Sistema de Informação Parlamentar – SIP.	60
FIGURA 5: Visualização de proposição no Sistema de Informação Parlamentar - SIP (continuação).	61

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Ordenamento dos portais dos Legislativos com base no índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão.	88
---	----

LISTA DE SIGLAS

Alep – Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
Alerj – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;
Apel – Assessoria Junto ao Poder Legislativo;
Aspar – Assessoria Parlamentar;
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça;
CD – Câmara dos Deputados;
CNA – Confederação Nacional da Agricultura;
CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo;
CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras;
CNI – Confederação Nacional da Indústria;
CNT – Confederação Nacional dos Transportes;
DLG – Diário Legislativo;
DRG - Departamento de Relações Governamentais;
Fecomércio – Federação do Comércio;
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
Renalegis - Rede Nacional de Assessorias Legislativas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo;
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
Sesc – Serviço Social do Comércio;
SF – Senado Federal;
Sicomercio - Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio;
SIP – Sistema de Informação Parlamentar;
SIP/UF – Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas;
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Relevância do Tema

A revolução tecnológica mudou muitos paradigmas da nossa sociedade, principalmente com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). As TIC facilitaram a interlocução entre os governos e os governados, aumentaram a transparência estatal e possibilitaram a prestação de serviços públicos de forma mais ágil, econômica e abrangente.

O Poder Legislativo brasileiro está alterando a sua forma de comunicação com a sociedade, além de inserir novos conteúdos, que facilitam a fiscalização das atividades por parte da população dos seus agentes políticos, os canais de interlocução ganharam velocidade, maior capacidade de inserção de novos atores e difusão de informação, com a utilização da internet.

A internet, segundo Manuel Castells (2003), não é só uma tecnologia, é um meio que vem transformando a nossa sociedade mediante a introdução de novas maneiras de produzir e de se relacionar. A rede tem a capacidade de provocar e modelar transformações econômicas e sociais que estão nos encaminhando a uma nova era: A Era Internet.

A democracia é uma das teorias mais pesquisadas e debatidas da Ciência Política, possuindo muitas vertentes. Temas como *accountability*, participação, representação, capital social, ação coletiva, grupos de pressão e *lobby* estão ligados diretamente à teoria democrática.

Não são poucas as assertivas que atestam uma revitalização da democracia e de suas instituições com o advento das novas Tecnologias de Comunicação e Informação, mais destacadamente a internet.

Admite-se que a presença das TIC trará novo alento às relações na política, permitindo a participação direta dos cidadãos nos sistemas de governo, reduzindo intermediações e, assim, otimizando o processo representativo, mas sobretudo, ampliando o processo participativo, expandindo e consolidando a democracia. As TIC, também, poderão ampliar o poder dos grupos que já participam do jogo do poder, bastando que esses atores dominem o uso das tecnologias.

Diante desse quadro, os movimentos de reivindicação são uma tentativa de participação nas tomadas de decisão ou gestão das decisões e são formas de

partilha do poder. Tanto os movimentos que têm avançado em relação ao poder, quanto aqueles que alcançaram parcelas de poder fazendo-se representar por meio de suas lideranças, pretenderam reduzir a centralização da tomada de decisões nos governos bem como ampliar sua margem de participação nesses mesmos governos.

Nesse contexto, toma-se a tarefa de refletir sobre algumas das implicações geradas pelas novas tecnologias de comunicação no campo da política, como a análise das atividades de *lobby* de grupos sindicais com a utilização de diferentes tecnologias disponibilizadas pelas casas legislativas do Brasil.

1.2 Formulação do Problema

Diversos grupos de pressão, como as entidades sindicais patronais, têm participado do processo político, levando suas demandas aos representantes da sociedade nos parlamentos de regimes democráticos.

A democracia com a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC pode proporcionar novas maneiras para que os cidadãos e entidades consigam atingir os mesmos objetivos da democracia representativa tradicional, ou seja, as TIC podem criar novos canais de interlocução entre a sociedade e seus representantes, servindo como catalisadora do processo de compreensão das demandas da sociedade pelos agentes políticos. A democracia digital tem como suposição básica a existência de um conjunto de instrumentos ou Tecnologias de Informação e Comunicação que permitem ao cidadão e aos grupos a sua interação direta e freqüente com as instituições governamentais. Nesse contexto, pode ser entendida como uma melhoria dos canais de comunicação da democracia representativa, uma vez que esse conjunto de ferramentas pode permitir aos atores da sociedade adquirir maiores e mais completas informações e expressar suas opiniões, desejos, manifestações e orientações de rumo para o seu governo.

É necessário averiguar se as TIC incrementaram as atividades dos grupos de pressão e de que forma. As atividades dessas assessorias empresariais estão correlacionadas com os dados advindos das TIC que são ofertados à sociedade pelas Casas Legislativas?

A dissertação descreve as atividades de *lobby* de grupos classistas, mais especificamente as atividades de ação parlamentar da Confederação Nacional do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC e das Federações do Comércio do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro em seus respectivos Legislativos. Considera-se para este trabalho a ação parlamentar como sendo a atividade de intermediação de interesses em favor do empresariado do comércio brasileiro e do próprio Sistema CNC-Sesc-Senac, ou seja, a ação parlamentar é recurso de poder para gerar convergência de interesses pela causa defendida.

A ação parlamentar pode ser dividida em três grupos básicos: o primeiro refere-se à afirmação institucional, ou seja, aquela utilizada para promover a instituição e seus trabalhos, como visitas técnicas, viagens que levam os decisores políticos a determinado local para que tenham a possibilidade de verificar os trabalhos realizados pela entidade; seminários, palestras e eventos que abordem temas relacionados aos interesses institucionais da entidade; e reuniões com os agentes políticos e burocratas no intuito de mobilizá-los para alguma causa institucional.

O segundo grupo de ação parlamentar é a atuação nas proposições legislativas com o objetivo claro de aprovar, rejeitar ou modificar certo texto de matérias legislativas. Essa ação pode ser o contato direto com parlamentares, assessores e burocratas no intuito de convencê-los das razões propostas; formulação e entrega de material técnico e analítico sobre os impactos que determinada proposição pode causar a certo segmento da sociedade; mobilização de parlamentares para votações específicas, por contato direto ou por telefone; e participação de audiências públicas, demonstrando o posicionamento em relação a certo tema ou projeto de lei. O ato de protelar o andamento de uma proposição contrária aos interesses do grupo de pressão em seu processo legislativo também é considerada uma ação parlamentar, podendo se dar pelo convencimento de parlamentares que o cenário político inviabiliza a votação ou na busca constante de brechas regimentais que favoreçam a morosidade do andamento da matéria legislativa ou por solicitações constantes de audiências públicas e novos despachos para outras comissões temáticas não elencadas anteriormente com a responsabilidade de deliberar sobre a proposição.

O terceiro, e último, grupo da ação parlamentar é a divulgação do pensamento da instituição para determinados temas. Isso pode ocorrer por publicações de livros, periódicos, notícias, estudos, entre outros; seja por meio impresso ou digital.

Assim, uma ação parlamentar pode gerar outras atividades legislativas dependendo do seu resultado e do interesse no momento. A ação parlamentar institucional e a de divulgação são constantes e rotineiras. Já as ações em proposições são pontuais e encerram-se quando uma matéria legislativa é arquivada ou transformada em norma jurídica.

Este trabalho não busca aprofundar a conceituação de *lobby* ou tratar de sua regulamentação, que se encontra estagnada no Congresso Nacional há vários anos com, pelo menos, doze proposições legislativas dos mais diversos autores e partidos¹. A proposta da pesquisa é debater a influência de grupos de pressão do comércio nos processos decisórios dos Legislativos com o uso de informações técnicas, transparentes e éticas advindas das Tecnologias de Informação e Comunicação.

O objetivo é entender quem são esses grupos, suas histórias e seus objetivos, bem como compreender sua atividade nos diversos parlamentos que atuam.

Parte-se do pressuposto que a atividade parlamentar é influenciada pelas informações adquiridas e manipuladas pelos grupos de pressão, que se municiam de informações qualificadas, claras e persuasivas no intuito de terem suas reivindicações acatadas pelos parlamentares e tomadores de decisão. Assim, a informação com credibilidade é a principal ferramenta dos grupos de pressão.

Dessa forma, o estudo analisa a principal fonte de informações para os grupos pesquisados: os portais eletrônicos das Casas Legislativas em que desempenham seu poder de convencimento. Mensuram-se e qualificam-se os sítios em conformidade com as necessidades dos grupos de pressão estudados.

Executa-se uma classificação dos sítios legislativos pesquisados e compara-se com as atividades das assessorias legislativas dos grupos de pressão abordados. O objetivo é traçar uma conectividade entre as informações ofertadas pelos portais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro com o desenvolvimento das atividades dos lobistas e de suas organizações.

¹ Consulta feita nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em agosto de 2008.

Detalham-se as atividades e os métodos de trabalho das assessorias envolvidas nesta pesquisa, observando e diferenciando as atividades internas e o processo de tomada de decisão antes das ações parlamentares; as atividades de campo; o *lobby*; e os resultados desejados e alcançados.

Assim, além da análise das atividades desenvolvidas pelas assessorias legislativas de algumas entidades sindicais empresariais do comércio, pesquisam-se os sítios dos Legislativos. Esses portais são uma forma de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, porém não são os únicos debatidos na pesquisa. Também é considerado o Sistema de Informação Parlamentar – SIP, que é uma ferramenta tecnológica desenvolvida pela CNC que gerencia e torna possível a produção de conhecimento com base nas informações legislativas.

Descreve-se, também, nesta dissertação, a atividade de *lobby* de grupos que representam os empresários do comércio no regime democrático brasileiro, onde a democracia representativa é indissociável da participação de grupos de pressão, e demais atores, que buscam intervir na formulação da agenda, gerando competição na arena política pelo poder decisório no intuito que seus interesses prevaleçam sobre os demais. O estudo dá um enfoque nas TIC e de que forma elas impactam as atividades de ação parlamentar, buscando-se entender a importância das TIC na evolução e no desempenho das assessorias empresarias do comércio.

Também são debatidos os motivos que levam grupos econômicos, até então considerados hegemônicos, que defendem os interesses de atores considerados membros da elite nacional, a elevarem seus gastos na formação de assessorias legislativas mais especializadas e investirem em tecnologia para a produção, gerenciamento e divulgação de conteúdos legislativos.

Hipótese 1: O conteúdo dos sítios eletrônicos dos Legislativos impacta diretamente a estrutura e os procedimentos das assessorias legislativas das entidades sindicais do empresariado do comércio e o desenvolvimento de suas ações parlamentares.

Hipótese 2: Um portal legislativo com baixa qualidade de informação e dados dificulta a criação e manutenção de uma assessoria legislativa técnica, uma vez que os custos para o acompanhamento e atuação no parlamento tendem a crescer quanto menor for a qualidade do sítio eletrônico.

Hipótese 3: As Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC proporcionam aos grupos que já exerciam atividades de convencimento no Poder Legislativo um acompanhamento mais abrangente das proposições legislativas.

1.3 Objetivos da Pesquisa

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar se as Tecnologias de Informação e Comunicação têm contribuído para o aperfeiçoamento do processo interativo no regime democrático brasileiro no âmbito do Poder Legislativo e das ações parlamentares desenvolvidas pelos atores que representam os empresários do comércio de bens, serviços e turismo do país.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Compreender as atividades de *lobby* das assessorias legislativas das entidades sindicais representativas dos empreendedores do setor terciário.
- Criar um índice de mensuração da oferta de informações pelo portal da Casa Legislativa em conformidade com as necessidades dos grupos de pressão e avaliar os sítios eletrônicos desses Legislativos com base nesse índice.
- Identificar se há correlação entre um baixo índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão e empecilhos para se manter uma assessoria legislativa.
- Verificar se a participação política modificou-se com a introdução das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, encontrando diferenças e semelhanças nas ações parlamentares dos grupos que atuam no Poder Legislativo conforme a oferta de informações viabilizadas pelas TIC nas casas legislativas.
- Averiguar se os custos da participação diminuíram com a introdução das TIC, favorecendo uma maior intervenção nos Legislativos dos grupos de pressão.

1.4 Metodologia

1.4.1 Tipologia da Pesquisa

Para analisar os impactos das TIC sobre os grupos de pressão no desempenho de suas atividades de convencimento, a pesquisa utiliza como metodologia o estudo de caso. Essa metodologia possibilita que a investigação científica mantenha as características significantes e holísticas dos eventos do mundo real. Apesar das críticas ao uso do estudo de caso, como por exemplo a falta de rigor ou a restrita base para generalizações, o estudo de caso vem cada vez mais sendo utilizado como pesquisa empírica no campo das ciências sociais (YIN, 2002).

A pesquisa focaliza quatro unidades de análises, o que caracteriza o desenho do estudo de caso como simples e incorporado, isto é, dentro de um caso único, se dá atenção a várias unidades.

As unidades de análise são a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro, Federação do Comércio do Estado do Paraná e Federação do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente, as suas assessorias legislativas. A CNC foi incluída no estudo porque possibilitou a comparação de uma assessoria legislativa já consolidada há alguns anos com as demais assessorias das Federações que estão em fase de amadurecimento. Nesse sentido, cabe estudar o Poder Legislativo na qual essas instituições atuam e as suas ofertas de informações por meio de seus sítios eletrônicos, ou seja, Senado Federal; Câmara dos Deputados; Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A opção por esse recorte deve-se à importância desses atores no cenário político brasileiro, uma vez que representam os empresários responsáveis por 55,1%² do Produto Interno Bruto sob a ótica da produção; pela possibilidade de avaliar a evolução das ações parlamentares a partir do Projeto Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas - SIP/UF, que se desenvolve há

² Percentual divulgado no Portal da CNC, segundo os dados das contas nacionais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

mais de três anos, desde o segundo semestre de 2005; e por acreditar que há a possibilidade de verificação de contrastes entre as atividades de *lobby* das entidades e que essas diferenças podem ser explicadas pelos distintos conteúdos e serviços disponibilizados pelas Casas Legislativas em seus sítios eletrônicos, bem como pela familiaridade com a temática conquistada com atividade laboral, já que o pesquisador é responsável pela implementação de assessorias legislativas, e da ferramenta tecnológica, nas Federações do Comércio.

Assim, a pesquisa concentrou-se em mensurar qualitativamente, inclusive com a criação de um índice, os sítios dos Legislativos envolvidos na pesquisa. Ressalta-se que no processo de construção índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão há técnicas quantitativas básicas.

1.4.2 Métodos Adotados na Pesquisa

A pesquisa não se limita a uma única tipologia de análise, são incorporados aspectos da revisão documental, pesquisa bibliográfica, avaliação quantitativa e qualitativa de conteúdo e realização de entrevistas, haja vista, a preocupação com a validade interna e externa e a confiabilidade do estudo.

Primeiramente, foram definidas as variáveis qualitativas a serem utilizadas na construção do índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão com base nas entrevistas feitas com os assessores legislativos da Confederação e das Federações, verificando suas necessidades e de suas assessorias. A importância dos dados extraídos dos portais para a operacionalização do Sistema de Informação Parlamentar - SIP, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, e do Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas – SIP/UF, das Federações do Comércio pesquisadas, também foi levada em consideração.

Em seguida, foi elaborada uma análise do conteúdo dos portais legislativos selecionados que tomou por base as variáveis definidas nas entrevistas com os assessores das entidades sindicais patronais que auxiliaram a mensuração dos sítios em relação à oferta de informações e serviços por meio do Quadro de Indivíduos e Variáveis – QIV, que definiu se o portal apresenta, ou não, uma boa qualidade de TIC. Logo, foi possível a comparação entre os sítios dos Legislativos,

pois se determinou quais são os portais que mais auxiliam os grupos de pressão em suas atividades de *lobby*, como também a análise dos trabalhos desenvolvidos pelos diversos grupos envolvidos na defesa de seus interesses nos distintos legislativos, comparando suas estruturas de trabalho com as TIC e sítios eletrônicos disponíveis.

As variáveis foram divididas de acordo com o quadro 1:

QUADRO 1 – Variáveis utilizadas para construção do índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão

Variáveis da Instituição Legislativa
Constituição
Regimento Interno
Composição da Casa
Partidos políticos
Lideranças
Blocos parlamentares
Frentes parlamentares
Parlamentares
Comissões
Órgãos administrativos
Institucional
Indicadores de desempenho
Legislaturas anteriores
Variáveis do Processo Legislativo
Pautas
Audiências públicas
Proposições novas
Avulso original
Autor
Despacho
Órgãos deliberativos
Relatores
Pareceres apresentados
Pareceres aprovados
Emendas
Votações
Tramitação
Variáveis de Serviço Prestados
Aviso sobre alterações nas proposições
Imagem e áudio das reuniões e sessões
Acesso aos Órgãos da Casa
Acesso aos parlamentares
Agência de notícias

Fonte: Dados do autor, 2009.

Todos esses dados são necessários para traçar a estratégia de uma ação parlamentar, visualizar cenários e atenuar incertezas, conforme as entrevistas realizadas com os assessores legislativos.

As variáveis contidas no grupo instituição legislativa auxiliam não somente os grupos de pressão, mas toda a sociedade. São fontes de informação e de cidadania.

Assim, possuir a Constituição Federal e o seu próprio Regimento Interno disponibilizados em seus portais favorece o entendimento das competências do Poder Legislativo pela população, além de contribuir para dirimir dúvidas dos consultores e lobistas sobre as atividades do Legislativo.

A informação sobre a composição da Casa Legislativa, dos partidos políticos que a integram, das lideranças, dos blocos parlamentares, das frentes parlamentares, dos próprios parlamentares, de seus órgãos técnicos e das comissões deliberativas são informações que ajudam a compreender os arranjos políticos e, também, facilitam a percepção de algumas das motivações e ações dos atores políticos.

Por exemplo, ter a informação que determinado político possui interesses semelhantes aos empresários por ser membro de uma Frente Parlamentar de apoio à micro e pequena empresa é saber que dificilmente esse parlamentar votará contra os empresários em matérias tributárias. Uma vez que ingressa nessa Frente, o político se mostra um defensor das empresas e um dos maiores interesses dos empresários brasileiros é a redução da carga tributária. Se esse parlamentar não pertencer à base do Governo as chances dele deliberar em conformidade com os interesses dos micro e pequenos empreendedores aumentam, pois historicamente a oposição possui um discurso de redução da carga tributária, ao contrário dos integrantes do Governo que normalmente querem a manutenção ou a elevação dos impostos.

As variáveis institucionais, informações das legislaturas anteriores e indicadores de desempenho, são as que propiciam o entendimento da importância das atividades do Poder Legislativo, da sua finalidade, do seu histórico, da sua evolução, da sua produção, dos seus objetivos e metas. São dados a serem considerados na produção de conhecimento, como pesquisas comparativas em que se determinam os motivos de elevação, ou declínio, da produção legislativa ou por pesquisas que ao analisar o passado da Casa Legislativa tornam possível identificar um perfil desse Poder; se outro Poder detém a agenda do Legislativo; quanto tempo uma proposição tramita por completo na Casa, em média; que tipo de parlamentar é mais influente em determinada área de articulação; entre outros.

Já as variáveis do processo legislativo são as mais utilizadas na formulação da ação parlamentar, pois elas subsidiam, na maior parte das vezes, a decisão de agir, ou não, nos parlamentos com o objetivo de influenciar as decisões dos agentes

políticos. As variáveis foram selecionadas com base na necessidade e no uso pelas assessorias pesquisadas. São elas:

- As pautas que possibilitam ao assessor ter conhecimento prévio dos projetos que estão previstos para serem deliberados nas comissões e no Plenário;
- A informação sobre as audiências públicas, sendo semelhante à anterior, uma vez que o lobista terá ciência de quais audiências públicas serão realizadas nas comissões, quais temas serão abordados e quem são os convidados para discutir as propostas apresentadas. As audiências públicas são importantes instrumentos para antever pensamentos, ações e cenários políticos dos mais diversos atores que agem nos parlamentos. São uma rica fonte de informação para o desenvolvimento de ações parlamentares. Com a informação prévia a entidade pode solicitar a sua participação na audiência para contrapor idéias, ou para apoiar o grupo de expositores já divulgado. Caso não queira participar da Mesa de Apresentação, poderá apenas acompanhar o evento e o seu debate;
- As principais informações desse grupo, e as mais utilizadas, são as que tratam das proposições legislativas. Primeiramente, há os dados dos projetos novos, como: número, autor, texto original (avulso), despacho inicial (informação das comissões que deliberarão a matéria), data de apresentação. O número das matérias legislativas e a data de apresentação estão contidos na variável “proposições novas”. As demais informações são variáveis independentes. Num segundo instante, existe a necessidade da verificação dos dados da tramitação das matérias legislativas para se atualizar, analisar, apoiar ou corrigir o seu andamento legislativo, são eles: órgãos deliberativos, composição das comissões, data de início e término da tramitação em determinada comissão, relator, emendas, parecer apresentado e voto em separado, parecer aprovado, votações, número na Casa Revisora (se for o caso), determinações da Mesa Diretora (informações das atividades administrativas) e prazo para emendas e recursos. A variável “pareceres apresentados” mostra tanto os pareceres, quanto os votos

em separado apresentados pelos parlamentares. Os dados de data de início e término de uma ação dentro do processo legislativo, número na Casa Revisora, prazos para emendas e recursos, e determinações da Mesa Diretora são abrangidos pela variável “tramitação”.

O último bloco de variáveis refere-se às que identificam os serviços oferecidos pelos portais legislativos pesquisados. Esses serviços são fundamentais para o desenvolvimento das atividades de assessoria legislativa e facilitam suas atividades de coleta de dados e de influência dos Legislativos.

As duas primeiras variáveis identificam se há acesso, por e-mail ou via portal, aos diversos órgãos do Legislativo e aos seus parlamentares. Esse serviço facilita a interlocução do grupo de pressão com o parlamento, evitando constantes visitas presenciais e otimizando o tempo dos seus interlocutores.

A terceira e a quarta variável são essenciais aos grupos de pressão, mesmo aqueles que possuem condições privilegiadas, já que os recursos são escassos e não é possível manter vários funcionários acompanhando todas as atividades legislativas simultaneamente, como é o caso da deliberação de matérias legislativas em diversas comissões no mesmo dia e horário. Assim, informações das atividades do Legislativo disponibilizadas em seu sítio, em tempo real, por uma agência de notícia própria e a imagem e o áudio das Reuniões e Sessões ocorridas nos parlamentos são importantes para a atividade de *lobby*.

A quinta variável foi identificada como uma facilitadora das atividades internas das assessorias, principalmente no que diz respeito à manutenção das informações atualizadas no SIP e SIP/UF. O alerta, via e-mail ou qualquer outro meio, da movimentação dos projetos que são acompanhados por essas assessorias faz com que a atualização do banco de dados seja focada, sem a necessidade da verificação total das proposições cadastradas, otimizando as atividades de manutenção das informações e tornando a atualização mais célere. Assim, os funcionários da CNC não precisam acessar todas as onze mil proposições cadastradas em seu sistema para atualizar suas tramitações com novas informações do processo legislativo. Os técnicos da Apel somente verificam e atualizam as matérias legislativas indicadas pelo serviço de alerta, via e-mail, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que, em média, indica 200 proposições por dia.

Com esses três grupos de variáveis foi possível para este trabalho construir o índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão que avalia os sítios legislativos em conformidade com os anseios dos grupos de pressão.

Ressalta-se que a pesquisa da qualidade das informações disponibilizadas nos portais legislativos foi realizada nos meses de março e abril de 2008.

Quanto à pesquisa nas assessorias, a estratégia adotada foi a aplicação de entrevista semi-estruturada com os atores responsáveis pela elaboração, monitoramento, implementação e avaliação das ações parlamentares de suas entidades. No entanto, o roteiro das entrevistas possui graus distintos de estruturação, isto é, possui perguntas mais fechadas (próximas de questionários) e mais abertas, possibilitando mais liberdade aos entrevistados de exporem suas opiniões.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados muito utilizadas no âmbito das ciências sociais (LINTZ e MARTINS, 2000). Assim, a opção pelo uso de entrevistas se deve em função da sua capacidade de obtenção de informações sobre o que os pesquisados sabem, crêem, fazem, possuem, entre outros.

As vantagens no uso dessa técnica são: 1. Possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; 2. É uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; 3. Os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação; 4. Comparada à aplicação de questionário, oferece uma flexibilidade maior, uma vez que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista.

As “pessoas-chave” entrevistadas foram: os responsáveis pelas assessorias legislativas e os técnicos que desempenham funções de alta relevância nas assessorias legislativas de suas organizações.

A entrevista inicial foi realizada pessoalmente no mês de abril de 2008. Em seguida, houve alguns contatos telefônicos com o intuito de atualizar os dados recebidos, haja vista que as entrevistas por cartas ou e-mail são pouco efetivas, pois resultam em altas taxas de não-resposta.

A partir das entrevistas, foi possível absorver a percepção desses atores sobre o impacto das TIC em suas atividades de assessoramento. As informações extraídas propiciaram um mapeamento dos avanços, dificuldades encontradas e

desafios da implementação das TIC como instrumento de prestação de contas e disseminador de informações do Poder Legislativo. Neste sentido, o roteiro das entrevistas versou sobre os seguintes aspectos:

- Efetividade dos dados apresentados pelas Casas Legislativas;
- Eficiência das ações parlamentares;
- Custos e velocidade da implementação das ações;
- Planejamento e tratamento dos dados obtidos;
- Verificação dos resultados obtidos;
- Avanços, dificuldades e desafios em relação às TIC e ao Legislativo;
- Transparência e *accountability*.

Por fim, em relação à revisão bibliográfica, no capítulo específico do referencial teórico, são abordadas as teorias relacionadas à participação inserida na democracia representativa, principalmente no que tange aos grupos de pressão e ao *lobby*, bem como referente à democracia digital e seus meios de participação por intermédio das Tecnologias de Informação e Comunicação.

1.4.3 Limitações da Metodologia

A opção por analisar apenas algumas entidades sindicais empresariais do comércio de bens, serviços e turismo deve-se ao Projeto do Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas - SIP/UF; onde as Fecomércios do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná foram as primeiras participantes; e à inviabilidade de uma avaliação mais ampla contemplando demais entidades empresarias e da sociedade civil, bem como assessorias privadas que representam o interesse de empresas específicas devido aos elevados custos que a pesquisa necessitaria. Para esse estudo mais amplo, seria necessário também mais tempo para as atividades da pesquisa do que o destinado a uma dissertação de mestrado.

Outra limitação é o fato de não existirem amplas publicações sobre o tema em estudo. Diferentemente das teorias tradicionais da Ciência Política, que são centenárias, o debate a respeito da democracia digital é recente, principalmente aquele que envolve participação de grupos de pressão em democracias

representativas com o auxílio das TIC. Assim, é possível considerar a abordagem da dissertação inovadora.

As assessorias em análise são pertencentes a organizações fechadas e tradicionais, o que dificulta a obtenção de informações de suas atividades. Não há interesse dessas entidades em divulgar seus processos de trabalho, suas estruturas de acompanhamento legislativo e suas ações parlamentares.

Cabe ressaltar algumas limitações e dificuldades do uso de entrevistas semi-estruturadas destinadas aos assessores do Sistema CNC:

- Elaboração de questões neutras que não influenciem as respostas dos entrevistados;
- Ordenamento das questões de modo a facilitar a seqüência dos resultados;
- Preocupação dos entrevistados em apresentar comportamento e opiniões dissonantes da orientação estratégica da cúpula de sua entidade;
- Respostas omissas ou parcialmente verdadeiras;
- Falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas que lhe são feitas.

Em relação aos portais eletrônicos, eles possuem a característica de constantes atualizações, gerando a necessidade de análises periódicas com o objetivo de identificar mudanças ocorridas em seus índices de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão. Porém, pela escassez de tempo e de recursos, isso não foi possível e a pesquisa restringiu-se em avaliar apenas o período de março e abril de 2008.

1.5 Organização da Dissertação

O trabalho está organizado em sete capítulos. O primeiro é esta introdução, contendo a relevância do tema, a formulação do problema e das hipóteses, os objetivos do estudo, a metodologia utilizada na pesquisa e a organização do trabalho.

O capítulo dois proporciona o suporte teórico à pesquisa, com a discussão de democracia representativa; democracia e teoria das elites; capital social, ação coletiva e participação; grupos de pressão e *lobby*; e democracia digital.

O terceiro capítulo trata das ações parlamentares em âmbito federal, descrevendo a entidade sindical de representação empresarial do comércio de maior grau, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, mostrando sua formação, história, atividades e objetivos. Nesse momento, também, é visto os motivos da formação da Assessoria Junto ao Poder Legislativo – Apel, bem como suas atividades passadas e atuais. Detalha-se seus métodos de trabalho, o fluxo de informação dentro da Assessoria, seu processo decisório, suas ações parlamentares e seus resultados.

A parte tecnológica e o uso de TIC pela Apel são vistos, principalmente, com o detalhamento dos trabalhos desenvolvidos no Sistema de Informação Parlamentar – SIP, ferramenta digital da Assessoria onde são gerenciadas as informações legislativas, proporcionando produção de novas informações e conhecimentos que são divulgadas pelo próprio SIP.

Também neste capítulo, é abordado o Projeto SIP/UF (Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas), que deu origem ao acompanhamento legislativo em algumas Assembléias Legislativas. Esse projeto, desenvolvido pela CNC, visa formar assessorias legislativas nas Federações do Comércio para atuarem em seus Legislativos estaduais e municipais. Além disso, a CNC forneceu ferramentas para o monitoramento das atividades parlamentares e qualificou os funcionários dessas Federações para o desempenho das atividades de convencimento e defesa dos interesses do Sistema CNC-Sesc-Senac nos Legislativos locais.

O quarto capítulo aborda as ações parlamentares desenvolvidas nas Casas Legislativas estaduais pelas Federações do Comércio. Assim, procura-se descrever quem são as entidades sindicais do empresariado do comércio em âmbito estadual, suas origens, sua representatividade, seus produtos e serviços, seus objetivos como entidade representativa, seus desafios, sua estrutura, seus interesses e como é feita a defesa dos mesmos.

Debate-se a formação de suas assessorias legislativas, seus métodos de trabalho e atuação nos Legislativos, suas propostas, os perfis dos funcionários que estão abrangidos em sua estrutura de assessoria legislativa, suas atividades

internas, seus instrumentos de trabalho, as Tecnologias de Informação e Comunicação que utilizam e suas ações parlamentares, seus resultados e seus dados. Dessa forma, é possível identificar quem são, o que representam, quais são seus objetivos e como atuam na defesa de seus interesses, com o uso das TIC, nas Assembléias Legislativas dos respectivos estados.

Em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação utilizadas na intermediação de interesses, é abordado tanto o seu sistema de gerenciamento de informações legislativas, quanto o grau de dependência dos sítios das Casas Legislativas na aquisição de informações para a sua atividade.

No que concerne ao Sistema de Informação Parlamentar - SIP das Federações, inicialmente são estudadas as informações manipuladas pelo sistema, sua capacidade como ferramenta organizacional e de transparência, seus processos de trabalho e seus recursos operacionais, como, também, sua origem e objetivos. Num segundo momento, são analisados quais foram os benefícios proporcionados por essa ferramenta tecnológica e seus impactos nas atividades dos grupos de pressão estudados, além de verificar de que forma os dados armazenados foram adquiridos e qual a importância das informações ofertadas pelos portais dos Legislativos estaduais.

Assim, o terceiro e o quarto capítulos abordam os entes pesquisados e suas ações parlamentares, tanto em âmbito federal, quanto em âmbito estadual. A análise é abrangente, não apenas focada na atuação pontual dos grupos de pressão, visualizando os trabalhos preparatórios para atuação de convencimento junto aos decisores, a ação parlamentar e seus resultados.

O quinto capítulo trata da avaliação adotada na pesquisa dos portais legislativos, dos grupos de pressão e de seus resultados. A forma como foram avaliados os sítios dos parlamentos e quais variáveis foram usadas na construção do índice que mensura o impacto das informações dos sítios eletrônicos em conformidade com as necessidades dos grupos de pressão são demonstrados.

Com a elaboração do índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão, foi possível tabular os dados e criar um ordenamento dos portais pesquisados, enquadrando-os em satisfatórios, razoáveis e insatisfatórios. Assim, verificaram-se semelhanças e diferenças na oferta de informações pelos sítios legislativos.

Na segunda parte desse capítulo, foi produzida uma análise qualitativa, avaliando o desempenho das ações parlamentares de cada entidade sindical representativa dos comerciantes brasileiros, com base nas entrevistas concedidas pelos seus agentes. Após a análise de cada assessoria e dos seus métodos de trabalho, compararam-se as atividades no intuito de localizar diferenças e semelhanças nos seus processos internos e nas suas ações externas.

O sexto capítulo faz uma comparação entre os portais dos Legislativos federais e estaduais e as assessorias envolvidas na pesquisa, buscou-se averiguar de que forma as Tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis impactam nos trabalhos dos grupos de pressão e quão importante é a obtenção, o tratamento, a produção e a divulgação das informações legislativas e parlamentares.

Com base na aferição dos sítios dos parlamentos em relação às informações ofertadas, analisaram-se os custos da implementação de assessorias, suas produtividades e suas áreas de acompanhamento legislativo, bem como os resultados obtidos com a construção dessas assessorias.

Dessa forma, traçou-se uma relação entre as informações legislativas e parlamentares disponíveis por meio das TIC e a constituição, manutenção, recursos empregados e resultados alcançados das assessorias do Sistema CNC-Sesc-Senac ao desenvolver ações parlamentares.

Ao final deste trabalho, sétimo capítulo, são feitas algumas considerações, descrevendo os resultados da pesquisa realizada.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Introdução

A dissertação aborda a atuação de grupos de pressão que defendem os interesses dos empreendedores nacionais do comércio, de serviços e de turismo no Poder Legislativo, fazendo uma correlação de suas ações parlamentares com as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC disponíveis e utilizadas pelos lobistas.

Faz-se necessário algumas referências teóricas para o desenvolvimento da pesquisa empírica. Dessa forma, cabe revisar a bibliografia sobre grupos de pressão e *lobby*, uma vez que a dissertação analisa as ações de influência de assessorias legislativas pertencentes a grupos representativos do empresariado brasileiro sobre os agentes decisores na arena de poder.

Por se tratar da defesa dos interesses de atores pertencentes à elite econômica do país, é importante analisar a teoria das elites, verificando de que forma esses grupos que possuem abundantes recursos financeiros e logísticos podem ser hegemônicos na defesa de seus interesses. Em contrapartida; ao abordar capital social, ação coletiva e participação; é possível estabelecer diferenças na participação dos grupos de pressão organizados e pertencentes a instituições empresariais dos demais atores sociais inseridos no processo político-decisório.

Como as TIC são parte fundamental deste estudo, cabe tratar da democracia digital e dos impactos proporcionados pelas tecnologias nas diversas áreas de nossa sociedade. As tecnologias estão mudando as formas de atuação dos lobistas, como também a maneira pela qual a sociedade participa do processo político. Assim, a própria democracia se transforma com o advento das novas tecnologias.

Finalmente, tendo em vista que toda a literatura abordada nesta dissertação, bem como a pesquisa empírica realizada está imersa em um contexto democrático, é primordial tratar a democracia representativa e em que condições a participação auxilia os agentes políticos a conhecerem as demandas sociais.

2.2 Democracia Representativa

A expressão “democracia representativa” significa, de um modo geral, que as deliberações coletivas são tomadas não diretamente pelos membros de uma determinada coletividade, mas por pessoas especialmente eleitas para essa finalidade, que devem representar os interesses da população. Na democracia representativa, a participação popular visa levar seus anseios ao grupo de representantes, uma vez que a participação tem o poder de convencimento e não o poder decisório.

A representação política é a forma que a sociedade encontrou para permitir que os cidadãos pudessem manifestar seus interesses, aspirações e escolhas, por meio da delegação de competências àqueles que mais se aproximam da vontade, do perfil e das características de seus representados. A participação introduz mecanismos de controle na representação criando e fortalecendo atitudes de participação social e política, ampliando a base de representação social e aumentando as oportunidades políticas.

A aceitação da regra da maioria indica que, ao ingressar na sociedade política, os indivíduos renunciam à sua independência natural, reconhecendo-se como partes integrantes de um conjunto. Assim, ocorre a transferência de certos direitos naturais para o corpo político, de modo a serem empregados em benefício de todos (BOBBIO, 1997).

Pitkin (1985) afirma que os Federalistas, como Madison, dizem que um governo representativo se dá pela impossibilidade de se adotar uma democracia direta devido ao grande contingente populacional e a sua incapacidade de todos decidirem sobre determinados temas em um mesmo local.

Tocqueville (1998) parte da crença que a igualdade de condições é uma característica fundamental das democracias, a exemplo da democratização dos conhecimentos. Para ele, basta que os meios estejam disponíveis de forma igualitária para termos a igualdade de condições.

A descoberta das armas de fogo igualiza o vilão e o nobre no campo de batalha; a imprensa proporciona recursos iguais à inteligência de ambos; o correio vem depositar a luz tanto à soleira do casebre do pobre como à porta dos palácios; o protestantismo sustenta que todos os homens têm igual possibilidade de encontrar o caminho do céu (TOCQUEVILLE, 1998: 10).

Para se ter democracia, deve-se proporcionar a todos os indivíduos maiores de idade a possibilidade de participação de forma igual e efetiva na vida política de sua comunidade, com igualdade de voto e direito pleno a informação (DAHL, 1999).

Democracia é um sistema institucional para tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante a luta competitiva pelos votos. Portanto, o método democrático é a disputa pela liderança política em um sistema competitivo, em que prevalecem os interesses individuais, não sendo a vontade geral base desse processo (SCHUMPETER, 1961).

Pitkin (1985) afirma que há pensadores que defendem que os governos se auto-intitulem democráticos para manipular seus cidadãos e que nenhum governo é verdadeiramente representativo. A autora cita Thomas Hobbes quando sugere que os representantes são livres em suas ações e fazem o que o seu pensamento ordena, podendo tomar por base o que o seu eleitorado deseja.

Hanna Pitkin (1985) reconhece que não é fácil formular uma conceituação única para representação, mesmo porque se pode tratar de representação particular, pública, política, entre outras. Assim, faz-se necessário definir representação ajustada ao contexto em que se encontra. Na definição de Hobbes, citada por Pitkin (1985), a representação depende de autorização e responsabilidade. Para a autora, a representação depende de limites para a conduta do representante. Pitkin (1985) mostra duas correntes teóricas sobre representação: a corrente da responsabilidade e a da autorização. A corrente da responsabilidade defende que o representante é completamente responsável pelos seus atos, mas deve responder aos seus representados. Já para a corrente da autorização, o representante é livre e as eleições são equivalentes a uma outorga de autoridade.

As eleições podem ser um ato de investidura de autoridade do representante, sendo a essência da representação, na democracia representativa, a delegação da autoridade (PITKIN, 1985).

Este trabalho de dissertação trata da ação de grupos nos parlamentos na defesa de seus interesses juntos aos representantes políticos da sociedade num contexto de democracia representativa. Assim, faz-se necessário contextualizar o pluralismo para visualizar a competição entre os diversos grupos de pressão nos Legislativos; e o elitismo, já que o grupo estudado pode ser considerado um grupo hegemônico, com a possibilidade de prevalência sobre os demais grupos em suas ações parlamentares.

2.3 Democracia e Teoria das Elites

Sabe-se que na atual democracia representativa brasileira, no que se refere ao procedimento, ou seja, ao ato de votar, pode-se verificar igualdade entre os cidadãos, já que um cidadão é igual a um voto. Em relação às demais vias que a democracia se manifesta, como a participação, não se pode fazer tal afirmação. Há visíveis discrepâncias entre cidadãos e grupos em levar suas demandas aos seus representantes e em relação aos seus poderes de influência sobre o agente político decisor. Isso se dá por diferenças no poderio econômico, no tempo dispensado com a tarefa de levar suas demandas aos representantes políticos e na quantidade e conteúdo das informações administradas.

Essas diferenças favorecem a atuação de grupos organizados e com interesses definidos em detrimento do indivíduo.

Um desses grupos é do empresariado do comércio, que se organiza numa estrutura sindical e representa todos os seus empreendedores que atuam no comércio de bens, serviços e turismo.

A pesquisa aborda esse importante grupo e demonstra que quem possui melhores instrumentos, recursos, capacidade técnica, pessoal e organização destaca-se na defesa de seus interesses nos parlamentos brasileiros.

Dessa forma, pode-se considerar que encontramos o modelo elitista de democracia representativa. A maneira pela qual a elite se define é pelo poder que ela detém. Um poder expresso em riquezas, educação, prestígio e pela forma como utiliza esse poder no intuito de manipular as massas. Seus componentes teriam consciência de serem membros de uma classe social, mantendo entre si relações de entendimento (negócios, estudos, trabalho, lazer) diferente das que mantêm com outros indivíduos.

A elite, formada por homens da política, da economia e militares, é um conjunto de altas rodas (círculo íntimo das classes sociais superiores) cujos membros são selecionados e preparados, possuindo acesso íntimo aos que comandam as hierarquias institucionais da sociedade moderna (MILLS, 1975). Para Mills, a elite é compacta e poderosa.

No pluralismo há uma disputa entre grupos por poder, riquezas e prestígio, porém esses grupos não competem de forma igualitária, mesmo porque são desiguais no acesso aos tomadores de decisão por possuírem distintos meios e

condições de representação. Para Dahl (1999), não existe equilíbrio de forças na sociedade. Os empresários, por deterem os meios de produção, se destacam e possuem mais influência sobre os decisores em relação aos demais grupos da sociedade.

Percebe-se que grupos que participam da ação coletiva nos parlamentos possuem melhores condições financeiras, tempo, pessoal e domínio de tecnologias que o restante da sociedade. Um exemplo que se pode citar é a formação das bancadas parlamentares³, como a ruralista, a empresarial, a de comunicação, a de cooperativismo, a das microempresas, a sindical, a sucroalcooleira e a de turismo. Todas elas buscam a defesa de setores já consolidados na economia nacional.

Stuart Mill (1981) afirma que o parlamento seria a arena onde todos os indivíduos encontrariam alguém disposto a defender suas idéias. Mill também acreditava que o homem preferiria seus interesses particulares àqueles compartilhados com os outros (PITKIN, 2006).

O'Donnell (1998) considera corporativistas as organizações que exercem a representação de interesses privados frente ao Estado, já que suas existências dependem do reconhecimento formal do Estado do seu direito de representação, com sua cúpula possuindo acesso ágil e fácil às decisões estatais. Assim, é possível considerar que organizações corporativas, principalmente ligadas ao corporativismo estatal, são entes que possuem acessos privilegiados aos tomadores de decisão, o que torna sua participação na democracia representativa fundamental e de grande influência.

A burguesia, por possuir mais recursos organizacionais e numerosos canais de informações vinculados ao Estado, eleva a exclusão de setores populares no que diz respeito ao poder de influência dos decisores (O'DONNELL, 1998).

Pitkin (1985) afirma que para Burke a representação política é uma representação de interesses, sendo o interesse objetivo, impessoal e desvinculado dos eleitores. Assim, Burke diz que os membros de um parlamento representativo são um grupo da elite que irá decidir os caminhos a serem seguidos pela nação. Para Burke, esse grupo dominante é uma elite genuína, denominada aristocracia natural, e por serem homens "sábios e superiores" não devem consultar seus eleitores, que são "estúpidos e inferiores".

³ Classificação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP.

Para Burke, o povo deve conceder ao seu representante completa liberdade para atuar onde for conveniente e o representante deve descobrir e realizar o interesse nacional. Burke fala que a representação virtual é a representação de pessoas, ou instituições, que não votam no representante. Essa representação virtual é a real representação de interesses. Para o autor, os interesses não são muitos, são facilmente definidos e, na maior parte das vezes, são interesses econômicos.

Burke menciona que a representação virtual necessita da representação real para que consiga garantir sua permanência e continuidade. Para ele não há contradição em ver o representante no parlamento como representante do interesse comercial simultaneamente como representante do interesse nacional.

De acordo com Pitkin (1985), Madison argumenta que o trabalho do governo representativo é identificar as principais forças sociais no legislativo para conservá-las e atendê-las no que for possível, gerando estabilidade governamental e social.

Os Federalistas possuem a esperança que frações egoístas, grupos de pessoas que possuem o mesmo interesse e exercem influência sobre os governos, se equilibrem, permitindo o surgimento do bem comum. Assim, o sistema representativo deve estar organizado para que esses grupos se estabilizem dentro do parlamento (PITKIN, 1985).

Hanna Pitkin (1985) classifica representação, na visão liberal, como a participação de grupos de interesses no governo, levando suas demandas aos governantes por meio de informações técnicas. Os governos, ao utilizarem as informações recebidas, contemplam interesses da sociedade, gerando maior governabilidade. Para Pitkin (1985), o representante político deve atuar equalizando os interesses dos seus representados, porém suas ações devem ser independentes. O representante deve atuar para evitar os conflitos, buscando o consenso. Assim, o representante atua inserido em uma elaborada rede de pressões, demandas e obrigações. Deve-se lembrar que o representante é um político profissional, tendo interesse em ser reeleito, e é sensível às demandas partidárias e aos diversos grupos de interesses públicos e privados.

Pitkin (1985) afirma que um governo representativo deve ter um aparato para compreender as demandas e para respondê-las de forma razoável, sendo sensível aos desejos populares. Mas reconhece que nenhum sistema institucional pode garantir a essência da representação, a representação igualitária.

2.4 Capital Social, Ação Coletiva e Participação

Com o interesse de demonstrar que não apenas os grupos hegemônicos possuem condições de desenvolver o *lobby* dentro das Casas Legislativas, aborda-se nesse momento a participação dos demais atores sociais no processo político-decisório.

Para se contrapor aos sistemas de interesses nas democracias, Pizzorno (1975) aborda os sistemas de solidariedade, nos quais a participação não se dá por interesses individuais, mas pela busca da solidariedade entre os atores. O autor diferencia os sistemas e afirma que os sistemas de interesses são sistemas de valores comuns que servem a um conjunto de atores na valorização dos resultados de suas ações recíprocas, recebendo vantagens comparadas. Os critérios de valorização das ações são compartilhados objetiva e funcionalmente pelos membros.

Já nos sistemas de solidariedade a ação ocorre dentro do grupo, onde os atores identificam-se mutuamente, gerando um sentimento de coletividade que toma por base a igualdade de participação. Para o autor, a participação política é uma ação que se cumpre na solidariedade entre os indivíduos, no âmbito de um Estado ou de uma classe, no intuito de modificar ou conservar as estruturas e valores de um sistema de interesses dominantes.

Pizzorno (1975) afirma que, quando um sistema de solidariedade atua sobre a estrutura e os valores de um sistema de interesse, o resultado é a formação de áreas de igualdade, com uma comunidade solidária no interior de um sistema de desigualdades. Assim, formam-se associações entre iguais onde seus membros se reconhecem como tais e buscam objetivos comuns.

Para Alessandro Pizzorno (1975), há a tendência das organizações políticas agirem para reduzirem as áreas de atuação dos sistemas de solidariedade com a redução da possibilidade de participação. Para ele, a consciência de classe é o fator preponderante que leva o indivíduo a participar da vida política de sua sociedade. Porém, reconhece que a participação será maior quanto mais elevada for a posição social do ator social.

A cultura de confiança e o comportamento cooperativo são base para a participação, em que o capital social é um importante fator. Bourdieu (1998) define capital social como:

"O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...) mas também, são unidos por ligações permanentes e úteis (p. 67)".

O capital social é visto como componente da ação coletiva, ativando as redes sociais. O capital social seria constituído por três características: as obrigações e expectativas, que ajudam a estruturar a confiança entre os membros da rede; a capacidade da estrutura social para gerar e colocar em funcionamento os fluxos de informação; e as normas que regem o processo. A intensidade do capital social seria identificada com o nível de envolvimento associativo e de comportamento participativo numa comunidade.

Para Robert Putnam (2000), capital social é uma característica das organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança. O capital social facilita a ação e cooperação em busca de um benefício mútuo.

Os indivíduos têm mais chance de mudança de vida quando fazem parte de uma comunidade fortemente engajada civicamente, uma vez que as lutas entre os vários grupos da sociedade determinam os tipos de decisões a serem tomadas.

Segundo Fabio Wanderley Reis (2007), em uma sociedade pluralista a democracia deliberativa está inserida na democracia representativa e possui a idéia de espaços em que os problemas possam ser resolvidos por meio de formalismo que assegure o debate livre e a troca de argumentos, sendo um componente importante da própria idéia de institucionalização democrática. Para ele, a democracia moderna necessita desses espaços para o seu funcionamento e operação dos diversos planos e nichos da aparelhagem do Estado e da sociedade, especialmente no parlamento. A preservação do elemento estratégico no âmbito do processo de deliberação coletiva deve-se à adequada representação de interesses nos espaços ou órgãos de deliberação formal.

De acordo com o autor, a democracia supõe fins ou interesses múltiplos de numerosos atores de conciliação problemática, onde a capacidade governativa somente interessa na medida em que se ligue com o desafio de criar governabilidade no sentido próprio, ou seja, criar a sociedade que seja governável por boas razões, aquela em que os diferentes interesses e correntes de opinião reconheçam no Estado o agente autêntico de todos.

2.5 Grupos de Pressão e *Lobby*

Como o foco da pesquisa é a ação parlamentar dos grupos que defendem o interesse do empresariado do comércio, é dever contextualizar grupos de pressão e *lobby*.

Quando nos referimos a *lobby*, na verdade estamos abordando o processo pelo qual os representantes dos grupos de interesse, agindo como intermediários, levam ao conhecimento dos legisladores e dos tomadores de decisões os desejos de seus grupos. O lobista é a ponte, o elo, entre esse grupo de pressão e os tomadores de decisões.

Lobbying é o processo pelo qual os grupos de pressão buscam participar do processo estatal de tomada de decisões, contribuindo para a elaboração das políticas públicas.

Para Robert Dahl (1999), os grupos de pressão existem para influenciar o Poder, isto é, para modificá-lo e adaptá-lo segundo as necessidades e vontades dos interessados.

Nesse sentido, os grupos de pressão utilizam-se de uma cadeia multifacetada de atividades que incluem coleta de informações, propostas políticas, estratégias apropriadas para dar suporte às demandas, confecção de pesquisas e a procura por aliados. A pressão é o seu último estágio e, geralmente, requer uma presença organizada no centro de decisões de cada país (GRAZIANO, 1994).

Em uma sociedade democrática, os tomadores de decisão são confrontados com uma complexa rede de interesses e se valem das idéias e opiniões dos grupos de pressão para subsidiarem suas decisões. Os grupos de pressão fornecem informações confiáveis e comprováveis aos tomadores de decisão, que os transformam em interlocutores e os convidam a emitir sua opinião quando necessário.

Dahl (1999) elenca três fatores fundamentais que descrevem as diferenças entre os tipos de influência. São eles: (i) diferença na distribuição de recursos políticos, isto é, meio pelo qual uma pessoa pode influenciar o comportamento de outra por intermédio de informação, habilidade legislativa, etc.; (ii) variações na eficácia com que os indivíduos usam seus recursos políticos resultantes de diferenças em dotes, oportunidades e incentivos para aprender e praticar métodos

de ação política; e (iii) as variações na amplitude do uso de recursos com objetivos políticos.

Seguindo esta linha de raciocínio, naturalmente retomamos a teoria das elites que, sem dúvida, se faz presente nos parlamentos. Dentro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como também das Assembléias Legislativas, existem parlamentares que têm influência sobre vários outros. São os membros da elite decisória, exatamente o alvo principal dos grupos de pressão que atuam nos parlamentos.

Pode-se dividir os grupos de pressão nas seguintes categorias: internos ao governo e ao parlamento; internos ao governo e externos ao parlamento; externos ao governo e ao parlamento. O primeiro subgrupo, interno ao governo e ao parlamento, são, por exemplo, as bancadas parlamentares. O segundo grupo, interno ao governo, mas externo ao parlamento, é formado pelo *lobby* dos ministérios e outros órgãos ligados ao governo. Por último, temos aqueles grupos de pressão externos ao governo, que são os *lobbies* das empresas privadas, de organismos internacionais e de entidades sindicais que tentam influenciar o Poder Legislativo a aprovar projetos que os beneficiem, ou a rejeitar aqueles que possam vir a prejudicá-los, ou que comprometam de alguma forma suas atividades.

Os grupos de pressão externos ao governo freqüentemente estabelecem vínculos com alguns parlamentares e agem através deles, apresentando subsídios para seus pareceres. Alguns grupos de pressão, mais organizados e com mais respaldo técnico, chegam a propor a alguns parlamentares projetos de leis e emendas à Constituição.

Além deles, o grupo de pressão formado pelos ministérios freqüentemente monitoram os projetos de origem do Poder Executivo, auxiliando os relatores nas comissões temáticas no intuito de evitar alterações prejudiciais aos interesses do governo.

Sendo assim, pode-se conceber o *lobbying* como saber especializado e representação técnica, pois, enquanto representam interesses especiais, os lobistas são o sustentáculo da informação de um especialista técnico-político (GRAZIANO, 1994). Desse modo, o *lobby* desempenha destacado papel como força social democrática de aproximação entre parcela da sociedade civil e o Estado.

2.6 Democracia Digital

Além da participação dos grupos de pressão na democracia representativa, a pesquisa relata o *lobby* desenvolvido a partir da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC. Dessa forma, faz-se necessário a abordagem da democracia digital, pois, no aprofundamento desta dissertação, é visto a ação parlamentar dos grupos de pressão por meio de ferramentas tecnológicas de informação e comunicação internas as suas organizações, como sistemas operacionais de acompanhamento legislativo e de divulgação de conhecimento, bem como a utilização dos portais das Casas legislativas como importante instrumento de insumo para as suas ações de convencimento dos decisores.

Assim, para contextualizar a atual democracia em uma sociedade em que cada vez mais os meios tecnológicos estão inseridos no cotidiano das pessoas, torna-se obrigatório tratar das novas possibilidades de participação virtual, da política na rede mundial de computadores, da comunicação virtual, das redes sociais digitais, entre outros.

A democracia digital necessita do desenvolvimento tecnológico. Somente a partir da difusão e popularização dos computadores nos anos 80/90 e do crescimento da internet, ou rede mundial de computadores, que indivíduos, organizações e governos perceberam que poderiam estabelecer um novo tipo de relacionamento baseado nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

A redução dos custos da infra-estrutura tecnológica, necessária para a comunicação eletrônica, gerou uma mudança nos hábitos de inter-relacionamento, criando uma “cultura” virtual. Assim, a propagação de informações digitais, entre outros fatores, tem contribuído para a generalização e expansão das TIC no ambiente da política.

O exercício da atividade política se realiza com a interação entre indivíduos e a introdução das TIC no ambiente político pode alterar o relacionamento físico entre os atores sociais e políticos, bem como modificar o processo político ao trazer novas modalidades de contato entre cidadãos e seus representantes (BATISTA, 2003).

As TIC têm garantido o agrupamento eletrônico de pessoas com a formação de redes formais e informais na sociedade. Naturalmente, a modificação de algumas das redes sociais para redes sociais digitais permitiu uma maior interlocução entre os seus integrantes e, sobretudo, uma grande economia nos custos e ganho de

velocidade nas comunicações entre eles, além de, evidentemente, suprimir barreiras geográficas. Estabeleceram-se vínculos entre os múltiplos atores sociais, econômicos e políticos que começam a articular entre si ligações de interesse pessoal e coletivo por meio das TIC.

A expansão do uso das TIC poderá significar uma mudança no espaço político de participação e nas práticas de participação na medida em que reduz a necessidade da interação pessoal e leva o debate político para o campo virtual. No terreno virtual, as relações diretas são atenuadas pela distância, pelo anonimato, pelo formalismo, pela impessoalidade e pela segurança na emissão de opiniões que podem ser pensadas e amadurecidas antes de serem emitidas. Além disso, o conforto trazido pelo não deslocamento e a realização da manifestação política *online* diminui os custos envolvidos na participação e aumentam o nível de informação requerido para qualquer manifestação. Assim, é possível vislumbrar mudanças no comportamento político se o embate for levado do espaço físico para o virtual (BATISTA, 2003).

Castells (2003) afirma que a partir da expansão da rede, os governos não ficaram insensíveis a este movimento, simultaneamente tecnológico, econômico, social e político. Tecnológico, pois deriva da ampliação da estrutura de comunicações e da rede de computadores; econômico, porque ampliou e modernizou as relações de troca; social, já que deriva do interesse de toda a sociedade por essas inovações tecnológicas e do seu uso potencial; político porque a sociedade se deu conta das inúmeras possibilidades de articulação, de expressão de demandas, de organização, de relacionamento com os governos e de procura e obtenção de informações que a rede podia oferecer.

As tecnologias podem conduzir a um mundo mais justo e equilibrado, tornando-se uma ferramenta de democratização ao permitir uma maior transparência nas administrações públicas e um aumento da fiscalização por parte dos cidadãos. Porém, para Castells (2003), as TIC também podem ser um instrumento que acentue as desigualdades já existentes entre estratos sociais e entre países, uma vez que podem se transformar em um eficaz instrumento de controle social capaz de ampliar ainda mais a diferença entre os que possuem acesso à internet e aqueles que não têm, ou não são capazes de adquirir vantagens com o seu uso.

Castells (2003), também, afirma que a internet pode diminuir os custos da ação coletiva, uma vez que a participação na comunidade significa abrir mão de

tempo e energia dedicados a atividades privadas. Com a internet, a participação na comunidade em canais virtuais pode ser agilizada e o debate poderá ocorrer a qualquer horário, não se restringindo a momentos específicos.

A expansão do uso das TIC poderá, portanto, significar uma mudança no espaço político de participação e nas práticas de participação na medida em que reduz, ou até mesmo elimina, a necessidade da interação pessoal e leva o debate e o embate para o campo virtual.

O autor aborda que essa interação no espaço virtual formará e fortalecerá redes políticas de interesses comuns e também fomentará o embate de grupos com afinidades distintas. Assim, Castells (2003) transforma a sociedade plural em uma sociedade virtual múltipla, de permanente debate sobre os mais diversos interesses, em que os custos da ação coletiva são amenizados favorecendo a expansão da participação virtual em comparação à participação tradicional e presencial.

As possibilidades de participação com o uso das TIC são inúmeras, pois essas tecnologias abrem um novo campo político no espaço virtual. As demandas dos cidadãos a seus governos aumentam à medida que esses novos canais permitem maior associação em rede, maior contato com um maior número de pessoas e, sobretudo, maior e melhor acesso à informação (BATISTA, 2003).

Além dos baixos custos de aquisição e uso do computador, e de sua natureza assíncrona, a internet conduz a uma transformação no contato social e no envolvimento cívico, permitindo agregar as redes sociais dispersas e criar movimentos de solidariedades locais e coletivos. A internet ajuda a estabelecer novas relações sociais, que seriam continuadas *offline*, ou seja, no mundo real, criando uma interação entre o *online* e o *offline* (MATOS, 2007).

As TIC favorecem a democratização do conhecimento, que para Tocqueville (1998) é um fator que pode proporcionar a igualdade de condições nas democracias, já que pode conter a tirania da maioria ou a dominação de um Estado forte em uma sociedade frágil. Assim, as TIC podem auxiliar a sociedade plural por meio do associativismo, com a representação dos mais variados interesses.

No que diz respeito à tese de igualdade de condições de Tocqueville, as TIC podem proporcionar o aumento do volume de informação disponibilizada a toda sociedade, a redução dos custos de participação (custos de tempo e locomoção) e a ampliação dos canais de comunicação.

Benjamin Barber (2006) reconhece que as TIC estão favorecendo a transparência e o *accountability*, pois o mundo da política ficou mais acessível, porém não a todos, somente àqueles que já interagiam. Para o autor, não basta disponibilizar a tecnologia a todos, pois os indivíduos que possuem maior familiaridade e conhecimento das ferramentas terão vantagens em relação aos demais que não conseguem usufruir de todas as suas funcionalidades.

Barber (2006) também afirma que as inovações tecnológicas no campo da comunicação e das tecnologias de informação oferecem novas oportunidades aos países democráticos, como o reforço da educação cívica e a elevação da participação dentro de grupos e associações. Porém, os padrões de interação disseminados com as TIC somente favorecem o consumo e muito pouco a idéia de participação política fora dos grupos que já participavam anteriormente.

Assim, no mesmo instante em que as TIC proporcionaram a difusão do conhecimento e informação e elevaram a possibilidade de indivíduos e grupos sociais de participarem das tomadas de decisões governamentais, também contribuíram para que grupos de pressão e *lobby*, que já desenvolviam ações de influência, intensificassem suas atividades, com uma redução significativa dos custos de obtenção das informações, o que possibilitou o acompanhamento de mais matérias uma vez que se reduziu o tempo gasto no tratamento de cada ação, facilitou-se a comunicação dos lobistas e dos tomadores de decisões, aprofundaram-se as informações técnicas repassadas dos grupos de pressão aos tomadores de decisões e gerou-se pressão por maior governabilidade com a adoção do discurso de transparência e interlocução com a sociedade.

Com as TIC os setores mais populares não podem ser totalmente excluídos do processo político, já que com apenas um computador com acesso a internet esses indivíduos, ou grupos sociais, têm a sua disposição informações básicas que podem proporcionar o mínimo de poder de influência sobre os governos.

Segundo o Centro de Estudos sobre as TIC⁴, o Brasil passou de 16,91%, em 2005, para 24%, em 2007, de residências com computadores. Em 2005, 12,93% das casas brasileiras tinham acesso à internet; já em 2007, esse percentual passou para 17%.

⁴ Pesquisa "TIC Domicílios e Usuários" de 2005, 2006 e 2007 do Centro de Estudos sobre as TIC encontrada no: <http://www.cetic.br/pesquisas/index.htm>, em 12/12/2008.

Percebe-se que, ao utilizarem as TIC como instrumentos de identificação das demandas sociais, a exemplo da criação de ouvidorias como estímulo à participação da população por telefone ou internet, os governos buscam atender minimamente os anseios sociais no intuito de terem estabilidade governamental e social. Porém, Pitkin (2006) reconhece que os governos representativos não podem garantir a representação igualitária, mesmo com as TIC, pois sempre haverá grupos que se sobressairão.

No pluralismo há diversos grupos com condições financeiras, de tempo, de pessoal e de domínio de tecnologias distintos. Assim, as TIC podem favorecer mais aos que possuem melhores meios e instrumentos.

Castells (2003) argumenta não ser possível a igualdade na utilização de tecnologias, nem entre os usuários da internet. Para o autor, mesmo que o acesso à educação, à ciência, à tecnologia e à internet seja desigual entre as pessoas, esse acesso é fundamental para a criação de valores sociais.

As TIC podem facilitar a criação e o fortalecimento dos sistemas de solidariedade com a introdução de meios que possibilitarão uma maior interlocução e, conseqüentemente, maior identificação da coletividade. Já a participação política desses sistemas de solidariedade dependerá dos instrumentos que dispõem.

Para Castells (2003), a internet está favorecendo a aparição de um modelo social denominado de "individualismo em rede", que consiste na criação, pelos indivíduos que atuam na internet, de redes de interesses e afinidades que, quando estabilizadas, acabam criando comunidades virtuais quase tão intensas quanto às comunidades reais.

Esse modelo é o reflexo da tendência dominante do uso da internet na sociedade atual. Tendência que consiste na troca das bases das relações sociais dos indivíduos, que deixam de fundamentar-se nas chamadas relações primárias, como a família, para passar ao estabelecimento de comunidades personalizadas, construídas em torno de interesses concretos, onde a distância já não é mais um fator determinante.

Como já abordado em Fábio Wanderley Reis (2007), a democracia representativa necessita de espaços em que os problemas possam ser debatidos no intuito de solucioná-los. As TIC podem gerar esses espaços de debates virtualmente, como em fóruns ou blogs, elevando o número de participantes e os temas debatidos, gerando maior eficiência e governabilidade.

A democracia digital proporciona a difusão de informações e conhecimentos a toda sociedade e faz com que os governos se tornem mais transparentes. As TIC geram benefícios aos grupos de pressão que já atuam juntos aos governos e favorecem a criação de novos espaços participativos para a sociedade civil, seja com o surgimento de portais de relacionamento entre sociedade e Estado, seja com a maior difusão de informações e conhecimento pela rede mundial de computadores.

As TIC são ferramentas que diminuem as diferenças entre os grupos com a descentralização da informação. Porém elas não tornam, por elas mesmas, a sociedade democrática igualitária. Grupos que possuem mais recursos financeiros e logísticos de influência continuarão dominando as decisões públicas. No entanto, as TIC, por facilitarem a identidade coletiva, conseguem inserir nessa competição a participação de um maior número de organizações sociais, que podem, em determinado momento, reduzir a disparidade no jogo pelo poder.

3 AÇÕES PARLAMENTARES EM ÂMBITO FEDERAL

3.1 Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC

Neste capítulo aborda-se a atuação da representação de uma classe que detém grande parte do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro em um ambiente competitivo em que a participação é um forte instrumento de convencimento e afirmação dos mais diversos interesses. Inserido no modelo de democracia representativa, o *lobby* é a forma mais poderosa de participação da entidade que representa os empresários do comércio no Poder Legislativo e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC se faz presente em vários momentos de sua atuação. Assim, é necessário compreender as origens da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC até a sua participação efetiva no Congresso Nacional em defesa de seus interesses e de seus representados.

A CNC é uma entidade sindical que representa os direitos e interesses dos quase cinco milhões de empreendedores do comércio de todo o Brasil. A entidade é responsável pelo Serviço Social do Comércio - Sesc e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, um sistema que atua juntos aos trabalhadores do comércio e suas famílias, atendendo mais de 20 milhões de brasileiros por ano, com benefícios em educação, alimentação, saúde, cultura, esporte e lazer⁵.

A CNC foi fundada em 4 de setembro de 1945 e reconhecida pelo Decreto-Lei nº 20.068, de 30 de novembro do mesmo ano. Em 14 de maio de 2008, o Ministério do Trabalho e Emprego autorizou a mudança da denominação da Confederação Nacional do Comércio para Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Atualmente, integram a entidade 34 federações – sendo 27 estaduais e 7 nacionais, que agrupam 925 sindicatos filiados em todo o território brasileiro. Na sua base estão grandes, médias, pequenas e microempresas dos segmentos do Comércio, que empregam diretamente perto de 25 milhões de brasileiros.

⁵ Dados divulgados pelo Portal do Comércio.

A CNC representa as atividades que movimentam algo em torno de 55%⁶ do Produto Interno Bruto do Brasil e também é responsável pela administração de um dos maiores sistemas de desenvolvimento social do mundo, formado por Sesc e Senac, presentes em todas as unidades federadas.

Criados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, sob a inspiração da Carta da Paz Social⁷, o Serviço Social do Comércio - Sesc e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac são entidades de direito privado, administradas pelos empresários do Comércio e de Serviços. O Sesc e o Senac são mantidos com uma contribuição compulsória (1,5% e 1%, respectivamente) que incide sobre o valor total da folha de pagamento das empresas vinculadas às entidades sindicais subordinadas à CNC. Essa contribuição ao Sesc e ao Senac é recolhida mensalmente juntamente com as contribuições previdenciárias, dos empregadores e dos empregados, e de terceiros ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que, posteriormente, repassa os valores correspondentes ao Sistema S⁸.

São atribuições da CNC:

- Representar, no plano nacional, os direitos e interesses do Comércio brasileiro.
- Organizar e disciplinar o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomercio), do qual é entidade máxima.
- Eleger ou designar representantes do Comércio junto aos órgãos de jurisdição nacional.
- Conciliar divergências e conflitos entre federações filiadas.
- Celebrar convenções ou contratos coletivos de trabalho e prestar assistência em acordos coletivos nas localidades onde não haja sindicatos e/ou federações representativas de categoria econômica.
- Administrar o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

⁶ Percentual divulgado no Portal da CNC, segundo os dados das contas nacionais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

⁷ Documento elaborado pelos representantes das classes produtoras em Teresópolis, de 1 a 6 de maio de 1945, em que ficou estabelecido o compromisso da criação e manutenção de instituições educacionais e sociais pelos empresários.

⁸ Sistema S é o nome dado as instituições sociais e educacionais mantidas pelas entidades sindicais empresariais. Fazem parte do Sistema S: Sesc, Senac, Sesi, Senai, Sest, Senat, Senar.

A CNC possui as seguintes atividades por meio de seus representantes e órgãos técnicos:

- Acompanha a tramitação das proposições legislativas no Congresso Nacional, reúne, classifica e coloca à disposição dos interessados estatísticas e documentação sobre assuntos econômicos e legislativos.
- É responsável pela emissão de Certificados de Origem para produtos constantes dos acordos da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) e Mercosul (Mercado Comum do Sul).
- É a representante do comércio em órgãos oficiais, paraestatais e outros, de natureza deliberativa, consultiva ou técnica e perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Promove e articula contatos, tanto para as missões comerciais brasileiras no exterior, quanto para as estrangeiras em visita ao país.
- Contribui para a expansão do intercâmbio externo, fornecendo informações aos importadores e exportadores, nacionais ou estrangeiros, e cuida, igualmente, da participação do comércio em feiras e exposições.
- Realiza pesquisas, estudos e análises sobre assuntos econômicos, fiscais, sindicais e administrativos, como também estuda e debate os grandes problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil, bem como aqueles relativos à atividade turística nacional, em seus Conselhos Técnico e de Turismo, integrados por expoentes da vida cultural brasileira.
- Participa de entidades internacionais, como a Câmara de Comércio Internacional (CCI), o Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Cicyp), a Associação Ibero-Americana de Câmaras de Comércio, a Brasil Technique Oberwachungs Verein, a Câmara de Comércio Latina dos Estados Unidos da América (Camacol), o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e de grupos de trabalho, comissões, câmaras setoriais, conselhos e comitês no âmbito dos ministérios.

Por força legal e estatutária, compete à CNC eleger ou designar representantes do comércio junto aos órgãos de jurisdição nacional: públicos, privados e organismos internacionais. Esta atuação se realiza através de debates para a formulação de diretrizes, dentre outras, de política econômica, administrativa, social e ambiental.

A CNC administra, no Brasil, o Centro de Mediação, criado no âmbito do Conselho de Câmaras do Comércio do Mercosul. Sua finalidade é colocar à disposição do empresariado nacional um mecanismo alternativo, eficaz e de baixo custo para a resolução de conflitos comerciais surgidos nas transações mercantis realizadas entre os países da região.

O Centro de Mediação tem sub-sedes na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, e coloca à disposição das partes interessadas uma lista de peritos qualificados dos cinco países, especialmente capacitados para intervir em conflitos surgidos na execução de contratos comerciais.

As Câmaras Brasileiras do Comércio, órgãos consultivos da Presidência da CNC, têm por objetivo oferecer estudos e sugestões para a ação política da Entidade em apoio e defesa das categorias econômicas nelas representadas. São elas:

- Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI);
- Câmara Brasileira de Serviços Terceirizáveis (CBST);
- Câmara Brasileira de Turismo (CBTUR);
- Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFARMA);
- Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação (CBTI);
- Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC);
- Câmara Brasileira do Comércio de Serviços de Telecomunicações (CBSCTEL);
- Câmara Brasileira dos Corretores de Seguros (CBCS); e
- Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica).

3.2 História da CNC

Em 1945, o término da Segunda Guerra Mundial e o fim do Estado Novo alteraram o foco da política social e econômica do Brasil, fazendo com que o país se voltasse para a concepção de mecanismos que, se por um lado garantiriam uma sociedade democrática, por outro legitimariam a representatividade das classes trabalhadoras e empresariais. O pacto entre empregadores e empregados gerou um ambiente de paz social, resultado do encontro das duas forças produtivas.

Nesse contexto, acelerou-se a criação da Confederação Nacional do Comércio (CNC), reconhecida em 30 de novembro de 1945 como a entidade máxima do empresariado comercial brasileiro.

O artigo 8º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura autonomia às entidades sindicais, garantindo-lhes o direito de dispor sobre assuntos de interesse do sindicalismo por meio de um sistema confederativo de representação sindical. Nesse sentido, em 1990, foi constituído o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomercio), baseado nos princípios da auto-organização e da autogestão, o qual é integrado por todas as entidades sindicais do plano de enquadramento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo que observam as condições estabelecidas em atos normativos próprios. São órgãos do Sicomercio:

- O Conselho de Representantes da CNC (CR/CNC), ao qual compete a elaboração e aprovação das normas ordinárias de regência do Sicomercio;
- A Diretoria da CNC (Dt/CNC), a qual compete a execução das normas de funcionamento do Sicomercio.

O Sicomercio teve origem em reuniões nas Federações, a partir de 1990, patrocinadas pela CNC, que resultaram na expedição das primeiras normas reguladoras do sistema e que obedeceu a seguinte cronologia:

- Em 23 de novembro de 1990, foi expedida a Resolução CNC/CR nº 01 dispondo que o Sicomercio seria constituído pela participação dos sindicatos, das federações e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, esta, representando, em plano de coordenação nacional, o

sistema composto pelo conjunto dos sindicatos e federações do comércio, e que a unicidade sindical, determinada pelo art. 8º, inciso II, da Constituição Federal, seria apoiada e efetivada pelo Sicomercio.

- Em 24 de janeiro de 1991 foi expedida a Resolução Sicomercio CNC nº 01, regulamentando o Sicomercio e dispondo sobre a arrecadação da contribuição confederativa.
- Nos dias 8 e 9 de agosto de 1991 foi realizada no Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, a I Convenção do Sicomercio, onde foram discutidos vários temas relacionados ao sistema, tais como a organização e o funcionamento da CNC, a representação dos trabalhadores nas empresas e a organização sindical.
- Em 18 de novembro de 1991, foi expedida a Resolução Sicomercio CNC nº 02, regulando o registro e o enquadramento sindical no Sicomercio e criando a Comissão de Enquadramento e Registro Sindical do Comércio.

Estavam, assim, criadas as condições para a defesa da unicidade sindical, por meio daquelas normas básicas destinadas a regular a fixação da base territorial das entidades sindicais constituídas por empregadores do comércio, bem como daquelas relativas ao enquadramento e registro sindical.

A II Convenção do Sicomercio foi realizada nos dias 16 e 17 de outubro de 1993, no Rio de Janeiro, e nela foram abordadas questões relacionadas com enquadramento sindical; registro sindical; unicidade sindical; contribuição confederativa; representatividade e representação sindical.

Na III Convenção do Sicomercio, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 4 e 8 de dezembro de 1995, foram examinadas questões tendentes ao fortalecimento do Sicomercio, dentre as quais a atribuição de competência aos órgãos do Sicomercio, o ideal de Federação única e representatividade.

IV AGS - A partir daí as Convenções do Sicomercio passaram denominar-se Assembléia Geral do Sicomercio, tendo a IV AGS sido realizada entre os dias 13 e 16 de outubro de 1997. Na ocasião, foram abordados temas relacionados com a sobrevivência do sindicalismo; estrutura sindical; cumprimento dos deveres básicos do sindicalismo e entidades sindicais piratas, sendo adotada Resolução determinando o cumprimento do parágrafo 2º do item VI da Carta de Princípios, que estabelece que a representação de federação estadual deve compreender, no

mínimo, um dos grupos do plano sindical da CNC e que o paradigma ideal é a federação estadual única, estabelecendo critérios para compactação de federações.

Na V AGS, realizada de 16 a 19 de novembro de 1999, os integrantes debateram assuntos distribuídos em três Comissões Temáticas. A primeira focou temas como garantia de representação à entidade mais representativa. A segunda centrou-se na questão da ética, resultando em recomendação para alterações de ordem regulamentar, no âmbito de cada entidade sindical. À terceira comissão temática coube a ordenação da sincronia de mandatos nos três níveis de entidades que compõem o sistema confederativo do comércio, de modo a promover a legitimidade do exercício da representação de fato e de direito, compreendido em todos os níveis da pirâmide sindical.

A VI AGS, realizada de 9 a 12 de setembro de 2002, ocupou-se em debater temas centrais como: os propósitos e princípios do Sicomercio, análise das perspectivas futuras com base na então conjuntura sócio-econômica e proposta de solução. Nessa AGS foi concluído o ciclo de elaboração do arcabouço normativo para efeito de consolidação do Sicomercio, iniciando-se uma nova fase mediante a realização de Congressos do Sicomercio, importantes fóruns de discussão para o desenvolvimento de suas competências e propósitos.

O VII Congresso do Sicomercio, realizado de 8 a 12 de novembro de 2004, teve como objetivo o desenvolvimento das lideranças para atuação no novo cenário sindical. A programação abrangeu, ainda, os seguintes temas: negociação coletiva, financiamento do sistema, novo estatuto do sindicato, unicidade e novas fontes de receitas, visando ao fortalecimento e à auto-suficiência do sindicalismo patronal do comércio.

No VIII Congresso do Sicomercio, realizado de 5 a 7 de novembro de 2007, foram debatidas as diretrizes e metas do Planejamento Estratégico 2007/2020 do Sistema CNC, em busca da excelência na gestão sindical. Também foi realizado, pelos participantes, um diagnóstico dos avanços obtidos nos últimos cinco anos, que apontou caminhos para um futuro sustentável do setor.

O Sicomercio é regido por uma Carta de Princípios (Resolução Sicomercio AGS 01/95) e tem sua estrutura e seu funcionamento disciplinados por estatuto próprio (Resolução Sicomercio/CNC 16/2002).

Visto a CNC de forma ampla, passa-se a abordar o seu setor que atua no Poder Legislativo desenvolvendo a atividade de *lobby*, defendendo os interesses de todo Sistema CNC-Sesc-Senac.

3.3 Assessoria Junto ao Poder Legislativo – Apel

Em 1981, Antonio Oliveira Santos, presidente da CNC, recém assumido no cargo, observou a importância do Congresso Nacional com a possibilidade da redemocratização brasileira.

Percebeu-se que o Congresso passaria a decidir os grandes temas da Nação. Assim, o presidente da CNC determinou que o Chefe do Gabinete da Presidência, em Brasília, criasse uma Assessoria direcionada ao Legislativo.

O atual chefe da Assessoria Junto ao Poder Legislativo – Apel, Roberto Velloso, recebeu, em 1981, a missão de selecionar 70 proposições de interesse da CNC, sendo 50 prioritárias e 20 para acompanhamento.

Deu-se início ao relacionamento da CNC com o Legislativo Federal com a criação do Departamento de Relações Governamentais – DRG.

No ano seguinte, por determinação do presidente da CNC, foi realizado convênio com o Conselho de Desenvolvimento Comercial do Ministério da Indústria e Comércio e foi montada, no Congresso Nacional, uma grande estrutura física constituída de gabinetes para uso da CNC, dos Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio. Nesses ambientes eram recebidos parlamentares.

Também foi realizada àquela época uma grande exposição sobre o comércio brasileiro e um Ciclo de palestras no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal.

A CNC foi a primeira entidade a realizar convênio com o PRODASEN, do Senado Federal, no sentido de ter acesso aos dados digitais do Senado.

Uma das principais atuações do DRG foi na Assembléia Nacional Constituinte (1986/1988), onde defendeu a manutenção da unicidade sindical e do imposto sindical; a criação da contribuição confederativa; e a inserção do art. 240⁹:

⁹ O Artigo 240 da Constituição Federal de 1988 tornou a contribuição para o custeio do Sistema S obrigatória a todos os empresários, sendo pega juntamente com o recolhimento à previdência social sobre a sua folha salarial.

“ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.”

Todos esses pleitos empresariais foram atendidos pelos constituintes. Deve-se destacar o relevante apoio do bloco parlamentar conhecido como “Centrão¹⁰” aos empresários naquele período.

Após a Constituinte, surgiram as Assessorias específicas na CNC ligadas aos 3 Poderes, dentre essas a Assessoria junto ao Poder Legislativo - Apel.

Na figura 1 é possível identificar onde a Apel se encontra na estrutura da CNC. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo possui uma estrutura comissional ou colegiada. Sua administração é composta por: Conselho de Representantes, que é um órgão deliberativo e formado por delegações das federações filiadas a entidade; Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da gestão financeira, sendo constituído por três membros eleitos, trienalmente, pelo Conselho de Representantes; Diretoria, órgão executivo, eleita trienalmente pelo Conselho de Representantes e composta por 33 membros. Abaixo da Diretoria encontram-se os Conselhos Técnicos e de Turismo, órgãos consultivos do sistema, em seguida, está a Presidência da entidade, constituída pelo Gabinete da Presidência. Subordinada ao Gabinete da Presidência encontra-se a Assessoria junto ao Poder Legislativo – Apel, dentre as demais assessorias: Assessoria Junto ao Poder Judiciário e Assessoria Junto ao Poder Executivo. A seguir, a estrutura da CNC passa a ser do tipo funcional, composta por um Diretor Secretário, responsável pela parte administrativa, e por um Diretor Tesoureiro, responsável pela parte financeira e patrimonial.

¹⁰O “Centrão” era o grupo majoritário na Constituinte, formado por uma parcela dos parlamentares do PMDB, pelo PFL, PDS e PTB, além de outros partidos menores. O “Centrão”, apoiado pelo Poder Executivo e representantes das tendências mais conservadoras da sociedade, conseguiu influir decisivamente na regulamentação dos trabalhos da Constituinte e no resultado de votações importantes, como a duração do mandato de Presidente Sarney, a questão da reforma agrária e o papel das Forças Armadas.

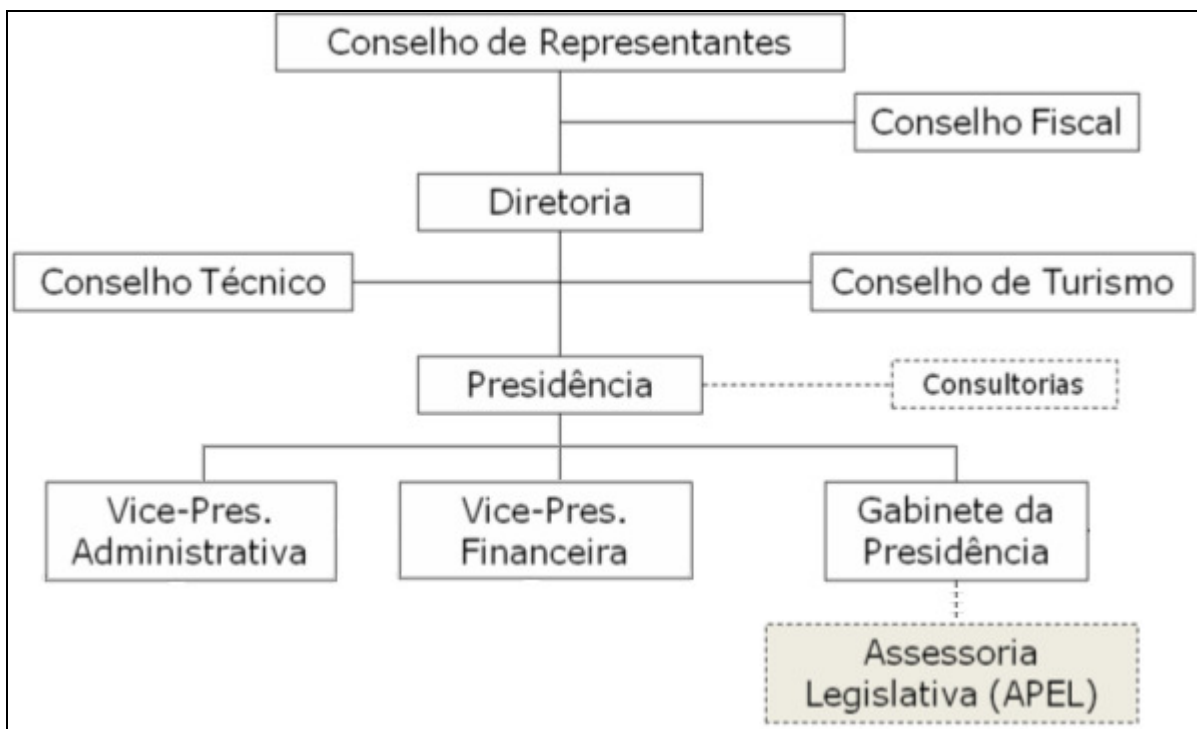


FIGURA 1: Visualização da Assessoria junto ao Poder Legislativo - Apel na estrutura hierárquica da CNC.

Fonte: Dados do autor, 2009.

A partir de 2003, a Assessoria junto ao Poder Legislativo - Apel evoluiu tecnologicamente com conclusão e operacionalização do Sistema de Informação Parlamentar - SIP, apresentando, atualmente, trabalhos digitais e na internet, com informações *on line*.

A Apel publica livros que auxiliam o entendimento do processo legislativo e dos grandes debates no Congresso Nacional, como “Estudos Especiais” e “Como um Projeto se Torna Lei”.

Há dois anos participa de uma parceria com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para a realização de seminários internacionais sobre educação.

No início de 2008, a Apel possuía 10 funcionários, além de seu chefe, dos quais 5 exerciam suas atividades diretamente no Parlamento, desenvolvendo ações de convencimento sobre os atores políticos e os burocratas. Além da secretaria da Assessoria, havia três importantes divisões laborais: um grupo trabalhava no Sistema de Informação e Comunicação – SIP e era responsável pela operacionalização desse banco de dados, pelas ações parlamentares desenvolvidas no Congresso Nacional e por criar e desenvolver atividades de assessoria legislativa nos estados juntos as Federações do Comércio; um segundo que era responsável

pela realização de eventos e divulgação institucional do Sistema CNC-Sesc-Senac; e um terceiro grupo que tinha como tarefa a divulgação das ações, informações e conhecimentos produzidos pela Assessoria, utilizando o Diário Legislativo - DLG como instrumento.

O DLG é um informativo eletrônico *on line* que se encontra disponível no Portal da CNC. A informação é de cunho jornalístico, subdividida por canais representativos do segmento do comércio, que reproduz informações do Congresso Nacional e da própria CNC. A abordagem é informativa e analítica quanto ao processo legislativo e destaca situações especiais nas Casas do Legislativo, exibindo tendências político-partidárias.

Na figura 2 é possível ver a página inicial do Diário Legislativo da CNC - DLG.

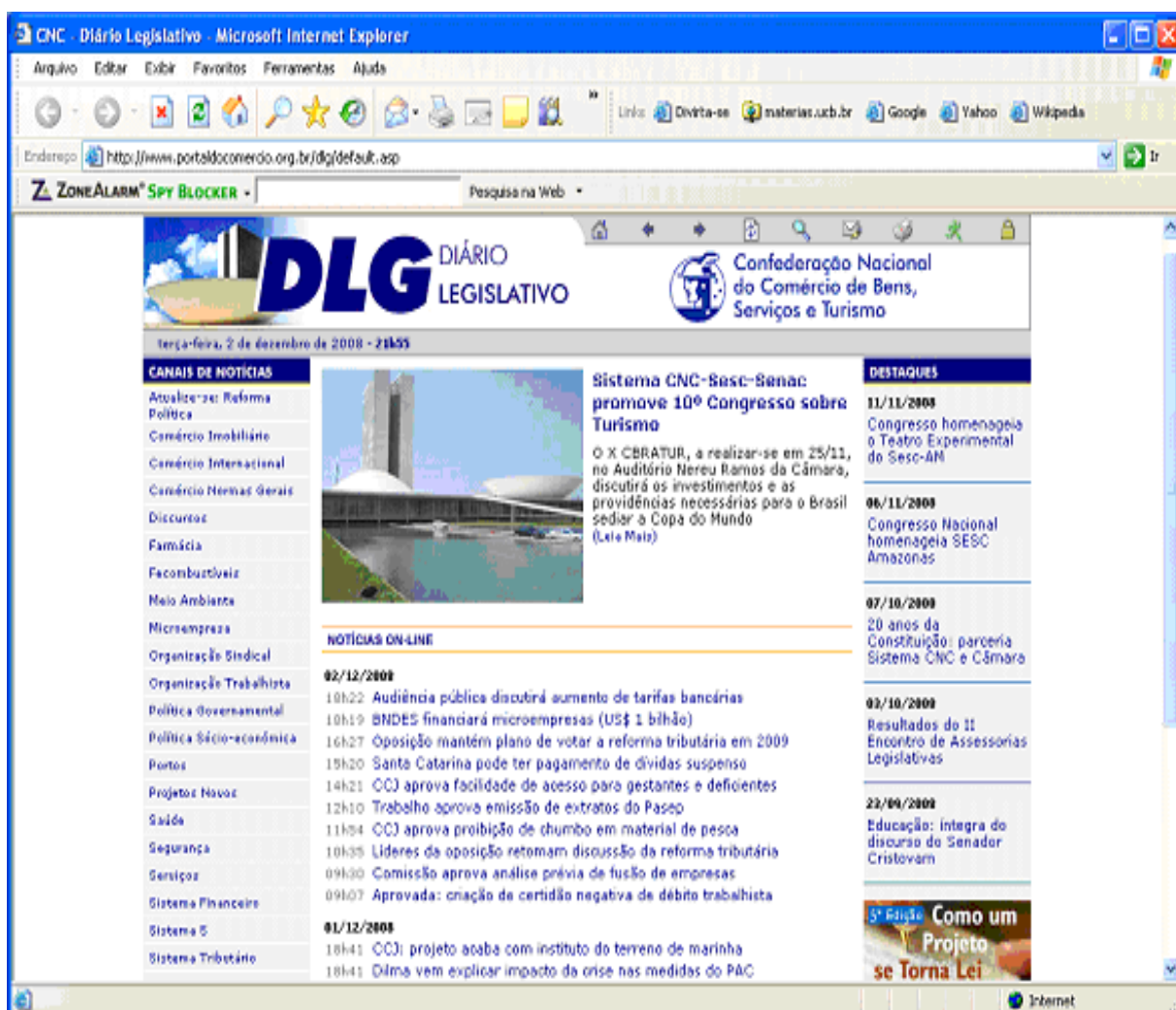


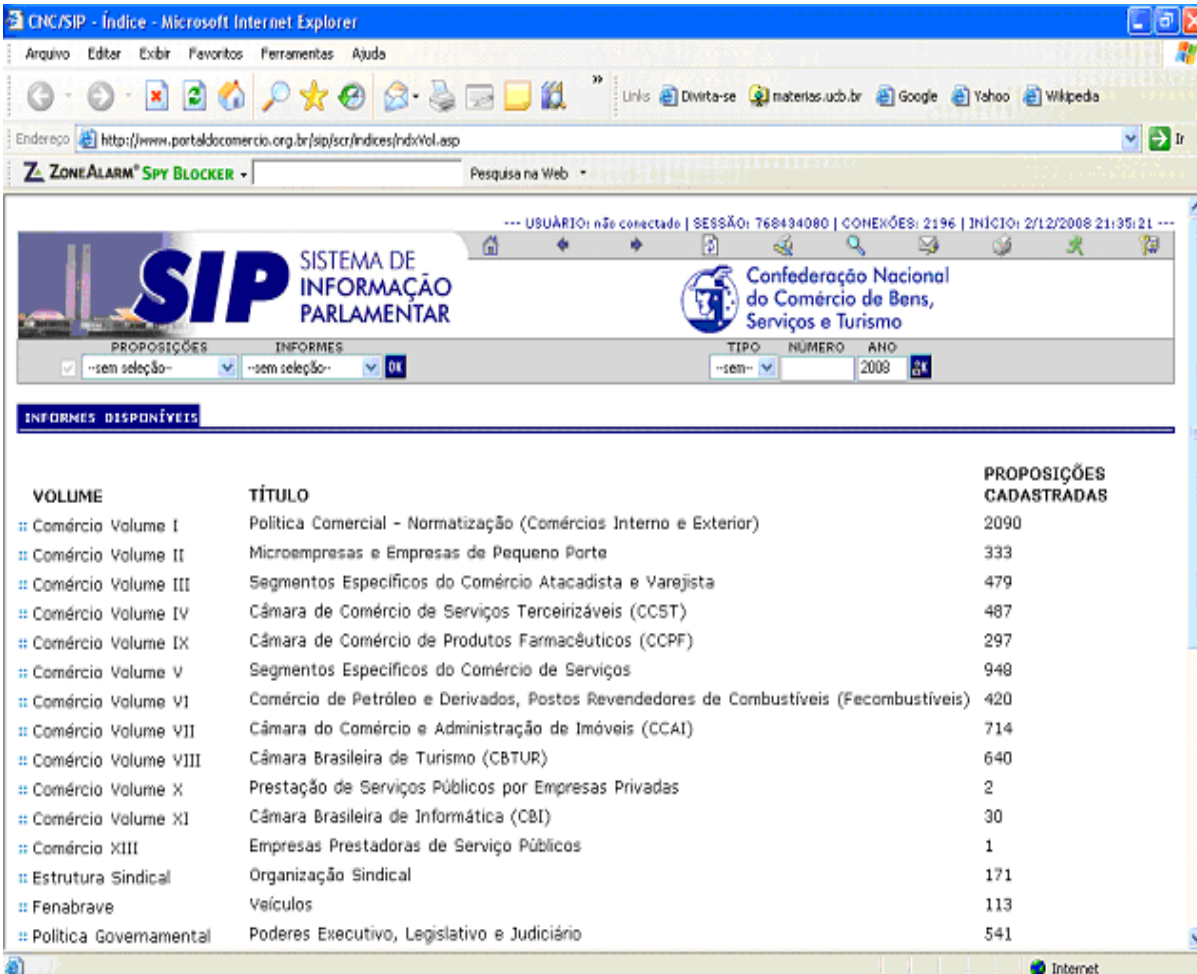
FIGURA 2: Diário Legislativo da CNC - DLG.
Fonte: Portal da CNC.

3.3.1 Sistema de Informação Parlamentar – SIP

O Sistema de Informação Parlamentar - SIP foi criado, e é gerenciado, pela CNC e encontra-se voltado para ações do Congresso Nacional, de forma a permitir o acompanhamento das proposições legislativas de interesse do comércio.

É composto de informações sobre tramitação, análises, pesquisas e estratégias relacionadas às proposições do Poder Legislativo Federal. Contém, ainda, detalhes do processo legislativo, pareceres das Consultorias e Divisões Técnicas da CNC, ações parlamentares desenvolvidas e as íntegras dos documentos.

A figura 3 representa a tela inicial do Sistema de Informação Parlamentar - SIP na internet com o número de proposições cadastradas na ferramenta digital e separadas pelos diversos segmentos em que a CNC atua até o momento do acesso ao sítio, dezembro de 2008.



--- USUÁRIO: não conectado | SESSÃO: 768434080 | CONEXÕES: 2196 | INÍCIO: 2/12/2008 21:35:21 ---

SIP SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARLAMENTAR

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

PROPOSIÇÕES: --sem seleção--
INFORMES: --sem seleção--
TIPO: --sem--
NUMERO:
ANO: 2008

INFORMES DISPONÍVEIS

VOLUME	TÍTULO	PROPOSIÇÕES CADASTRADAS
Comércio Volume I	Política Comercial – Normatização (Comércios Interno e Exterior)	2090
Comércio Volume II	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	333
Comércio Volume III	Segmentos Específicos do Comércio Atacadista e Varejista	479
Comércio Volume IV	Câmara de Comércio de Serviços Terceirizáveis (CCST)	487
Comércio Volume IX	Câmara de Comércio de Produtos Farmacêuticos (CCPF)	297
Comércio Volume V	Segmentos Específicos do Comércio de Serviços	948
Comércio Volume VI	Comércio de Petróleo e Derivados, Postos Revendedores de Combustíveis (Fecombustíveis)	420
Comércio Volume VII	Câmara do Comércio e Administração de Imóveis (CCAI)	714
Comércio Volume VIII	Câmara Brasileira de Turismo (CBTUR)	640
Comércio Volume X	Prestação de Serviços Públicos por Empresas Privadas	2
Comércio Volume XI	Câmara Brasileira de Informática (CBI)	30
Comércio XIII	Empresas Prestadoras de Serviço Públicos	1
Estrutura Sindical	Organização Sindical	171
Fenabreve	Veículos	113
Política Governamental	Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário	541

FIGURA 3: Página inicial do Sistema de Informação Parlamentar - SIP.
Fonte: Portal da CNC.

Nas figuras 4 e 5 é possível visualizar a pesquisa feita, em dezembro de 2008, por proposição e o tipo de informação que o SIP divulga aos seus usuários. Salienta-se que o acesso ao SIP é realizado mediante a senha individual adquirida junto à Apel.

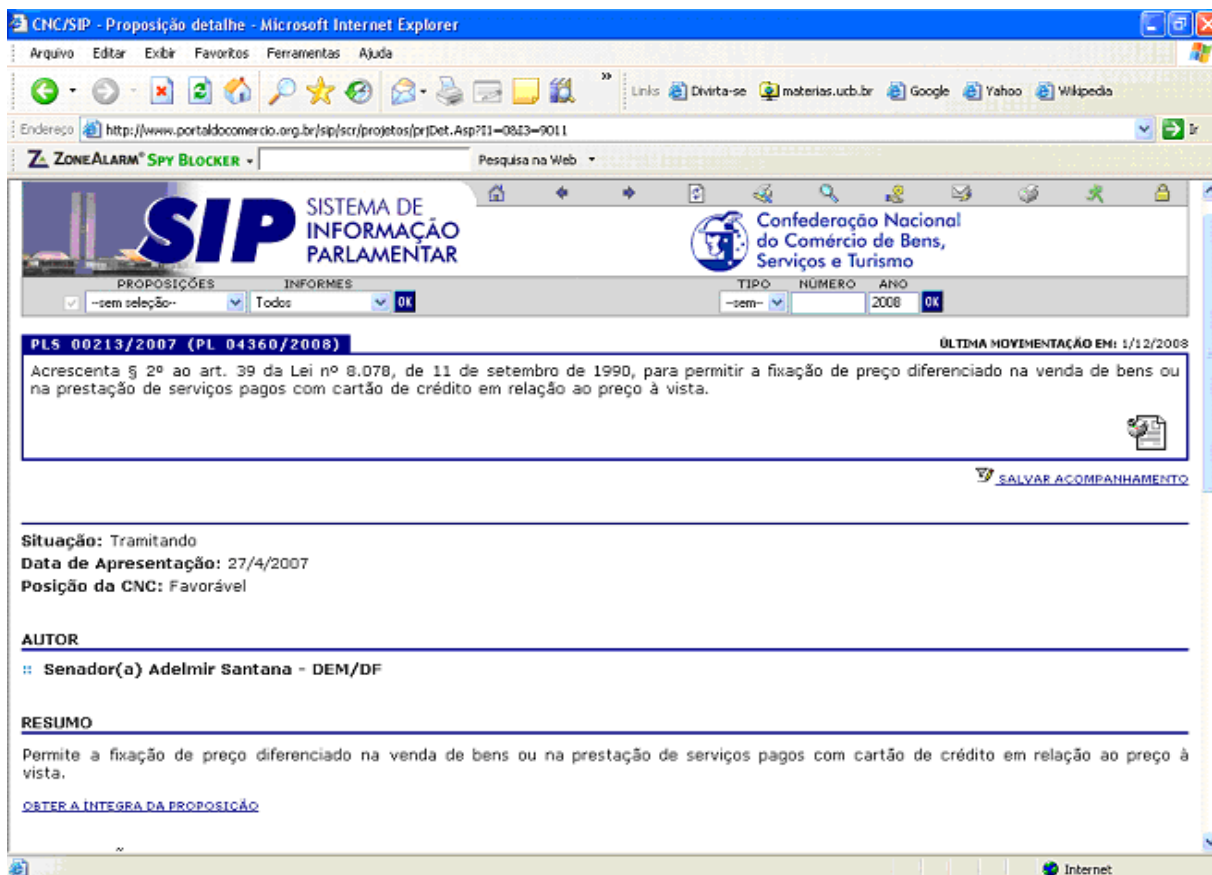


FIGURA 4: Visualização de proposição no Sistema de Informação Parlamentar – SIP.
Fonte: Portal da CNC.

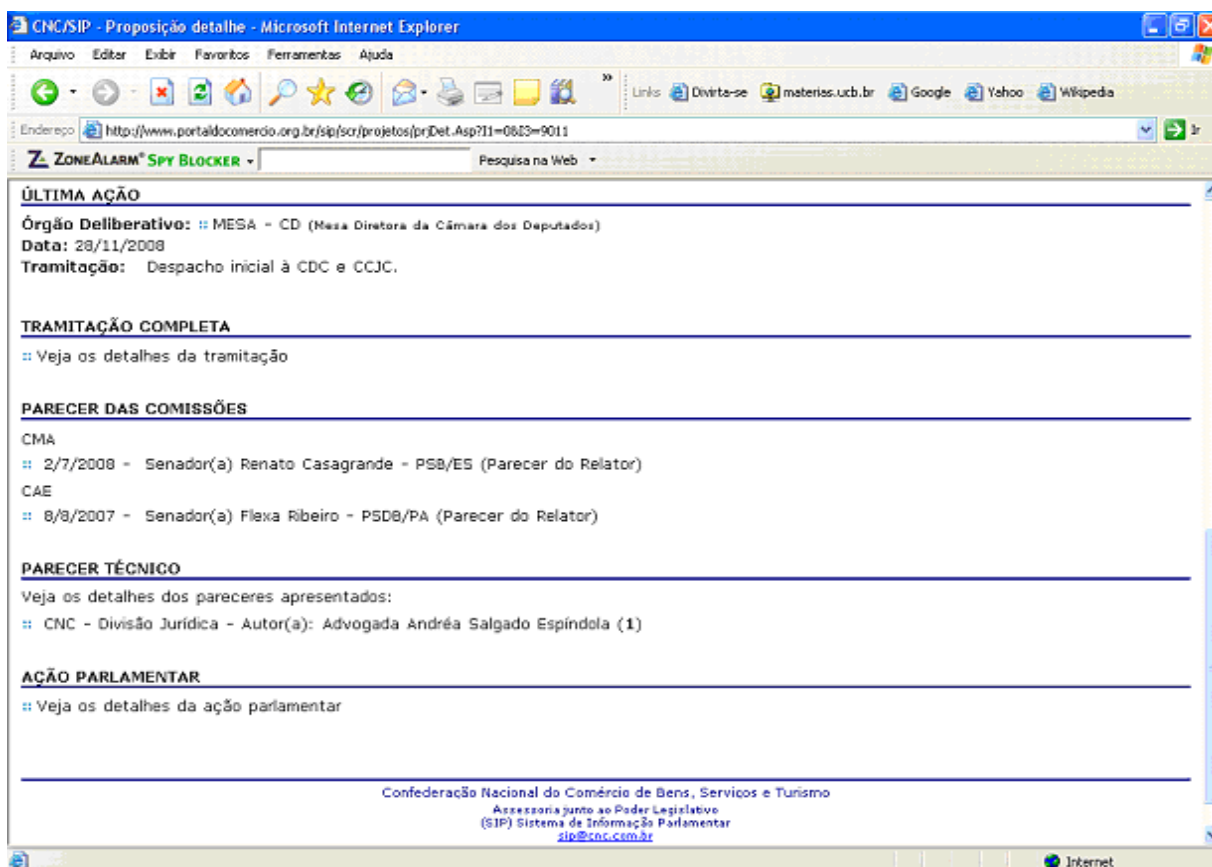


FIGURA 5: Visualização de proposição no Sistema de Informação Parlamentar - SIP (continuação).
Fonte: Portal da CNC.

O SIP tem por objetivos:

- Analisar e gerenciar informações legislativas para todo o Sistema CNC-Sesc-Senac;
- Atuar no Poder Legislativo no sentido de sensibilizar o Parlamento em prol dos interesses do Sistema CNC e do empresariado do comércio de bens, serviços e turismo;
- Consultar e registrar a manifestação sobre o mérito das proposições do Sistema, visando à implementação de ações parlamentares.

A Apel obteve as seguintes vantagens com o SIP:

- Padronização do fluxo de informação na Assessoria Legislativa;

- Acompanhamento de todas as proposições de interesse do comércio de bens, serviços e turismo, com atualização *on line* (aproximadamente 11.000 proposições em maio de 2008);
- Criação do arquivo virtual das proposições da Apel;
- Controle, gerenciamento e unificação das ações parlamentares desenvolvidas;
- Facilidade na recuperação das proposições;
- Agilidade na obtenção e no envio de informações estratégicas;
- Integração entre os setores da CNC e do próprio Sistema CNC.

A Assessoria utiliza três ferramentas para transformar os dados contidos no Sistema de Informação Parlamentar - SIP em informações estratégicas para o auxílio e o desenvolvimento de ações parlamentares. São elas:

- Notas Legislativas;
- Relatórios de Atividade Parlamentar;
- Pareceres Legislativos.

As Notas Legislativas são usadas para solicitações simples e divulgação de informações relevantes dentro da estrutura da Confederação. Muitas vezes são publicadas no Diário Legislativo (DLG).

Os Relatórios de Atividades Parlamentar são instrumentos onde o funcionário da Apel descreve situações políticas, como Reuniões deliberativas nas Comissões ou no Plenário das Casas Legislativas, Audiências Públicas e demais eventos em que a CNC participe. O objetivo é possuir uma densa fonte de dados que servirá de consulta no processo decisório.

Já o Parecer Legislativo contém uma análise mais detalhada e qualificada e tem o intuito de construir cenários políticos de forma a minimizar os riscos da tomada de decisão e direcionar a ação parlamentar. É o instrumento que indica qual é o momento e a melhor forma de agir estrategicamente para a maximização dos resultados legislativos.

3.3.1.1 Processos de Trabalho no SIP

Em todos os dias úteis, um assessor da Apel faz a pesquisa nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com o objetivo de identificar todas as novas proposições apresentadas. Após essa varredura, o assessor seleciona os projetos que interessam ao Sistema CNC e os classifica em uma, ou mais, categorias previamente definidas pela Apel, como tributos, política comercial, Sistema S, relações trabalhistas, farmácias, combustíveis, entre outras.

Depois da seleção e classificação, um funcionário, que atua exclusivamente na inserção de informações no banco de dados, faz o cadastramento dos projetos, elaborando um resumo do seu texto e colocando as informações sobre o autor, partido, estado, texto original, breve comentário sobre a tramitação segundo o regimento interno de cada Casa, categoria e segmento do comércio que foi classificado. Ao final do cadastramento, o funcionário efetua uma última ação: insere o projeto no serviço de informação de movimentação de proposições da Câmara ou do Senado.

Esse serviço permite que o usuário tome conhecimento, por e-mail, da movimentação da proposição em sua tramitação legislativa. Esse serviço facilita a manutenção das informações dos projetos no banco de dados, já que o funcionário que irá atualizar as informações da tramitação não precisa verificar todos os projetos do SIP, ele apenas confere os projetos que realmente tiveram movimentação.

Diariamente, a Apel recebe, por e-mail, informações da movimentação das proposições. Assim, o funcionário observa quais são as informações relevantes da tramitação e faz a inserção dos dados que julgar necessário para informar o Sistema CNC e para as ações parlamentares, como: comissão temática em que a matéria tramita, relatores, pareceres apresentados e aprovados, redações finais, emendas, novas nomenclaturas quando se altera a Casa Legislativa, prazos para emendas e recursos, entre outros.

Salienta-se que o sítio do Senado Federal não disponibiliza os pareceres apresentados. Assim, faz-se necessário que um dos assessores se comunique com a comissão onde o parecer foi apresentado ou com o gabinete do senador relator com o objetivo de solicitar o documento e o voto do relator. Em último caso, adquire-se o parecer quando o projeto entra em pauta, porém será obrigatória a digitalização

do texto para sua inserção no Sistema de Informação Parlamentar, uma vez que é distribuído apenas o texto impresso.

Caso o assessor identifique que a matéria necessita de acompanhamento diferenciado, a proposição é considerada prioritária, merecendo atuações no Legislativo para sua aprovação, adaptação ou rejeição. Assim, é solicitado, via SIP, parecer técnico dos órgãos da CNC sobre a proposição. Esse parecer pode ser da Divisão Jurídica, Econômica, Sindical ou da própria Apel.

Quando do retorno do parecer, é informado no SIP o grau de prioridade da matéria (1, 2 ou 3), bem como o posicionamento da CNC: favorável, favorável com ressalvas ou divergente.

O grau de prioridade é uma escala utilizada pela Apel para diferenciar os projetos mais importantes dentre os selecionados como prioritários. As proposições de grau 1 são as mais relevantes e possuem acompanhamento direto pela presidência da CNC. As de grau 2 são as demandadas pelas federações e terceiros. Já as classificadas como sendo de grau 3 são as demais proposições prioritárias determinadas pela própria Apel. De acordo com o cenário político e com os interesses do Sistema CNC-Sesc-Senac o grau, o posicionamento e até mesmo a classificação de uma proposição como prioritária podem ser alterados.

Inicia-se a ação parlamentar da Apel.

3.3.2 Ação Parlamentar da Apel

A ação parlamentar da CNC é a atuação junto aos órgãos do Congresso Nacional, aos legisladores, aos servidores e demais atores políticos na afirmação dos interesses do empresariado do comércio de bens, serviços e turismo.

Com essa atividade a Assessoria pretende:

- Influir no processo decisório;
- Abrir canais de comunicação com o processo legislativo;
- Obter elementos e informações para o planejamento estratégico dos setores e empresas de interesse do comércio;
- Antever, defender e posicionar perante as mais diversas propostas apresentadas no Poder Legislativo.

Dentre as mais diversas atividades e ações parlamentares da CNC, pode-se destacar:

- Envio de correspondências e documentos: A mais corriqueira das ações de influência sobre o processo legislativo;
- Visitas e contatos pessoais com parlamentares e técnicos do Legislativo: Outra ação muito usada e complementada com a entrega de documentos e correspondências oficiais;
- Realização de eventos sociais: Almoços, jantares e coquetéis destinados a aproximar os parlamentares à CNC;
- Realização de eventos institucionais: Seminários, mesas-redondas, palestras, conferências e congressos destinados ao debate de questões de interesse dos grupos de pressão, não necessariamente relacionadas com questões de interesse em debate no Poder Legislativo;
- Participação em audiências públicas: Um importante recurso e largamente empregado, pois é a oportunidade para se debater, abertamente, questões de interesse, fazendo e rebatendo críticas e expondo o posicionamento do segmento publicamente;
- Propaganda: Esse instrumento como forma de pressão e convencimento dos parlamentares é largamente utilizado no país;
- Edição de publicações: Instrumento utilizado para divulgar os pontos de vista do grupo de pressão e as virtudes dos interesses que defendem.

Dos mais de 11.000 (onze mil) projetos acompanhados no SIP, quase 500 (quinhentos) são considerados prioritários e nessas proposições é que se realiza a ação parlamentar da Assessoria. Assim, cada um dos cinco assessores é responsável por, aproximadamente, 100 projetos, somando as proposições que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Salienta-se que esses números são de maio de 2008, obtidos no mesmo mês junto à Apel.

A Assessoria da CNC mensura os seus resultados por meio da análise dos impactos de suas atuações, verificando se obteve sucesso, sucesso parcial ou insucesso ao concretizar suas demandas. O índice de sucesso das ações

parlamentares da Apel no ano de 2008, até o mês de setembro, estava em 75%, sendo que esse índice, segundo o Plano Estratégico da CNC¹¹, deveria ser alcançado no ano de 2010.

A ação parlamentar da Apel será melhor detalhada nos capítulos 4 e 5 deste trabalho onde será mensurada e comparada com as demais assessorias.

3.3.3 Projeto Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas (SIP/UF)

O Projeto Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas (SIP/UF) originou-se da necessidade, detectada por algumas federações filiadas à CNC, de recursos que possibilitassem a análise, o controle e a intervenção nas proposições do Poder Legislativo estadual. Foi localizada uma demanda pela implantação de uma metodologia de trabalho voltada para o gerenciamento das proposições legislativas estaduais no campo de ações das Fecomércios.

A proposta de trabalho do SIP/UF baseia-se na implantação de um sistema para o acompanhamento legislativo com a utilização da estrutura do SIP/CNC, mas ajustado às características do processo legislativo das Assembleias Legislativas estaduais e/ou Câmaras Municipais. Busca, ainda, estabelecer uma integração entre as Assessorias Legislativas da CNC e das Federações do Comércio envolvidas no Projeto.

A Apel fornece os parâmetros e as diretrizes para o desenvolvimento da solução tecnológica nas Federações interessadas, disponibilizando seu conhecimento, bem como treinamento para utilização da ferramenta.

Cabe às assessorias das federações inserções e atualizações dos dados que compõem o SIP/UF, executando as ações parlamentares no Legislativo estadual e coordenando o projeto no âmbito municipal.

O banco de dados do SIP/UF possui a capacidade de receber as seguintes informações:

- Nomenclatura da proposição;
- Data de apresentação;

¹¹ O Plano Estratégico da CNC, elaborado em 2007, traça uma meta de 70% de sucesso nas ações desenvolvidas pela Apel no Congresso Nacional até 2009. Já em 2010, esse percentual é elevado em mais 5 pontos percentuais. E, em 2020, a meta de sucesso é de 80%.

- Texto original do projeto;
- Resumo dos objetivos da proposição;
- Informação prévia das comissões que a matéria será deliberada;
- Autoria e partido do parlamentar;
- Classificação no segmento definido pela entidade responsável pelo SIP/UF;
- Comissões de tramitação;
- Relatoria e partido;
- Informações dos pareceres e emendas apresentados e aprovados, bem como os seus textos originais;
- Contatos nas comissões temáticas da Casa Legislativa;
- Contatos nos gabinetes parlamentares;
- Informações de arquivamento, sanção, promulgação e apensamento;
- Pareceres técnicos internos da entidade representativa sindical;
- Projetos prioritários e assessores responsáveis;
- Ações parlamentares desenvolvidas, bem como a integra dos documentos enviados as atores do Legislativo;
- Respostas e resultados das ações parlamentares.

Esses dados são disponibilizados na internet, por meio dos portais de cada Fecomércio participante do SIP/UF, aos seus diretores, sindicatos e demais autorizados. O acesso é feito mediante a senha individual gerenciada pela Fecomércio responsável pelo banco de dados.

A ferramenta tecnológica SIP, após a inclusão das informações e dados parlamentares e legislativos, formula relatórios automáticos com os mais variados dados e índices, por exemplo: é possível verificar o índice de sucesso de determinado assessor em comissão específica da Casa Legislativa, ou se determinado parlamentar é alinhado aos interesses do empresariado do comércio pelas suas relatorias, autorias e votações.

Em parceria com a Apel, as Assessorias das Federações elaboram propostas conjuntas de ações parlamentares no Congresso Nacional. Em contrapartida a Apel executa ações parlamentares, com o auxílio das federações do comércio, na base dos parlamentares federais.

Para que uma entidade do Sistema CNC-Sesc-Senac participe do projeto SIP/UF algumas condições são necessárias, como:

- Possuir profissionais para inserir informações no banco de dados e com conhecimento do processo legislativo, preferencialmente bem relacionado no âmbito do Poder Legislativo estadual;
- Ter computador com acesso à internet, scanner, conversor de arquivos PDF e licença do *software* Citrix MetaFrame (tecnologia utilizada para o acesso ao banco de dados).

O processo básico de implementação do projeto corresponde às seguintes fases:

- Demonstração de interesse pela Federação;
- Apresentação detalhada do projeto SIP/UF pela Apel à Federação requisitante;
- Levantamento dos requisitos do trabalho legislativo e de tecnologia da informação;
- Treinamento dos funcionários da Fecomércio para o manuseio da ferramenta tecnológica e capacitação para atuar no Legislativo local;
- Estabelecimento de processo de trabalho de análise, gerenciamento e manutenção do SIP-UF;
- Testes;
- Produção;
- Estabelecimento de ações parlamentares integradas.

O projeto SIP/UF iniciou-se em quatro estados, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Roraima, em 2005. Desses estados somente no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro o projeto foi consolidado, o que será descrito à frente.

Atualmente, as Federações do Comércio dos estados de Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo, Acre e Santa Catarina já fazem parte do projeto.

Será iniciado, também como projeto piloto, o SIP/Municipal. A Fecomércio/RS e a CNC escolherão um sindicato no município de Caxias do Sul para

acompanhamento dos trabalhos da Câmara Municipal daquele município com a utilização da ferramenta SIP/Municipal.

O SIP/Municipal é o mesmo banco de dados do SIP/UF, porém é adaptado à realidade e ao processo legislativo local.

No atual momento, as assessorias do Sistema CNC que já possuem seus trabalhos consolidados - CNC, Fecomércios do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e São Paulo – estão formando uma Rede Legislativa com o objetivo de unificar sua linguagem e suas ações nos Legislativos, principalmente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como ter uma maior ação nas bases dos parlamentares federais, em suas cidades, com acesso aos políticos locais ligados ao ator central.

Assim, percebe-se que o trabalho desenvolvido pela CNC no Congresso Nacional passa a ser complementado pelas assessorias das federações do comércio estaduais.

O objetivo inicial do projeto SIP/UF era auxiliar algumas federações a desenvolverem trabalho nos Legislativos locais de acompanhamento e de influência para que os seus interesses e de seus representados prevalecessem sobre os demais, porém em algumas federações, como na do Rio de Janeiro e na do Rio Grande do Sul, o trabalho de ação parlamentar tornou-se tão complexo quanto ao da CNC.

Dessa forma, cabe detalhar as atividades de assessoria parlamentar das três primeiras federações do projeto SIP/UF e compreender quem são as entidades estaduais de representação do empresariado do comércio do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e do Paraná.

4 AÇÕES PARLAMENTARES EM ÂMBITO ESTADUAL

A exemplo do capítulo anterior, faz-se necessário contextualizar as entidades patronais locais estudadas. Assim, na busca de compreender a ação parlamentar de grupos que representam parte da elite econômica nacional dentro dos Legislativos é fundamental conhecer suas origens, seus interesses, seus membros, seu corpo técnico, seus produtos e projetos e suas assessorias parlamentares.

4.1 A Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro – Fecomércio/RJ

A Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio/RJ) é formada por 61 sindicatos patronais fluminenses e representa os interesses de todo o comércio de bens, serviços e turismo do Rio de Janeiro. O setor reúne mais de 400 mil empresas, que respondem por cerca de 60% do PIB e quase 90% dos estabelecimentos do estado, gerando mais de 2,7 milhões de empregos formais¹².

A entidade é responsável por manter e administrar o Sesc e o Senac em âmbito estadual.

Para atender aos anseios e necessidades do segmento que representa, a Fecomércio/RJ implementa ações em diferentes frentes, como, por exemplo, na parlamentar, na governamental e no trabalho de pesquisa e mapeamento do comércio de bens, serviços e turismo em todo estado.

As micro e pequenas empresas são quase a totalidade do setor terciário do Rio de Janeiro. Assim, a Federação do Comércio incentiva a existência de redes colaborativas, incubadoras, agências de microcrédito e programas de empreendedorismo.

A entidade sindical, também, trabalha em prol da qualificação do empresariado, por meio da difusão de valores de cidadania corporativa, pesquisas, estudos, além do acesso e capacitação a novas técnicas de gestão e tecnologia da informação.

Suas ações parlamentar e governamental consistem em estabelecer canais permanentes de comunicação político-institucionais com os Poderes Legislativo e

¹² Dados do sítio eletrônico da Fecomércio/RJ.

Executivo estaduais. O núcleo jurídico e legislativo da federação transmite aos parlamentares informações setoriais e antecipa as conseqüências de leis em fase de tramitação. Também compete ao setor jurídico e ao legislativo a análise dos impactos e a difusão entre as empresas dos atos editados pelo poder público. A área tributária também possui ações junto ao governo. O núcleo ainda presta apoio técnico em assembléias gerais dos sindicatos e em negociações coletivas do trabalho.

A Federação do Comércio do Rio de Janeiro também busca a ampliação e aperfeiçoamento da atuação dos sindicatos filiados. Nesse sentido, presta assessoria em negociações e dissídios coletivos, bem como, em processos junto à Justiça do Trabalho e na organização das entidades (elaboração de estatutos, atas de assembléias, entre outros). Em relação às empresas fluminenses do comércio de bens, serviços e turismo, o setor realiza enquadramentos sindicais e orienta o empresariado sobre as convenções coletivas de trabalho.

Com o objetivo de qualificar o empresariado, por meio da disseminação de valores de cidadania corporativa e responsabilidade social, a Fecomércio realiza e apóia seminários, palestras, eventos e feiras regionais, e edita cadernos técnicos sobre assuntos de interesse do setor.

4.1.1 Assessoria Parlamentar

A Assessoria Parlamentar da Fecomércio/RJ encontra-se vinculada à Relações Institucionais, órgão subordinado à Presidência. O objetivo da Assessoria é colaborar com o estado do Rio de Janeiro e seus municípios como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas relacionados ao direito de propriedade, da livre iniciativa, da economia de mercado, da liberdade para o exercício do comércio e para a concorrência leal.

A Assessoria possui dois funcionários que são responsáveis pelas atividades internas, como o funcionamento do Sistema de Informação Parlamentar do Rio de Janeiro – SIP/RJ, e pelas atividades externas, de acompanhamento legislativo na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - Alerj e da própria ação parlamentar.

4.1.1.1 Sistema de Informação Parlamentar do Rio de Janeiro (SIP/RJ)

Antes mesmo da implantação do Projeto SIP/UF a Assessoria da Fecomércio/RJ já atuava no Legislativo estadual e possuía outra ferramenta de Tecnologia de Informação e Comunicação responsável pela armazenagem de seus dados legislativos, ferramenta essa mais simples e que não possibilitava o acompanhamento de todas as informações coletadas, nem mesmo gerava indicadores das atividades legislativas e da própria Assessoria.

O SIP/RJ permitiu que os sindicatos filiados à Federação do Comércio do Rio de Janeiro tenham um melhor acompanhamento das informações legislativas. Os sindicatos puderam acompanhar as ações parlamentares desenvolvidas pela Federação, para ações estaduais, e pela CNC, para ações nacionais.

O Projeto SIP/UF também possibilitou uma melhor visão dos trabalhos das demais Assessorias do Sistema CNC e das proposições que tramitam nas outras Casas Legislativas.

Um funcionário da Assessoria é responsável pela busca de informações das proposições no portal da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e pela leitura do Diário Oficial do estado, já que todos os projetos são publicados nesse instrumento.

Após a identificação das matérias, os projetos são selecionados, classificados e cadastrados no SIP/RJ. Verifica-se a necessidade de parecer técnico sobre o projeto - jurídico, parlamentar ou econômico. Quando se solicita parecer técnico, a proposição tornar-se prioritária para a Fecomércio/RJ. Antes da ação parlamentar a Assessoria é incumbida de elaborar uma ampla divulgação da matéria para os seus diretores e sindicatos.

Todas essas informações, pareceres técnicos e ações parlamentares, são cadastradas no SIP/RJ, como as demais informações da tramitação do projeto, relatores, pareceres e votações.

Diariamente são incluídos novos projetos apresentados e é feita a atualização das proposições no banco de dados.

4.1.1.2 Ação Parlamentar da Assessoria da Fecomércio/RJ

Os projetos prioritários da Federação possuem três categorias e as ações parlamentares são desenvolvidas com base nessa classificação. Os projetos classificados com o grau de prioridade 3, são os de baixa relevância e as ações serão resumidas no envio de ofícios e documentos técnicos aos relatores nas comissões da Assembléia.

Já os projetos de grau 2 possuem relevância moderada e além do envio de ofícios e materiais técnicos aos relatores, também são informados do posicionamento da Federação os líderes partidários e os presidentes das comissões e o próprio presidente da Casa Legislativa.

Os projetos de alta relevância, de grau 1, terão ações similares aos de grau 2 e 3, além de contatos pessoais dos assessores e diretores da Fecomércio/RJ com os parlamentares estaduais.

Até maio de 2008, a Assessoria Parlamentar acompanhava em torno de 600 projetos, dos quais 31 eram considerados prioritários dos mais diversos graus.

Juntamente com as ações no Legislativo a Assessoria possui outros projetos e serviços, como:

- Informe Legislativo, boletim mensal distribuído aos integrantes do Sistema Fecomércio/RJ com informações das proposições legislativas;
- Relatórios Analíticos, documentos que descrevem a posição e os cenários de projetos de lei específicos inseridos na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro;
- Como um Projeto se Torna Lei na Alerj, publicação elaborada em conjunto com a Apel/CNC que demonstra o processo de tramitação de projetos na Assembléia do Rio de Janeiro; e
- Balanço Legislativo, instrumento que acompanha os indicadores da produção legislativa e contém os seguintes indicadores: número de projetos de lei (apresentados, aprovados e rejeitados), origem da produção legislativa, natureza da produção legislativa (por parlamentar, por bancada, entre outros), votações nominais e posicionamento das bancadas, audiências públicas solicitadas e realizadas e alterações nos marcos regulatórios divididos por área.

4.2 A Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul – Fecomércio/RS

O Sistema Fecomércio/RS representa mais de 500 mil empresas do comércio de bens, serviços e turismo do Rio Grande do Sul, que geram cerca de um milhão de empregos formais¹³. O Sistema agrega o Serviço Social do Comércio (Sesc-RS), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-RS), o Instituto Fecomércio de Pesquisa (Ifep) e o recém criado Centro do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Sul (Ccergs).

A entidade atua no âmbito político-institucional na geração de condições à qualificação e ao desenvolvimento do setor que representa, com o objetivo de defender um cenário que possibilite o empreendedorismo e a expansão das atividades econômicas. Entre as bandeiras defendidas pela Fecomércio/RS estão gestão pública eficaz, racionalização dos impostos, fortalecimento da representatividade, modernização na relação capital e trabalho, combate à informalidade e luta pela longevidade das empresas.

Tendo a missão de assegurar às empresas do setor terciário condições para gerar resultados positivos e desenvolver a sociedade, a Federação do Comércio gaúcha reúne 112 sindicatos patronais.

Entre as atividades realizadas pela Fecomércio/RS, estão:

- Sistema de Informações Parlamentares (SIP Municipal/ Estadual/Federal)
- CNC/Equifax;
- Certificados de origem;
- Certidão de exclusividade;
- Missões empresariais;
- Agência de Notícias;
- Convênio CEF crédito para micro e pequenas empresas; e
- Assessorias Tributária, Trabalhista, Sindical, Política, Econômica, Logística, de Comunicação, de Planejamento e de Comércio Exterior.

¹³ Dados do portal da Fecomércio/RS.

As redes de relacionamentos espalhadas por todo o estado têm o objetivo de reunir lideranças empresariais em sinergia com os interesses defendidos pela Fecomércio/RS. Esse é um dos projetos prioritários da entidade e que prevê agregar mais de dez mil dirigentes ao Sistema. Divididos em 11 regionais que contemplam os 496 municípios do Rio Grande do Sul, os líderes serão o alicerce para unificar bandeiras globais que vão ao encontro das demandas do setor terciário. Ao todo são 11 vice-presidentes, 73 diretores regionais, cerca de 2 mil diretores delegados e uma rede em formação composta por 8 mil lideranças.

O projeto visa destacar representantes conscientes de seu papel na sociedade e que tenham a responsabilidade de interferir junto aos decisores – os agentes políticos -, utilizando três fortes ações: motivo válido, união e pressão. Os dirigentes identificam as necessidades de seus municípios com o total apoio da Fecomércio/RS.

As redes funcionam como base para ampliar a ação política no Estado. A iniciativa, inédita no estado, deverá, futuramente, servir como modelo para outras Federações do país, como forma de unificar bandeiras globais em prol do setor terciário brasileiro. O Sistema Fecomércio/RS disponibiliza diariamente, a toda a Rede de Relacionamentos, como forma de suprir as necessidades de informação, uma série de notícias e acontecimentos julgados importantes para o desenvolvimento do setor de comércio de bens e de serviços no estado. Além disso, a Federação mantém uma linha telefônica gratuita para dúvidas, sugestões e informações.

4.2.1 Assessoria Parlamentar – Aspar

A Assessoria Parlamentar (Aspar) da Fecomércio/RS surgiu após a consolidação do Projeto SIP/UF, em 2007. O acompanhamento legislativo e a consultoria política são as suas principais tarefas, tendo como objetivo aproximar a Federação das instituições públicas com o desenvolvimento de análises, propondo e viabilizando ações no intuito de ampliar a influência do Sistema nas decisões políticas do Estado do Rio Grande do Sul.

A Aspar possui quatro funcionários, incluindo o seu coordenador, e encontra-se subordinada à Presidência da Fecomércio.

A Assessoria também apóia sua diretoria, além de câmaras, conselhos e sindicatos do próprio Sistema.

Todas as quintas-feiras a Federação promove Reunião de Diretoria e antes há o encontro do Conselho de Assuntos Legislativos que levará sua pauta para a Reunião. A Aspar assessora ambos os eventos, levando informações, dados e conhecimento aos membros do Conselho e da Diretoria.

No seu primeiro ano, a Aspar teve sucesso em 88% das suas intervenções nas proposições legislativas, possuindo 54% de parlamentares estaduais alinhados aos seus propósitos na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A Assessoria Parlamentar possui foco no Poder Legislativo, porém atua nos demais Poderes de forma complementar, como na formulação de normas infra-legais.

4.2.1.1 Sistema de Informação Parlamentar do Rio Grande do Sul (SIP/RS)

O Projeto SIP/UF surgiu antes mesmo da Aspar na Fecomércio/RS, em 2005. O SIP/RS é uma ferramenta que auxilia os assessores da Aspar a desenvolverem suas ações legislativas, com o acompanhamento legislativo e parlamentar da Assembléia do Rio Grande do Sul.

O SIP/RS permite a organização das informações e documentos legislativos da Fecomércio/RS, bem como cria um histórico de suas atividades e possibilita focar os trabalhos nos deputados, comissões e plenário. A ferramenta, também, mensura as proposições, as ações parlamentares e índices de desempenho da própria Assessoria.

Encontra-se em desenvolvimento o SIP/Municipal, que será implementado em Caxias do Sul, como projeto piloto, para o acompanhamento da Câmara Municipal.

Diariamente, um dos servidores realiza pesquisa de novos projetos de lei apresentados no Legislativo estadual, via portal da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Um dos assessores seleciona e classifica as matérias, como também define o grau de prioridade.

Os projetos selecionados são inseridos no SIP/RS com informações oriundas do portal da Assembléia, de contatos telefônicos com servidores da Casa Legislativa e dos assessores externos.

Os tipos de informações do SIP/RS são as mesmas do SIP/CNC, como íntegra da proposição, autoria e partido, informação de sua tramitação, classificação, entre outros.

Diferentemente dos serviços prestados pela Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que informam por e-mail quando um projeto tem movimentação em sua tramitação, a Assembléia do Rio Grande do Sul não possui esse tipo de serviço, assim, o funcionário responsável pela manutenção das informações do SIP/RS é obrigado a verificar todos os projetos inclusos no banco de dados e comparar sua tramitação com a tramitação da Assembléia. Dessa forma, cada projeto do SIP/RS é verificado uma vez por semana. Localiza-se no sítio da Assembléia, ou por contatos telefônicos, ou até pessoalmente, informações novas de tramitação que são inseridas na base de dados. Esses dados podem ser informações de relatoria, pareceres apresentados e aprovados e demais deliberações.

A não informação da movimentação das proposições em seu processo legislativo pelo sítio ou por e-mail das Casas Legislativas é um exemplo das dificuldades que os grupos de pressão enfrentam no uso das TIC e que impactam diretamente os seus trabalhos de ação parlamentar.

Pareceres técnicos e ações parlamentares também são cadastrados e atualizados em conformidade com os seus resultados.

A partir dessa ferramenta e das informações organizadas e disponibilizadas dá-se início à ação parlamentar da Fecomércio/RS.

4.2.1.2 Ação Parlamentar da Aspar

A atuação da Aspar na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul visa ampliar a representação política do Sistema Fecomércio/RS, participando do processo legislativo e intervindo nas proposições com base em uma articulação institucional.

A Aspar proporciona a participação da Federação nas audiências públicas e desenvolve trabalho junto às comissões temáticas e ao Plenário da Assembléia. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é tida como prioritária, já que todos os projetos tramitam, primeiramente, nessa comissão. Assim, é designado um assessor para que acompanhe exclusivamente os trabalhos na CCJ.

Após o cadastro da proposição no SIP/RS e sua definição de prioridade, a matéria é distribuída para as Comissões e Conselhos internos da Fecomércio/RS para que seus membros opinem sobre a mesma. As sugestões são levadas ao conhecimento da Presidência, que analisa e determina qual manifestação será utilizada para levar ao conhecimento dos parlamentares a posição da entidade em relação à proposição. Nesse ponto, inicia-se a atividade de convencimento junto aos parlamentares.

A Fecomércio/RS acompanhava, até o mês de maio de 2008, 120 projetos no Legislativo estadual, sendo que 25 proposições eram consideradas prioritárias. Dos 25 projetos prioritários, em 13 ocorreu algum tipo de manifestação por parte da Federação, ou seja, houve pressão da Aspar para aprovação, modificação ou rejeição das matérias.

Os assessores da Aspar só podem fazer contatos direto com os parlamentares acompanhadas por diretores da Federação do Comércio.

As ações da Aspar concentram-se no acompanhamento das Reuniões das Comissões e das Sessões Plenárias do Legislativo estadual, encontros sistemáticos com os deputados gaúchos na Fecomércio/RS, participação de audiências públicas e envio de informações técnicas aos parlamentares e aos seus assessores.

A Assessoria desenvolve produtos que auxiliam sua atividade de *lobby*, como:

- Perfil Parlamentar, estudo que investiga e demonstra a origem, a base eleitoral, afinidades, votações, projetos desenvolvidos e ideologia política e partidária do parlamentar do Rio Grande do Sul;
- *Newsletter*, publicação mensal que informa a tramitação das proposições de interesse do Sistema Fecomércio;
- Agenda Legislativa, encontro semestral com os deputados estaduais no qual são debatidos os projetos prioritários;
- Como um Projeto se Torna Lei, publicação inspirada no produto CNC que detalha o processo legislativo da Assembléia do estado de uma forma didática. Seu objetivo é o assessoramento da Rede de Relacionamento do Sistema Fecomércio, possibilitando uma melhor interação com os parlamentares, além de orientar o empresário quanto a melhor maneira de empreender uma ação parlamentar; e

- Relatórios e pareceres da própria Aspar.

4.3 A Federação do Comércio do Paraná – Fecomércio/PR

Em 19 de Janeiro de 1948, reuniram-se cinco sindicatos empresariais (Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras no Estado do Paraná, Sindicato dos Representantes Comerciais no Estado do Paraná, Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas no Estado do Paraná, Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Curitiba e Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios no Estado do Paraná) e criaram a Federação do Comércio do Estado do Paraná, entidade sindical de grau superior, que entre outros objetivos e atribuições, passou a administrar os serviços sociais e de aprendizagem comercial no Paraná, através do Sesc e Senac.

Em novembro de 1959, os sindicatos do grupo do comércio varejista desfilaram-se da federação original, fundando a Federação do Comércio Varejista, que por consequência da legislação, passou a administrar o Senac.

Por determinação do Sicomercio – Sistema Confederativo de Representação do Comércio –, órgão vinculado à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, deliberou-se pela necessidade da existência de uma única Federação nos estados onde existissem mais de uma entidade. Desta forma, em 14 de outubro de 1998, uma Assembléia composta por 51 (cinquenta e um) sindicatos das áreas do comércio atacadista, varejista e de serviços, aprovou a fusão das duas Federações do Comércio.

A Fecomércio/PR não possui uma assessoria legislativa consolidada e suas ações parlamentares são desenvolvidas diretamente pela sua Presidência e por seus diretores na Assembléia Legislativa.

4.3.1 Projeto Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas (SIP/UF) no Paraná

A Fecomércio do Estado do Paraná também ingressou no Projeto SIP/UF sendo uma unidade piloto, porém logo no início dos trabalhos percebeu-se algumas dificuldades e novas necessidades, distintas das outras duas Federações, Rio de

Janeiro e Rio Grande do Sul. O conteúdo de informações do processo legislativo e das proposições do portal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná – Alep era muito baixo e praticamente não havia serviços disponíveis aos cidadãos e aos grupos organizados.

Assim, havia a necessidade de se ter um funcionário da Fecomércio/PR desenvolvendo suas atividades dentro da Assembléia de forma contínua e ininterrupta, colhendo todas as informações necessárias para se iniciar uma ação parlamentar.

Também era necessário um funcionário que inserisse o conteúdo adquirido na Casa Legislativa e atualizasse o banco de dados e mais um funcionário era recomendado para desenvolver as ações de interesse da Federação no Legislativo estadual.

Na realidade, a entidade sindical possuía apenas um funcionário para exercer todas essas tarefas. Esse ator, ainda, acumulava responsabilidades de outros setores, como a de promoção e eventos.

Dessa maneira o Projeto SIP/UF no Paraná não se desenvolveu como nos outros estados e não ocorreu a formação de assessoria de acompanhamento exclusivo das atividades do Poder Legislativo estadual.

As similaridades são muitas entre as federações do comércio estudadas, bem como suas diferenças, tanto em sua formação quanto na defesa de seus interesses e de seus representados nas respectivas Assembléias Legislativas. As suas assessorias atuam de formas distintas nos parlamentos e muito dessas diferenças provêm da maneira como são adquiridas as informações e os dados legislativos nos portais das Casas legislativas.

Assim, para aprofundar o tema e buscar uma interconexão entre o conteúdo, a forma e os serviços ofertados pelos portais das Assembléias estudadas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com a ação parlamentar da CNC e das Federações do comércio pesquisadas, o próximo capítulo avalia os sítios dos Legislativos em debate e a atuação detalhada das entidades patronais sindicais do comércio de bens, serviços e turismo na afirmação de seus interesses e de seus representados dentro dos Legislativos brasileiros.

5 AVALIAÇÃO DO CONTEÚDO DOS PORTAIS DOS LEGISLATIVOS E DAS ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS LEGISLATIVAS

5.1 Avaliação dos Portais das Casas Legislativas

A proposta deste trabalho é avaliar e comparar as atividades de ação parlamentar das entidades sindicais patronais do comércio e de que forma as TIC, principalmente os portais das Casas Legislativas com que se relacionam, impactam suas atividades.

Assim, a pesquisa concentrou-se em mensurar qualitativamente os sítios do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

O quadro 2 demonstra a existência, ou não, das informações sobre a instituição legislativa nos portais das Casas Legislativas pesquisadas. A palavra “sim” significa que os dados mencionados estão disponibilizados no respectivo portal da Casa Legislativa. Já o “não” identifica que o sítio legislativo a que se refere não disponibiliza a informação citada.

QUADRO 2 – Observância das variáveis da instituição legislativa nos portais pesquisados

<div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg); font-size: small; margin-right: 5px;">Tipo de portal</div> <div style="border-right: 1px solid black; padding: 2px;">Variáveis institucionais</div> </div>	Câmara dos Deputados	Senado Federal	Assembléia Legislativa – RJ	Assembléia Legislativa – RS	Assembléia Legislativa - PR	Evidência de variáveis	% sobre ideal
Constituição	sim	sim	sim	sim	sim	5	100
Regimento Interno	sim	sim	sim	sim	sim	5	100
Composição da Casa	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Partidos políticos	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Lideranças	sim	sim	sim	não	sim	4	80
Blocos parlamentares	sim	sim	não	não	não	2	40
Frentes parlamentares	sim	não	não	não	não	1	20
Parlamentares	sim	sim	sim	sim	sim	5	100
Comissões	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Órgãos administrativos	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Institucional	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Indicadores de desempenho	não	sim	sim	não	não	2	40
Legislaturas anteriores	sim	sim	não	não	não	2	40
Evidência de variáveis	12	12	10	8	4		
% sobre ideal	92,31	92,31	76,92	61,54	30,77		

Fonte: Dados do autor, 2009.

Percebe-se, inicialmente, uma maior disponibilização de informações nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, das treze variáveis pesquisadas ambos disponibilizam doze. Porém, o sítio da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pode ser considerado, nessa primeira avaliação, de moderado para bom, tendo dez ocorrências das treze examinadas. Na avaliação do portal da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul foram localizadas oito variáveis e é possível classificá-lo como moderado. Já no sítio eletrônico da Assembléia Legislativa do Paraná, onde somente quatro variáveis foram identificadas, é possível considerá-lo como um instrumento de pouca utilidade para os grupos de pressão.

Todos os portais apresentaram a informação da Constituição, dos seus Regimentos Internos e de seus parlamentares. Em contrapartida, somente o sítio

eletrônico da Câmara dos Deputados apresentou as frentes parlamentares que a compõem. Câmara dos Deputados e Senado Federal foram os únicos que ofertam dados sobre suas legislaturas anteriores e seus blocos parlamentares.

Com a ausência de informação nos portais dos blocos parlamentares das assembleias estaduais, passou-se a pesquisar a real existência das coalizões partidárias em blocos. Nas três Casas Legislativas foi possível identificar a ocorrência dessas instituições. A identificação ocorreu por meio das entrevistas com os assessores que atuam nos parlamentos, por contatos telefônicos com órgãos administrativos das Casas e também pela mídia local.

O indicador de desempenho, que é a informação da produção legislativa em determinado período, somente ocorreu no portal do Senado e da Assembleia do Rio de Janeiro.

As demais variáveis tiveram ocorrência em quatro portais, ou seja, somente o sítio da Assembleia do Paraná que geralmente não disponibilizava os dados encontrados nos outros portais pesquisados. Somente quando se buscou a variável “liderança”, que engloba informações dos parlamentares líderes, dos endereços físicos das lideranças e dos servidores e assessores que laboram nesses órgãos, que se observou que a Assembleia do Estado do Paraná acompanhou os demais portais, ofertando esses dados. Porém a Assembleia do Rio Grande do Sul não informa ao usuário do seu sítio essas informações.

O quadro 3 demonstra a tabulação das variáveis definidas como as que expressam os dados do processo legislativo e que são as mais utilizadas pelas assessorias pesquisadas como fonte de subsídio para a decisão de influenciar os parlamentares.

Ressalta-se que todas as informações das variáveis pesquisadas estão previstas e podem ser inclusas no Sistema de Informação Parlamentar da CNC e no Sistema de Informação Parlamentar das Unidades Federativas das Federações Estaduais do Comércio.

QUADRO 3 – Observância das variáveis do processo legislativo nos portais pesquisados

Processo legislativo \ Tipo de portal	Câmara dos Deputados	Senado Federal	Assembléia Legislativa – RJ	Assembléia Legislativa – RS	Assembléia Legislativa - PR	Evidência de variáveis	% sobre ideal
Pautas	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Audiências públicas	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Proposições novas	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Avulso original	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Autor	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Despacho	sim	sim	sim	não	não	3	60
Órgãos deliberativos	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Relatores	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Pareceres apresentados	sim	não	não	sim	não	2	40
Pareceres aprovados	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Emendas	sim	não	sim	não	não	2	40
Votações	não	sim	sim	sim	não	3	60
Tramitação	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Evidência de variáveis	12	11	12	11	0		
% sobre ideal	92,31	84,62	92,31	84,62	0,00		

Fonte: Dados do autor, 2009.

O quadro 3, que tabula as variáveis do processo legislativo, mostra uma nítida diferenciação dos portais que disponibilizam informações úteis para as atividades de assessoria legislativa daqueles que não ofertam dados para a sociedade do seu processo de produção legislativa.

Temos os sítios eletrônicos da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro que se aproximam da excelência, possuindo doze conteúdos dos treze pesquisados. Os portais do Senado Federal e da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul também dispõem de um número considerado de dados, tendo mais de 80% das informações pesquisadas.

Já o portal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não oferta nenhum conteúdo à sociedade da sua produção legislativa. Esse instrumento não pode ser considerado uma fonte de informação do processo legislativo pelos grupos de pressão e nem pela sociedade como um todo.

As variáveis que mais reincidiram foram localizadas em quatro dos cinco portais avaliados. Assim, as variáveis pautas, audiências públicas, proposições novas, texto inicial da proposição, autoria, órgãos deliberativos, relatores, pareceres

aprovados e tramitação foram localizadas em todos os sítios, menos no da Assembléia do Paraná.

As variáveis que menos são ofertadas, tendo sido identificadas em apenas dois sítios eletrônicos, foram as que expressam a ocorrência dos pareceres apresentados, antes da sua deliberação; e as que demonstram a apresentação de emendas, com seus respectivos textos. A informação dos pareceres apresentados pelos parlamentares relatores, antes mesmo da sua votação, só se encontra disponível nos portais da Câmara dos Deputados e da Assembléia do Rio Grande do Sul. Em relação à informação da apresentação de emendas, bem como o seu teor, somente foi possível localizar nos sítios da Câmara dos Deputados e da Assembléia do Rio de Janeiro.

As demais variáveis, que são despacho inicial da Mesa Diretora e votações, tiveram a ocorrência em três dos cinco portais. Inclusive, dados sobre as votações é a única variável pesquisada neste grupo que o portal da Câmara dos Deputados não informa.

Outro portal que teve a ocorrência de doze das treze variáveis pesquisadas foi o da Assembléia do Rio de Janeiro. Ele somente não apresenta em seu conteúdo informações sobre os pareceres apresentados antes das votações.

O portal do Senado não apresentou informações sobre os pareceres apresentados e não deliberados e sobre as emendas recebidas pelas proposições.

Já o sítio da Assembléia do Rio Grande do Sul não disponibiliza dados referentes às emendas e sobre o despacho inicial da Mesa Diretoria, quando é definido em quais comissões as proposições serão debatidas e votadas.

O quadro 4 mostra as variáveis que caracterizam a existência de serviços que podem auxiliar os grupos de pressão a atuarem nas Casas Legislativas.

QUADRO 4 – Observância das variáveis de serviços prestados nos portais pesquisados

Tipo de portal Serviços prestados	Câmara dos Deputados	Senado Federal	Assembléia Legislativa - RJ	Assembléia Legislativa - RS	Assembléia Legislativa – PR	Evidência de variáveis	% sobre ideal
Aviso sobre alterações nas proposições	sim	sim	não	não	não	2	40
Imagem e áudio das reuniões e sessões	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Acesso aos Órgãos da Casa	sim	sim	sim	não	não	3	60
Acesso aos parlamentares	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Agência de notícias	sim	sim	sim	sim	não	4	80
Evidência de variáveis	5	5	4	3	0		
% sobre ideal	100,00	100,00	80,00	60,00	0,00		

Fonte: Dados do autor, 2009.

Percebe-se, mais uma vez, que o sítio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não apresenta dados e nem serviços que podem ser usados como ferramentas de informação e comunicação pelas assessorias legislativas em sua atuação nos parlamentos.

Em relação à disponibilização pelos portais de serviços, tanto o sítio da Câmara dos Deputados, quanto o do Senado Federal ofertam 100% dos serviços pesquisados, ou seja, das cinco variáveis analisadas, todas foram localizadas no estudo.

Com quatro ocorrências de serviços surge o portal do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. A Assembléia do Rio de Janeiro somente não possui o serviço de alerta sobre a movimentação das proposições legislativas.

O Legislativo gaúcho não possui dois serviços dos averiguados. Além do aviso de novos dados na tramitação dos projetos legislativos, também não há um serviço que facilite a comunicação externa com seus órgãos administrativos e deliberativos por e-mail ou diretamente pelo seu portal.

Ao comparar todas as trinta e uma variáveis dos três grupos, instituição legislativa, processo legislativo e serviços, é possível estabelecer um ordenamento dos cinco sítios avaliados em relação à quantidade das informações prestadas e da

importância dos dados disponibilizados às assessorias das entidades sindicais patronais do comércio que atuam nos parlamentos.

QUADRO 5 - Consolidação de variáveis para a formação do índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão

Consolidação das variáveis \ Tipo de portal	Câmara dos Deputados	Senado Federal	Assembléia Legislativa – RJ	Assembléia Legislativa – RS	Assembléia Legislativa – PR
Instituição Legislativa	12	12	10	8	4
Processo Legislativo	12	11	12	11	0
Serviços Prestados	5	5	4	3	0
Evidência de variáveis	29	28	26	22	4
% sobre ideal (índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão)	93,55	90,32	83,87	70,97	12,90

Fonte: Dados do autor, 2009.

O quadro 5 evidencia que quatro dos cinco portais avaliados, Câmara, Senado, Assembléia do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, possuem média superior a 70% em relação à oferta das informações buscadas neste estudo.

O sítio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná teve um índice abaixo da média dos demais, somente foram verificadas quatro variáveis das trinta e uma pesquisadas.

No gráfico 1 visualiza-se o ordenamento dos portais dos Legislativos em conformidade com o índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão.

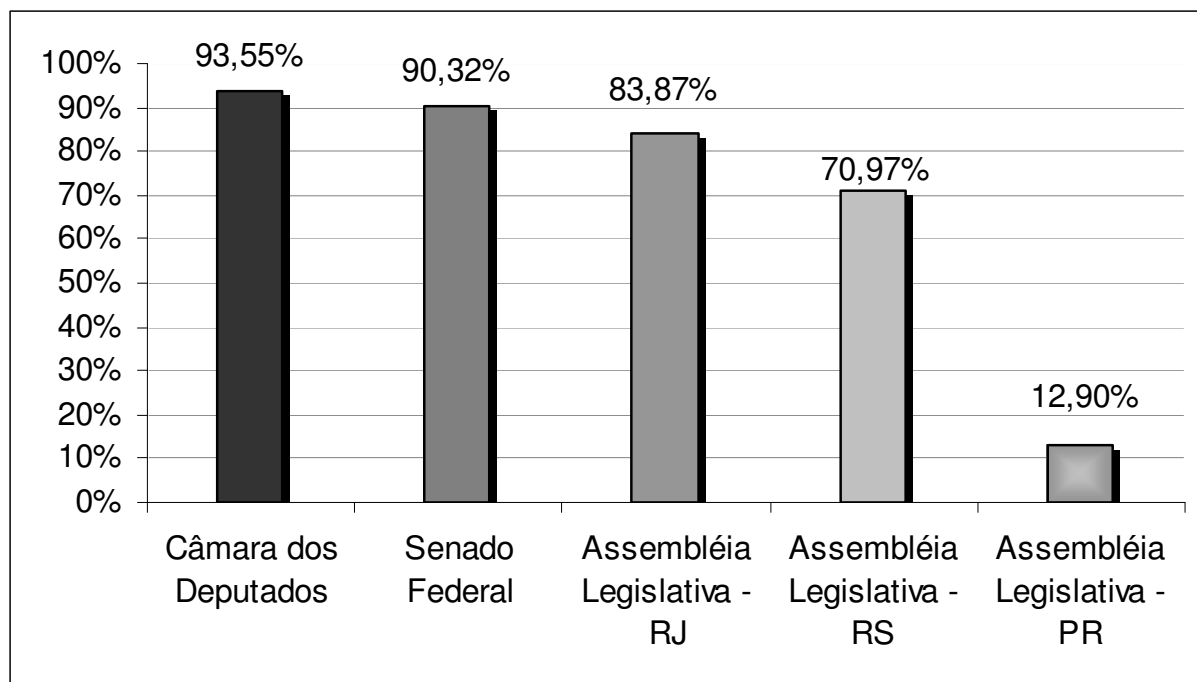


GRÁFICO 1 - Ordenamento dos portais dos Legislativos com base no índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão.
 Fonte: Dados do autor, 2009.

Identifica-se que o portal da Câmara dos Deputados é o melhor dentre os pesquisados na oferta de dados que serão usados em ações parlamentares pelos grupos de pressão, disponibilizando 93,55% das informações e dos dados usados pelos lobistas em suas atividades. Esse resultado corrobora o estudo de Sales (2008), que avaliou todo o conteúdo do sítio da Câmara dos Deputados, afirma que o portal da Câmara é referência quando se trata de informações com qualidade de natureza política disponibilizadas na internet.

O sítio do Senado Federal, com um índice de 90,32%, pode ser considerado extremamente relevante para as atividades dos grupos de pressão que atuam nesta Casa Legislativa, mesmo porque se trata de uma Casa Revisora, na maior parte de suas atividades.

O índice de 83,87% que o sítio eletrônico da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro obteve demonstra que as informações prestadas por esse instrumento podem ser valiosas para a Fecomércio/RJ, podendo facilitar suas atividades e reduzir custos na obtenção dos dados, além de elevar a capacidade da entidade de absorver informações.

O portal do Legislativo gaúcho obteve um índice de 70,97%, superando apenas o sítio do Legislativo paranaense. Assim, a Aspar, da Federação do

Comércio do Rio Grande do Sul, poderá encontrar dificuldades em obter dados e informações similares aos adquiridos pela Fecomércio/RJ e pela CNC.

Após a análise desenvolvida nos portais dos Legislativos e da conclusão que determinados sítios facilitam as atividades dos lobistas mais do que outros, quando se trata de oferta de informações e serviços, cabe avaliar as atividades das assessorias pesquisadas nesta dissertação e comparar seus desempenhos em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação que possuem acesso.

5.2 Avaliação das Atividades de Ação Parlamentar das Assessorias do Comércio

Verificaram-se e compararam-se as atividades de pesquisa, coleta, elaboração de análises, e ação parlamentar desenvolvidas pelas assessorias das entidades sindicais do empresariado do comércio. A finalidade foi encontrar diferenças e semelhanças entre as assessorias do comércio nos seus processos de trabalho e correlacionar essas diferenças e semelhanças aos distintos portais, verificando de qual maneira um sítio bem estruturado e com informações e dados relevantes impacta as atividades de *lobby* desempenhadas por essas assessorias.

Dessa forma, avaliou-se que assessorias que adquirem informações e dados e recebem serviços satisfatórios dos portais dos Legislativos onde atuam possuem um maior acompanhamento das matérias legislativas, sua produtividade é maior ao se tratar de proposições e ações parlamentares por assessor e tendem a possuir estruturas menores. Já as assessorias que não lidam com sítios eletrônicos que ofertam dados e informações confiáveis e abrangentes dos seus Poderes Legislativos tendem a possuir uma estrutura maior, com baixa produtividade por assessor e seu acompanhamento legislativo será restrito aos seus maiores interesses.

Como abordado na metodologia desta dissertação, a pesquisa concentrou-se na aplicação de entrevistas semi-estruturadas nas assessorias dos grupos de pressão do empresariado do comércio.

Assim, cabe analisar as ações parlamentares de cada assessoria para, em seguida, compará-las com os portais legislativos já avaliados.

5.2.1 Assessoria Junto ao Poder Legislativo (Apel) da CNC.

As entrevistas foram feitas com o Chefe da Assessoria Junto ao Poder Legislativo e com mais dois assessores. Os servidores entrevistados desempenham suas atividades na defesa dos interesses do Sistema CNC dentro do Legislativo Federal e também são responsáveis pela criação e integração das assessorias regionais à Apel.

Primeiramente foi identificado que a ferramenta indispensável para o exercício de suas atividades é o Sistema de Informação Parlamentar – SIP, já tratado anteriormente. Esse recurso tecnológico de informação e comunicação, que foi desenvolvido dentro da própria CNC, é responsável pelo monitoramento de mais de onze mil proposições, das quais quase quinhentas são tidas como prioritárias. O SIP é uma ferramenta de organização e divulgação de informações do Congresso Nacional e das atividades da Apel. Salienta-se que a maioria dos dados e informações que se encontra no SIP é retirada dos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Com a ajuda do SIP os assessores produzem documentos, tais como: Notas Legislativas, Relatórios da Atividade Parlamentar e Pareceres Legislativos. Esses documentos são estratégicos, pois proporcionam a base para decisões de intervir, ou não, em proposições, de que forma e com que finalidade.

Atualmente, as informações do SIP são disponibilizadas pela internet e encontram-se inseridas no sítio eletrônico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Após análise detalhada desse banco de dados e com o auxílio das entrevistas foram definidas as variáveis pesquisadas nos sítios dos Legislativos, debatidas no início deste capítulo.

Com as entrevistas foi possível perceber a estrutura da Apel e a sua forma de agir em sua atividade fim, a afirmação dos interesses dos empresários do comércio de bens, serviços e turismo do Brasil.

A Apel busca conseguir índices de sucessos nas intervenções dos projetos legislativos e ter parlamentares alinhados ao seu posicionamento. Esses índices estão no plano estratégico da CNC.

Assim, como o SIP atual não previa tal cálculo, foi criada uma metodologia para o índice de sucesso nas proposições legislativas em planilha, utilizando-se a

ferramenta Microsoft Excel. Cada assessor possui uma planilha com os projetos sob sua responsabilidade, com informações de prioridade de cada projeto (grau 1, 2 e 3), órgão deliberativo, data de chegada e saída dos órgãos deliberativos, campo livre para relatar as ações desenvolvidas e as que serão implementadas em momentos oportunos e um campo para que o assessor indique se obteve sucesso ou derrota em cada órgão deliberativo.

Ao ser aprovada uma proposição em comissão, cujo posicionamento da CNC é favorável a sua transformação em norma jurídica, são pontuadas positivamente as ações realizadas, de acordo com o grau de prioridade, que agirá sobre índice como sendo uma espécie de peso. O mesmo ocorre se um projeto é classificado pela CNC como sendo divergente aos seus interesses e a proposição é rejeitada em alguma comissão.

Caso a CNC seja contrária a matéria e ela tenha sido aprovada em comissão, ou vice versa, será computada pontuação negativa para as ações desenvolvidas.

Quando um projeto altera de Casa essa pontuação é elevada porque se considera essa ação mais importante que uma simples aprovação em comissão. A pontuação é a mais alta quando a proposição é arquivada ou transforma-se em norma jurídica.

Cabe ressaltar que há pontuação positiva quando uma matéria considerada divergente pela CNC tem sua tramitação estagnada em alguma comissão deliberativa. Já, quando o posicionamento da Confederação é convergente à determinada matéria, e ela não tramita, impõe-se pontuação negativa às ações parlamentares. A mensuração dessa pontuação considera, para efeitos de cálculo, o período que as proposições permanecem em cada órgão deliberativo.

Já em relação ao índice de alinhamento parlamentar, a Confederação não possui uma metodologia de aferição, não tendo ferramentas de mensuração. Cada assessor, com base em seu conhecimento pessoal, indicará quais os parlamentares que atendem os pleitos da entidade.

O índice geral de sucesso nas ações parlamentares da CNC, de janeiro a setembro de 2008, encontra-se em 80%. Há assessores que possuem índices individuais de 90% de sucesso em suas atividades junto aos parlamentares.

A entidade, com essa ferramenta tecnológica, consegue identificar quais são as comissões em que suas ações parlamentares proporcionam maior sucesso e em quais os resultados de suas atuações não atendem às expectativas iniciais.

5.2.2 Assessoria Parlamentar da Fecomércio/RJ.

O trabalho de pesquisa aconteceu na Federação do Comércio do Rio de Janeiro da mesma forma com que ocorreu na CNC. Assim, as entrevistas foram determinantes para se traçar o perfil da Assessoria Parlamentar.

A Fecomércio/RJ participa do Projeto SIP/UF e possui a menor estrutura de pessoal dentre as assessorias existentes estudadas. Há dois funcionários, um que é responsável por adquirir, inserir e manter as informações no SIP/RJ e o outro, que é responsável pela Assessoria, atua na ação parlamentar na Assembléia Legislativa, incluindo a elaboração, execução e avaliação das ações.

As entrevistas foram realizadas com esses dois atores, o responsável pela Assessoria e o funcionário de nível técnico-operacional.

A Assessoria Parlamentar encontra-se subordinada à Presidência da Federação.

A Assessoria acompanha quase 600 proposições, das quais 31 são prioritárias e possuem ações diretas de influência.

A maioria das informações coletadas e inseridas no SIP/RJ é vinda do portal da Casa Legislativa que atua, a exemplo da CNC.

O acesso às informações do SIP/RJ encontra-se limitado a sua Diretoria e a sua Presidência por meio de relatórios e pareceres, já que as informações do banco de dados não estão disponíveis na internet. Segundo os entrevistados, essas informações estarão na internet no início de 2009, tendo como público-alvo seus sindicatos, os empresários do comércio do Rio de Janeiro e os demais entes do Sistema CNC-Sesc-Senac.

Toda decisão de considerar um projeto prioritário, de agir e de como atuar nas proposições é tomada pelo Presidente da Federação, após consulta à Assessoria Parlamentar.

5.2.3 Assessoria Parlamentar (Aspar) da Fecomércio/RS.

A Aspar nasceu juntamente com o Projeto SIP/UF, com apenas uma pessoa envolvida nas atividades, não sendo sua atividade preponderante.

Atualmente, a Aspar possui quatro funcionários: seu coordenador, responsável por todas as ações desenvolvidas pela Assessoria; dois assessores,

que são responsáveis pela interlocução com o Legislativo estadual e pela produção de conhecimento para subsidiar todo o Sistema Fecomércio/RS em matéria parlamentar; e um estagiário, que executa a inserção e manutenção de dados no SIP/RS.

Cabe diferenciar as atribuições dos dois assessores. O primeiro tem a tarefa de permanecer o máximo possível na Assembléia Legislativa, obtendo informações que não esteja disponível no sítio do Legislativo e fazendo contatos com servidores, assessores e parlamentares. O segundo realiza o trabalho de acompanhamento das votações na Assembléia, de intermediar encontros entre diretores da Federação e parlamentares, de produzir documentos técnicos (como pareceres e relatórios) para subsidiar sua diretoria e atende às demandas dos sindicatos filiados.

As entrevistas nessa Federação foram realizadas com o coordenador da Aspar e com o segundo assessor descrito, que, inclusive, foi o profissional que iniciou o Projeto SIP/RS.

Todas as ações parlamentares passam pelo crivo do Presidente da entidade, que decide de que forma serão desenvolvidas.

A Aspar, assim como a Fecomércio/RJ, ainda não oferta informações do SIP/RS aos seus diretores, sindicatos e empresários por meio da internet. Como na Assessoria Parlamentar fluminense, a previsão é de que os seus dados legislativos internos sejam divulgados por meio da rede mundial de computadores a partir do primeiro semestre de 2009.

As Federações do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul estão dependendo da CNC para que tenham condições de criarem seus sítios com as informações de sua ferramenta tecnológica de informação e comunicação, pois todos os dados do SIP/UF ficam armazenados na CNC e é necessária a produção de *WebService*, que é um serviço disponibilizado para comunicação entre dois programas, para ser o elo entre o banco de dados e o sítio eletrônico da Federação.

5.2.4 Caso Fecomércio/PR.

A Federação do Comércio do Paraná participa do Projeto SIP/UF, porém não organizou uma assessoria legislativa. Dessa forma, as entrevistas foram feitas com os funcionários da Apel/CNC responsáveis pela implementação do Projeto naquele

estado, bem como com o funcionário da Fecomércio responsável pelo Projeto. Esse profissional da entidade paranaense não tem exclusividade laboral no Projeto.

Cabe ressaltar que o SIP/UF iniciou com um responsável que acumulava funções no departamento de marketing e eventos da Fecomércio/PR e, posteriormente, foi substituído pelo atual profissional.

O SIP/PR encontra-se em produção, porém não existe pessoal para coletar informações legislativas e inseri-las no banco de dados interno.

Pode-se concluir com as entrevistas que não existe uma atividade rotineira na Assessoria Legislativa do Estado do Paraná por parte da entidade sindical pesquisada. As poucas ações parlamentares são feitas pelo próprio presidente da instituição, sendo esporádicas, não controladas e, geralmente, por demanda dos diretores e sindicatos após vinculação de matérias jornalísticas nos meios de comunicação do Paraná.

O trabalho do SIP/UF no Paraná está sendo repensado, inclusive com a possibilidade de criação de uma assessoria exclusiva. Um fato relevante foi a reformulação do portal da assembleia legislativa após a avaliação feita por este trabalho. No dia 13 de maio de 2008, o Legislativo estadual inaugurou um novo sítio, e num primeiro momento, acredita-se que informações omitidas anteriormente do processo legislativo foram ofertadas.

Comprovada a melhoria das informações disponibilizadas no portal da Assembleia paranaense, esse instrumento poderá ser um catalisador para a construção e consolidação de métodos de trabalho na Federação do Comércio do Paraná com o intuito de exercer influência sobre os legisladores, formando uma assessoria parlamentar.

Com a avaliação feita neste capítulo dos portais da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleias Legislativas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná e com a descrição feita das assessorias da CNC e das Fecomércios, como quantidade de projetos acompanhados e prioritários, além dos funcionários que atuam na ação parlamentar, é possível comparar o desempenho de cada assessoria com os recursos de informação e comunicação disponíveis aos assessores pelos sítios legislativos.

É nítido que quando uma Casa Legislativa possui um portal que não oferece informações e dados de suas atividades legislativas e parlamentares, como a da Assembleia Legislativa do Paraná, gera-se um custo maior no acompanhamento de

proposições e na própria ação parlamentar. Esse custo pode ser refletido na necessidade de mais funcionários inseridos dentro da Casa legislativa, no tempo gasto para o tratamento das informações, na impossibilidade de uma resposta rápida por parte dos grupos de pressão, ou pelas dificuldades de locomoção e climáticas não permitindo o acesso imediato às informações e aos dados, dentre outros.

Dessa forma, o próximo capítulo faz comparações entre as assessorias do Sistema CNC, entre os sítios dos Legislativos e entre as atividades das assessorias e os conteúdos ofertados pelos portais legislativos no intuito de identificar padrões e determinar o quão as TIC impactam as atividades dos grupos de pressão.

6 COMPARAÇÃO ENTRE AS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELOS PORTAIS DAS CASAS LEGISLATIVAS E A ESTRUTURA, ATIVIDADES E AÇÕES PARLAMENTARES DAS ASSESSORIAS LEGISLATIVAS

6.1 Comparação entre as Assessorias do Sistema CNC

Após a abordagem das assessorias legislativas ligadas ao empresariado do comércio de bens, serviços e turismo e da construção do índice que mensura os dados e as informações ofertadas pelos portais das Casas legislativas, é o momento de comparar as atividades, a estrutura e os resultados das assessorias em relação ao acesso às informações legislativas dos sítios das Casas em que atuam. Assim, cabe lembrar que todas as assessorias pesquisadas - da CNC, da Fecomércio/RS, da Fecomércio/RJ e da Fecomércio/PR – possuem o Sistema de Informação Parlamentar, que é uma ferramenta tecnológica de armazenamento e organização dos dados e informações legislativas e instrumento de comunicação com os seus clientes.

A Assessoria Junto ao Poder Legislativo da CNC possui 11 pessoas exercendo as mais diversas atividades, tendo cinco indivíduos com funções de executarem *lobby* no Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Esses cinco funcionários são responsáveis por acompanhar, aproximadamente, 11.000 proposições e por exercerem pressão na tramitação e nos textos de quase 500 matérias legislativas.

A Assessoria Parlamentar da Fecomércio/RJ tem em seus quadros dois funcionários responsáveis pela ação parlamentar. Esses dois indivíduos acompanham 600 proposições, das quais 31 são as que possuem grande interesse da entidade e que realmente há atuação na tentativa de influenciar o processo decisório em favor dos interesses da entidade.

Já a Assessoria Parlamentar da Fecomércio/RS acompanha 120 projetos, sendo 25 proposições consideradas prioritárias, e atua com quatro funcionários.

A Fecomércio/PR não possui assessoria legislativa e não há profissional exclusivo responsável pelo acompanhamento da Assembléia Legislativa. Assim, não

existe acompanhamento de proposições e nem controle das matérias do Legislativo que sofreram influência da entidade sindical.

Acredita-se que o volume de proposições acompanhadas pela Apel/CNC é muito maior que as demais assessorias por duas razões: a primeira, porque a Apel já se encontra estruturada há alguns anos, sendo precursora das demais assessorias estudadas; a segunda, porque a Apel acompanha duas Casas Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal, sendo o número de proposições apresentadas nessas Casas maiores que os demais Legislativos pesquisados. Por exemplo, em 2007, somente a Câmara dos Deputados teve 2.733 projetos de lei apresentados contra 1.232 da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e 469 da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Ao comparar as assessorias da Fecomércio/RJ e da Fecomércio/RS percebe-se que a do Rio Grande do Sul possui o dobro de funcionários designados para realizar funções similares à do Rio de Janeiro e acompanha um volume menor de proposições, com menos projetos prioritários que a Assessoria do Rio de Janeiro. Isso pode ser explicado pela maior facilidade de obtenção de informações legislativas no sítio da Assembléia Legislativa fluminense. Enquanto a Fecomércio/RJ acompanha 600 proposições, o Rio Grande do Sul monitora 120 matérias legislativas. Em relação aos projetos que sofrem pressão efetiva, a Aspar/RS atua em 25, já o Rio de Janeiro em 31.

Ao analisar o percentual de proposições prioritárias das entidades em relação ao total acompanhado, temos os seguintes números:

- A CNC possui em seu banco de dados 11.000 proposições, sendo 500 prioritárias. Assim, 4,5% do seu banco de dados são compostos por projetos que de alguma forma despertaram o interesse da CNC em executar pressão nos atores da arena decisória do Congresso Nacional a fim de transformar seus textos e torná-los compatíveis com os seus interesses;
- A Fecomércio/RJ tem 600 projetos cadastrados no seu SIP/RJ, dos quais 31 são projetos em que sua tramitação sofreu intervenção da entidade sindical. Dessa forma, a Fecomércio/RJ efetivamente atua em 5,2% dos seus projetos monitorados;

- Já a Fecomércio/RS influencia os atores do Legislativo quando uma das 25 proposições considerada prioritária encontra-se em debate na sua Assembléia das 120 que se encontram em seu banco de dados. Percebe-se que a Aspar possui 20,8% do SIP/RS de projetos prioritários, que requerem mais atenção dos assessores.

A CNC e a Fecomércio/RJ têm situações similares no que se refere aos projetos com tratamento de prioridade em relação ao volume total de proposições que acompanham. O que chama a atenção é a atividade da Aspar/RS, que possui mais de 20% do seu banco de dados composto por proposições com atuação direta da Fecomércio/RS.

Pode-se explicar essa diferença pela dificuldade e pelo elevado custo da Fecomércio/RS em obter informações da Casa Legislativa via portal da própria Assembléia. Assim, a Federação gaúcha prioriza o acompanhamento dos projetos mais importantes, que terão maiores impactos em suas atividades em detrimento de um monitoramento mais amplo, a exemplo da CNC e da Fecomércio/RJ. Dessa forma, percebe-se que as proposições que poderiam ser acompanhadas pela entidade gaúcha seriam mais numerosas se o portal da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul ofertasse mais e melhores informações de suas atividades.

Ao analisar as proposições acompanhadas e prioritárias pelo número de assessores que laboram em cada Assessoria obtêm-se os seguintes dados: na CNC cada assessor, em média, é responsável pelo acompanhamento de 2.200 proposições e atua em 100 projetos legislativos; na Fecomércio/RJ, também considerando a média dos projetos pelos assessores que possui, cada funcionário monitora 300 matérias legislativas e interferem em 15,5 projetos; já na Fecomércio/RS os servidores acompanham 30 projetos e desempenham ação parlamentar em 6,25 proposições, em média e por funcionário.

Percebe-se uma elevada produtividade da CNC, tanto no monitoramento de projetos quanto na atuação parlamentar com o objetivo de interferir nos textos legislativos. Isso pode ser explicado pelo grande volume de proposições de legislaturas anteriores inserido no banco de dados, já que a Apel/CNC é a mais antiga assessoria pesquisada; pelas duas Casas Legislativas na qual é responsável; e devido ao Senado Federal e Câmara dos Deputados adotarem um sistema

chamado de apensação, que permite que mais de uma proposição tramite em conjunto, elevando o número de projetos em circulação nas comissões e no Plenário, porém equivalem a apenas um projeto, já que somente é feito e votado um parecer por órgão deliberativo. As Assembléias do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul não adotam tal mecanismo, ou seja, toda a proposição possui tramitação individualizada.

Comparando as duas assessorias estaduais, verifica-se que uma produtividade dez vezes maior da Fecomércio/RJ nos projetos monitorados em relação à Federação do Rio Grande do Sul e, também, é possível perceber que a produtividade da Assessoria do Rio de Janeiro é mais que o dobro da gaúcha em relação aos projetos prioritários.

O quadro 6 exemplifica as comparações realizadas neste estudo das atividades, pessoal e atuação parlamentar das assessorias legislativas das entidades sindicais patronais do comércio pesquisadas.

QUADRO 6 - Comparação entre as assessorias pesquisadas

	CNC	Fecomércio/RJ	Fecomércio/RS
Quantidade de assessores	5	2	4
Projetos acompanhados	11.000	600	120
Projetos prioritários	500	31	25
Projetos prioritários sobre acompanhado	4,5%	5,2%	20,8%
Média de proposições legislativas acompanhados por assessor	2.200	300	30
Média de proposições legislativas prioritários por assessor	100	15,50	6,25

Fonte: dados do autor, 2009.

6.2 Comparação entre os portais da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembléias Legislativas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná

Recapitulando, a pesquisa dos sítios legislativos, demonstrada no capítulo 4, concentrou-se em verificar a oferta, ou não, de dados e informações úteis para as assessorias legislativas sindicais do empresariado do comércio atuarem em prol dos seus interesses dentro das Casas Legislativas. Assim, as variáveis foram divididas em três blocos: dados sobre a instituição legislativa, informações do processo

legislativo e serviços oferecidos, perfazendo o índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão.

No primeiro bloco, informações sobre a instituição legislativa foi possível perceber que os sítio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foram os mais bem avaliados, contendo 92,31% das informações buscadas, das treze variáveis pesquisadas ambos disponibilizaram doze. O sítio da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pode ser considerado, nessa primeira avaliação, de moderado para bom, tendo dez ocorrências das treze examinadas, ficando com 76,92% do índice. Na avaliação do portal da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul foram localizadas oito variáveis e é possível classificá-lo como moderado com 61,54% de aproveitamento. Já quanto ao sítio da Assembléia Legislativa do Paraná, em que somente quatro variáveis foram identificadas, é possível considerá-lo como um instrumento de pouca utilidade para os grupos de pressão, tendo, apenas 30,77% das informações e dados necessários aos grupos de pressão para desempenharem suas atividades.

O próximo grupo de variáveis expressa as informações passadas pelos sítios a respeito do seu processo legislativo e das proposições em tramitação. Há nítida diferenciação dos portais que disponibilizam informações úteis para as atividades de assessoria legislativa daquele que não oferta dados para a sociedade do seu processo de produção de legislação.

Os sítios da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro possuem doze conteúdos dos treze pesquisados, ofertando 92,31% dos dados e informações que as assessorias necessitam. Os portais do Senado Federal e da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul também dispõem de uma grande quantidade de dados, tendo 84,62% das informações pesquisadas.

Já o portal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não oferta nenhum conteúdo à sociedade da sua produção legislativa. Esse instrumento não pode ser considerado uma fonte de informação do processo legislativo e parlamentar.

A terceira divisão das variáveis refere-se aos serviços prestados pelas Casas Legislativas, por meio de seus portais, úteis as atividades dos grupos de pressão.

Percebe-se, mais uma vez, que o sítio eletrônico da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não apresenta dados e nem serviços que podem ser usados

como ferramentas de informação e comunicação pelas assessorias legislativas em sua atuação nos parlamentos.

Já os sítios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ofertam 100% dos serviços pesquisados, ou seja, das cinco variáveis analisadas, todas foram localizadas no estudo.

Com quatro ocorrências de serviços surge o portal do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. A Assembléia do Rio de Janeiro ficou com um índice de 80% de prestação de serviços via *web*.

O Legislativo gaúcho não possui dois serviços dos averiguados. Assim, obteve 60% de aproveitamento.

Ao analisar os portais das Casas Legislativas de forma ampla, levando em consideração todas as variáveis, percebe-se que os melhores sítios na oferta de dados e informações legislativas para o trabalho de assessorias legislativas são, respectivamente, os portais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Tanto o portal da Câmara dos Deputados, quanto o do Senado Federal, disponibilizam mais de 90% das informações e serviços utilizados pelas assessorias pesquisadas em suas atividades de formulação, de planejamento, de implementação e de avaliação das ações parlamentares. A Câmara dos Deputados tem índice de 93,55% e o Senado Federal conta com 90,32% de dados disponibilizados relevantes às assessorias estudadas.

O percentual do sítio da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro pode ser considerado muito bom, atingindo 83,87%.

Já o do Legislativo gaúcho é apenas regular, com índice de 70,97%.

O percentual do portal da Assembléia do Paraná é considerado insuficiente, ou seja, não existe a possibilidade de se ter uma assessoria legislativa atuante que tome por base em seu trabalho de obtenção de dados parlamentares e legislativos o uso do seu sítio eletrônico como principal ferramenta de conhecimento e informação para o desenvolvimento de ações parlamentares. Seu índice ficou em apenas 12,90%.

6.3 Comparação entre as atividades das Assessorias do Sistema CNC e o conteúdo ofertado pelos portais dos Legislativos Federal, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e do Paraná

Os grupos de pressão dependem da sua boa reputação perante os agentes políticos e os burocratas para serem ouvidos e exercerem sua atividade de influência. Para manter ou aperfeiçoar sua reputação, a informação que detém e que utilizam para o convencimento é a sua principal ferramenta, assim há a necessidade de um trabalho constante de atualização de seus dados para que somente levem ao decisor informações confiáveis e com credibilidade. Nesse processo, as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC são primordiais para a coleta e o tratamento de suas informações.

As TIC estão inseridas nas atividades dos grupos de pressão e auxiliam esses atores na tomada de decisão e na própria atividade de *lobby*. O Sistema de Informação Parlamentar – SIP, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e de suas Federações, bem como os portais dos Legislativos são grandes exemplos de como os grupos de pressão necessitam e utilizam cada vez mais as TIC em suas atividades de convencimento dos atores e instituições legislativas.

Salienta-se, mais uma vez, que o objetivo deste estudo é demonstrar que as assessorias legislativas dos grupos de pressão são moldadas e sofrem influências diretas dos conteúdos disponibilizados pelos Legislativos em seus portais. Assim, o volume de projetos acompanhados e que tenham ação parlamentar, o número de funcionários e custos operacionais, suas rotinas de trabalho e o modo de interlocução com os Legislativos dependem da oferta de informação dos sítios das Casas Legislativas.

A Fecomércio/PR é a única entidade pesquisada que faz parte do projeto piloto do SIP/UF que não constituiu assessoria legislativa para acompanhar as matérias em sua Assembléia estadual. Um dos motivos para a não criação de assessoria ou não disponibilização de funcionário exclusivo para atuar no Legislativo estadual se deve ao elevado custo para se fazer esse acompanhamento, tanto de material humano, quanto de tempo e de recursos financeiros.

A Federação do Paraná percebeu que necessitaria de um número elevado de funcionários dentro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná somente para

adquirir informações das proposições e de sua tramitação para que sejam organizadas no SIP/PR previamente a tomada de decisão de influenciar, ou não, a Assembléia. Mesmo com um elevado contingente de pessoal buscando dados de dentro da Casa Legislativa paranaense, a Federação percebeu que somente isso não lhe garantia a obtenção de todas as informações necessárias ao processo de análise pré-decisão e nem pós-ação parlamentar, já que a obtenção das informações necessitaria de acordos e articulações com demais atores do Legislativo, sejam parlamentares, sejam servidores e demais assessores. Assim, os possíveis dados e informações adquiridas não seriam padronizados e nem oficiais.

Haveria a necessidade de mais funcionários, além daqueles que atuam dentro da Assembléia na coleta de informações, com os responsáveis pela inserção e manutenção dos dados no SIP/PR e os que realmente iriam atuar como agentes de pressão na Casa Legislativa.

Verificou-se que a entidade sindical teria um elevado custo para a implementação de tal acompanhamento, porém demais organizações também arcariam com custos semelhantes caso se interessassem pelo acompanhamento legislativo no estado do Paraná. Assim, tomando por base as entrevistas realizadas no estado, não se vislumbrou a elevação da participação, com o acréscimo de entidades que até então não participavam do processo legislativo estadual.

A entidade sindical em análise percebeu que não haveria nesse processo competitivo pelo agente político decisor elevação da competição com a inserção de novos atores. A atividade competitiva seria a mesma, com a participação dos mesmos atores cujos seus interesses já são previamente conhecidos pelos demais atores.

Castells (2003) afirma que as informações pela internet podem diminuir os custos da ação coletiva, facilitando a troca de informações e o acompanhamento de temas de interesses pelos indivíduos e grupos. Assim, como a Assembléia Legislativa paranaense não divulga com qualidade informações do seu processo legislativo e de seus parlamentares pela internet, a ação coletiva torna-se mais custosa e dificulta a inserção de novos atores na arena política competindo pela afirmação de seus interesses.

Dessa forma, a Fecomércio/PR tomou a decisão de não elevar sua participação na Assembléia Legislativa do Paraná devido aos demasiados custos de implementação de uma assessoria e por perceber que a competição entre atores

também não se elevaria pelas dificuldades de obtenção de informação e comunicação da Casa Legislativa paranaense com a sociedade.

O'Donnell (1998) considera corporativistas as organizações que exercem a representação de interesses privados frente ao Estado, uma vez que suas existências dependem do reconhecimento formal do Estado do seu direito de representação e sua cúpula possui acesso fácil às decisões estatais na democracia representativa, não necessitando de uma maior participação no regime democrático. Esse pensamento auxilia o entendimento do comportamento organizacional da Fecomércio/PR.

Optou-se por desenvolver a mesma política de influência legislativa, uma ação parlamentar pontual e em temas de profunda relevância para o Sistema Fecomércio que são identificados pela mídia ou por algum membro de sua diretoria.

Assim, percebe-se que os interesses da Fecomércio/PR não são transparentes, já que não há um critério previamente definido de seleção das matérias a serem influenciadas e nem agenda de acompanhamento construída; poucos grupos de pressão agem na Assembléia do Paraná, somente aqueles que possuem privilégios de acesso aos parlamentares e aos demais atores conseguem que seus interesses sejam representados; não há incentivo à participação de novos grupos no processo legislativo, nem mesmo do cidadão individual, já que os custos de participação são muito altos; tanto as atividades da Casa Legislativa, quanto as ações parlamentares desenvolvidas são menos transparentes no Paraná, em comparação com os demais estados, por não ter controle do ente atuante e nem publicidade do Legislativo.

Já em relação às entidades sindicais que possuem assessorias legislativas e atuam na defesa de seus interesses, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Fecomércio/RJ e o Sistema Fecomércio/RS, é possível comparar suas atividades de pressão nos Legislativos com a sua fonte principal de informação: os sítios das respectivas Casas Legislativas.

Todos possuem o mesmo sistema de gerenciamento de conteúdo legislativo, o Sistema de Informação Parlamentar – SIP, necessitando de informações semelhantes para o desenvolvimento de suas ações parlamentares, bem como de dados dos resultados de suas atividades nos parlamentos.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC é a única entidade pesquisada que possui ações parlamentares em duas Casas

Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Pela pesquisa realizada, os portais desses Legislativos são os que apresentam a maior quantidade de informações usadas pelas assessorias legislativas, ou seja, a Apel/CNC tem quase a totalidade de dados necessários para as suas atividades disponibilizados nos sítios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A Assessoria Junto ao Poder Legislativo da CNC é a mais antiga assessoria do Sistema CNC e por essa razão já acompanhou várias legislaturas do Congresso Nacional e esse é um dos motivos pela grande quantidade de proposições cadastradas em seu banco de dados, além do monitoramento de duas Casas do Legislativo.

Percebe-se que a Assessoria da CNC não tem tantas dificuldades quanto às demais assessorias na obtenção de informações via internet, o que diminui os seus custos de aquisição de dados, podendo acompanhar uma maior quantidade de matérias e ter uma melhor visão de todos os cenários políticos, aperfeiçoando sua tomada de decisão com a previsão do sucesso de suas ações no Legislativo Federal e diminuído incertezas sobre os objetos das ações parlamentares.

Assim, a CNC possui a maior produtividade entre as assessorias pesquisadas, alcançando um índice maior do que o triplo da segunda Assessoria, a da Federação do Rio de Janeiro. A Apel acompanha um maior número de proposições e exerce sua influência em uma maior quantidade de projetos, possuindo um elevado índice de sucesso em suas ações parlamentares, 75%.

Pode-se considerar que a supremacia na produtividade da Apel decorre da sua estruturação interna, com tarefas bem definidas; do conhecimento adquirido nos 27 anos que atua no cenário político federal; do desenvolvimento tecnológico de suas ferramentas, a exemplo do SIP; da transparência das Casas do Congresso Nacional; e da facilidade de obtenção de informações e serviços nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A Federação do Comércio do Rio de Janeiro tem o segundo melhor resultado entre as assessorias estudadas, sendo o portal da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro considerado uns dos melhores na oferta de informações necessárias para o desenvolvimento de ações parlamentares pelos grupos de pressão, vindo logo após dos sítios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com quase 84% da oferta de dados que a Assessoria da Federação do Rio de Janeiro necessita.

A Assessoria Legislativa da Fecomércio/RJ possui elevada produtividade, ficando apenas atrás da Apel/CNC, monitora o maior número de proposições legislativas estaduais dentro do escopo pesquisado e atua na maior quantidade de projetos legislativos em comparação com as demais Federações. Sua produtividade é dez vezes maior do que a da Aspar/RS quando se trata de acompanhamento de proposições e mais que o dobro ao se abordar as matérias que sofrem pressão das entidades sindicais.

Já a Fecomércio/RS, dentre as assessorias estudadas, ficou em terceiro lugar e o portal da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul somente superou o índice, desenvolvido por este estudo, do sítio do Legislativo paranaense.

Verificou-se que o portal do Parlamento gaúcho oferta quase 71% das informações necessárias para o regular funcionamento da Aspar. Dessa forma, diferentemente da Apel e da Assessoria da Fecomércio/RJ, a Aspar possui certas dificuldades para adquirir informações básicas do Legislativo estadual, refletindo em maiores gastos com pessoal, tempo para manutenção do SIP/RS e o não acompanhamento de todas as matérias que possam interferir nos interesses do empresariado do comércio do Rio Grande do Sul.

Assim, a Aspar insere informações de projetos em seu sistema somente referente àqueles que têm a maior probabilidade de se tornarem prioritários, como demonstra o seu índice de projetos prioritários pelo total de matérias legislativas acompanhadas, 20,8%, em contrapartida das demais Assessorias em que seus índices ficam em torno de 5%.

O estudo demonstra que quanto maior for o índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão, menores serão os custos de se manter um grupo especializado para exercer ações parlamentares nas Casas Legislativas e maior será a quantidade de proposições monitoradas pelos grupos de pressão, bem como será maior a produtividade dos assessores em relação ao número de proposições legislativas influenciadas.

As TIC, principalmente os sítios legislativos, são importantes ferramentas para o atual *lobby*. A importância é tamanha que se não houver informações suficientes em seus portais, há a possibilidade de inviabilização da criação de assessorias legislativas, sendo um desestímulo para a participação de novos grupos no processo legislativo.

Constatou-se que as informações ofertadas pelos Legislativos impactam diretamente nas atividades dos grupos de pressão, podendo determinar o número de atores que competem na arena do poder para que os interesses de seus grupos prevaleçam sobre os demais.

Portais com índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão baixos, como o da Assembléia do Estado do Paraná, favorecem a ação de grupos de pressão que já participam do processo decisório, mesmo que de uma forma não tão bem estruturada e organizada. Somente os grupos pertencentes à elite econômica, política ou social participam do jogo do poder. Demais atores têm dificuldades de acesso aos seus representantes e possuem informações limitadas da dinâmica legislativa, bem como o seu universo de acompanhamento de proposições é mais restrito.

Já as Casas Legislativas que ofertam uma maior quantidade de dados e informações sobre suas atividades pelos seus sítios na rede mundial de computadores favorecem uma maior participação, pois reduzem os custos da ação coletiva, auxiliando a formação de redes de atuação pela dispersão de conteúdo legislativo digitalmente o que proporciona agilidade no trato da informação e suprime barreiras geográficas.

As TIC, como os portais dos Legislativos, podem elevar o nível de participação, aumentando o debate em torno de vários temas e proporcionando ao decisor mais informações sobre a matéria avaliada. Pode-se considerar que a democracia é favorecida com a elevação da participação de uma maior quantidade de grupos, elevando o debate e favorecendo a uma melhor decisão do agente político e, conseqüentemente, gerando maior governabilidade.

Batista (2003) prova, em seu estudo sobre a utilização das TIC e a governança local na América Latina, que o processo de interação eletrônica é irreversível e mostra a preocupação dos Legislativos em atender a demanda dos cidadãos por informação, interação e participação e em acompanhar a tendência da realização do “ativismo” político por meios digitais.

Nessa mesma linha, Sales (2008) demonstra o interesse da Câmara dos Deputados em evoluir o seu portal legislativo na oferta de maiores e melhores informações e serviços. O sítio eletrônico da Câmara teve seu marco inaugural em 1997, e, desde então, sofreu algumas melhorias em sua estrutura e em seu

conteúdo, tornando a Casa Legislativa mais transparente, facilitando o acompanhamento legislativo pela sociedade.

Outro exemplo de melhoria foi a reformulação do sítio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em maio de 2008, demonstrando o interesse daquela Casa Legislativa em acompanhar a evolução da disponibilização de informações advindas do seu processo legislativo e parlamentar por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Castells (2003) defende que a partir da expansão da internet, os governos não ficaram insensíveis a esse movimento. Percebe-se que as melhorias dos portais legislativos estão diretamente ligadas ao interesse dos Legislativos em ofertar melhores produtos à sociedade para fomentar a participação e elevar os seus canais de interlocuções, gerando maior estabilidade social e governabilidade.

Com a evolução dos portais do Poder Legislativo aumentou-se o número de acesso aos mesmos e pôde-se inferir que o acompanhamento legislativo foi incrementado, com uma elevação do monitoramento das atividades legislativas pelos grupos que já participavam do processo decisório e com a inclusão de novos atores no jogo político.

O quadro 7 mostra a evolução de acesso ao sítio da Câmara dos Deputados entre os anos de 2004 a 2006.

QUADRO 7 – Quantidade de acesso de visitas ao portal da Câmara dos Deputados

Mês	2004	2005	2006	Evolução 2004/2005 (%)	Evolução 2005/2006 (%)
Janeiro	6.876	15.535	23.420	126	51
Fevereiro	12.158	17.948	27.570	48	54
Março	15.586	22.812	40.074	46	76
Abril	18.116	20.157	39.256	11	95
Maio	17.261	20.136	43.988	17	118
Junho	16.195	23.678	43.694	46	85
Julho	14.145	24.336	38.526	72	58
Agosto	15.842	29.998	37.026	89	23
Setembro	18.111	32.179	44.050	78	37
Outubro	34.143	29.290	47.807	-14	63
Novembro	18.714	26.960	41.637	44	54
Dezembro	16.385	22.870	39.770	40	74
TOTAL	203.532	285.899	466.818	40	63

Fonte: Sales, 2008.

Um dos motivos para que grupos da elite econômica, como as entidades sindicais que defendem o empresariado do comércio, tenham maiores gastos com a formação de assessorias especializadas no trato com o Poder Legislativo é a percepção que a competição dentro desses Legislativos foi elevada pelo ingresso de novos atores na arena competitiva. Uma vez que a participação é estimulada pelas TIC, os grupos dominantes para não perderem seus espaços de atuação, ou para não perderem tanto, necessitam de investimentos em pessoal, tecnologias, conhecimento e promoção institucional. Há uma maior necessidade de serem reconhecidos pela sociedade como representantes legítimos de uma categoria, classe ou comunidade.

Pode-se considerar que no Brasil existe um sistema híbrido de influência sobre os atores decisores: um elitista, com grupos pré-definidos e que atuam no sistema político há muitos anos; e outro concebido por novos grupos sociais que iniciaram suas atividades recentemente. Os grupos que defendem interesses econômicos são mais influentes e possuem mais poder, porém com a participação de novos atores, suas ações parlamentares podem gerar mais comumente reações dos demais grupos da arena competitiva.

Dessa forma, quanto mais informações das atividades parlamentares os sítios dos parlamentos proporcionarem aos cidadãos, mais transparentes tornam-se as Casas Legislativas à sociedade, proporcionando maiores incentivos à participação, elevando a produção de conhecimento advindo da análise dos seus dados, aumentando o debate em torno dos mais variados temas dos Legislativos, melhorando a tomada de decisão do agente político com mandato eletivo. Assim, a democracia representativa é favorecida com uma arena mais dinâmica e com a possibilidade de haver maiores e melhores debates. Porém, poderão ocorrer mais dificuldades na obtenção do consenso devido à maior quantidade de atores competindo.

Os representantes dos cidadãos poderão ter melhores meios de interlocução com a sociedade, aumentando o número de grupos e indivíduos que terão acesso aos legisladores.

Se a competição for estimulada, o número de atores participantes do processo de influência será elevado e o debate aprimorado, porém grupos que detêm melhores meios tecnológicos para organizar suas informações, suas ações e seus resultados; material humano; e disponibilidade para constituir espaços

exclusivos de atuação nos Legislativos terão maiores índices de sucesso em suas ações parlamentares do que os demais grupos.

Percebendo a elevação da competição dentro da arena legislativa, alguns grupos de pressão que possuem interesses em comum, além de aprimorarem suas ações parlamentares, passaram a atuar em conjunto.

Salienta-se que a Apel participa de uma rede de interesses que abrange, além da CNC, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e CNT (Confederação Nacional dos Transportes). Essa rede possui reuniões não oficiais e tratam de temas macro na defesa dos interesses dos empresários brasileiros. Somente proposições em que haja consenso em sua atuação são deliberadas por esse grupo. Na rede das confederações empresarias são formuladas e implementadas ações parlamentares conjuntas em diversos temas que estão em debate no Congresso Nacional.

As Federações do Comércio ainda não participam de rede semelhante nos estados, podendo ser explicada essa ausência pela baixa competitividade nas Assembléias Legislativas, o que não favorece a união de forças na defesa dos empresários no âmbito estadual. Porém, ressalta-se que as assessorias da CNC, da Fecomércio/SP, da Fecomércio/RJ, da Fecomércio/MG, da Fecomércio/CE e da Fecomércio/RS iniciaram a formulação de uma rede na defesa dos interesses do Sistema CNC-Sesc-Senac como um todo e as expectativas dos atores dessas instituições é que em breve todas as federações do comércio, ou a maior parte delas, participem dessa rede na busca de unificar sua linguagem e suas ações na defesa dos interesses de seus representados.

O objetivo da rede lobista do Sistema CNC, conhecida como Rede Nacional de Assessorias Legislativas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Renalegis, é a atuação conjunta no Congresso Nacional e possibilitar ações parlamentares da CNC focadas nas bases dos parlamentares federais com o auxílio e intermediação das assessorias das Fecomércios. Outro interesse dos integrantes da Renalegis é a troca de experiências em matérias estaduais conexas, como política tributária e ambiental.

Assim, é notória a evolução das atividades de *lobby* com menos pessoal, com mais matérias acompanhadas, com maior produtividade, de forma mais ágil e dinâmica, com a produção de mais conhecimento e com mais transparência após o

desenvolvimento e utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, tanto nos ambientes internos dos grupos de pressão, quanto no uso do conteúdo ofertado pelos Legislativos brasileiros.

Para Batista (2003), o uso das ferramentas tecnológicas já se incorporou à cultura política, sendo o processo irreversível.

Com a maior profissionalização e o surgimento de novas assessorias legislativas a democracia representativa é beneficiada com a elevação dos debates nos parlamentos e com novos canais de comunicação entre grupos organizados e os parlamentares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação confirma as hipóteses da pesquisa. Recordando, a primeira afirma que os conteúdos dos portais dos legislativos impactam diretamente na estrutura e nos procedimentos das assessorias legislativas das entidades sindicais empresariais do comércio de bens, serviços e turismo, bem como nas suas ações junto aos parlamentos. A segunda refere-se à dificuldade de formação e manutenção de uma assessoria legislativa técnica no caso do sítio eletrônico do Legislativo oferecer um índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão insuficiente, uma vez que os custos para o acompanhamento e atuação no parlamento tendem a crescer quanto menor for o índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão. A terceira hipótese investiga se as TIC proporcionaram aos grupos que já participavam do processo decisório no Poder Legislativo um acompanhamento legislativo mais abrangente.

No esforço de discorrer sobre essas hipóteses, a pesquisa dividiu-se em três partes: a primeira de caráter descritivo, onde foram abordadas as entidades sindicais empresariais estudadas; a segunda, quantitativa, mensurou as variáveis dos sítios dos Legislativos para a formação do índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão; e a terceira consiste na avaliação qualitativa dos portais e na comparação entre os índices dos portais e as assessorias legislativas.

Cabe ressaltar que, por ser um estudo de caso, a pesquisa restringiu-se às correlações de quatro entidades do Sistema CNC-Sesc-Senac com cinco portais de Casas Legislativas.

Ademais, utilizou-se como revisão de bibliografia algumas teorias de democracia representativa e digital; teoria das elites; capital social, ação coletiva e participação; e teoria sobre os grupos de pressão. Todas elas foram essenciais para ampliar o escopo da discussão acerca dos impactos das TIC sobre as atividades de *lobby* dos grupos empresariais do comércio brasileiro.

Dito isso, parte-se, então, para apresentação das principais conclusões da pesquisa, com base em seus objetivos.

O primeiro objetivo era compreender os grupos estudados e suas atividades de ação parlamentar. Dessa forma, pôde-se demonstrar quem são, quais seus objetivos e como as TIC contribuíram com entidades sindicais empresariais do comércio de bens, serviços e turismo na defesa de seus interesses junto ao Poder Legislativo. Foi possível analisar sua estrutura e os métodos de suas ações parlamentares no Congresso Nacional e em mais três Legislativos estaduais: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná.

Ao dar transparência aos processos internos e às atividades de ação parlamentar das assessorias legislativas de entidades tradicionais, e por muitas vezes afastadas da sociedade como um todo, este trabalho cumpriu com um dos seus objetivos iniciais: pesquisar, descrever e analisar para entender o *lobby* dessas organizações com o uso das TIC.

A partir da pesquisa, foi possível compreender a motivação dos grupos que representam parte da elite econômica nacional em buscarem aperfeiçoamento de suas atividades de ação parlamentar no Poder Legislativo, mesmo com a afirmativa de O'Donnell (1998) que a burguesia, por possuir mais recursos organizacionais e numerosos canais de informação vinculados ao Estado, eleva a exclusão de setores populares no que diz respeito ao poder de influência dos decisores.

Os grupos de pressão das entidades empresariais perceberam que para assegurar a sua capacidade de influência dentro dos parlamentos era necessária uma maior participação, acompanhamento legislativo e maiores e melhores intervenções, bem como a formação de parcerias e redes na defesa de interesses em comum, como a rede informal das confederações empresariais e a Rede Nacional de Assessorias Legislativas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Renalegis. Isso somente foi possível dentro da democracia brasileira com a utilização de recursos tecnológicos e a criação de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC.

Após a análise da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, da Federação do Comércio do Rio de Janeiro, da Federação do Comércio Rio Grande do Sul e da Federação do Comércio do Paraná, de suas assessorias, produtos e ferramentas tecnológicas foi possível constatar que grande parte de seu sucesso nos resultados de suas ações de convencimento de políticos e burocratas dentro dos Legislativos advêm da utilização dos sítios das Casas

Legislativas e do uso de TIC internas em seus processos de elaboração da decisão e do mapeamento de resultados.

O segundo objetivo da pesquisa foi a construção de um índice que pudesse medir a influência das informações ofertadas pelos portais dos Legislativos em conformidade com as demandas dos grupos de pressão. Dessa forma, comprovou-se a primeira hipótese ao comparar os índices de colaboração dos portais legislativos com a estrutura e o acompanhamento legislativo das assessorias no capítulo 6.

Toma-se por base que as informações que os grupos de pressão detêm e utilizam para intermediar seus interesses junto aos decisores são suas ferramentas primordiais. Assim, os lobistas dependem de informações e dados atualizados e precisos para continuarem sendo ouvidos pelos atores políticos e burocratas, havendo a necessidade constante de uma boa gestão da informação para que continuem com a imagem de atores confiáveis e com credibilidade. Sem informações confiáveis, o grupo de pressão pode perder sua credibilidade e, conseqüentemente, sua capacidade de influência. Assim, na etapa de gerenciamento das informações, as TIC são fundamentais no auxílio da organização e no tratamento dos dados.

A dissertação demonstra que as atividades de ações parlamentares dos grupos de pressão sofrem interferências diretas dos conteúdos disponibilizados pelas Casas Legislativas em seus sítios na rede mundial de computadores. Dessa forma, o número de proposições legislativas monitoradas e que tenham ações desenvolvidas pelos grupos de pressão, o quantitativo de pessoal e os custos operacionais de uma assessoria legislativa, bem como as rotinas de trabalho e o modo de interlocução com o Poder Legislativo dependem do índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão. Isso se deve porque a principal fonte de informações dos grupos de pressão que atuam em prol do empresariado do comércio brasileiro no Poder Legislativo são os portais das Casas legislativas em que exercem o *lobby*. Outro importante instrumento para esses atores são suas ferramentas tecnológicas, os Sistemas de Informações Parlamentares, que gerenciam, organizam, tratam e divulgam informações e dados legislativos.

Após a mensuração, o ordenamento e a confecção do índice de colaboração dos portais legislativos com as atividades dos grupos de pressão e do mapeamento

de suas assessorias legislativas ou parlamentares foi possível comparar e determinar uma conexão entre um sítio eletrônico considerado bom na oferta de informações e serviços e as assessorias que possuem um elevado grau de sucesso em suas ações de *lobby*, de acompanhamento e monitoramento de proposições legislativas.

Um bom portal de Legislativo, com dados e serviços adequados, levando conhecimento das atividades legislativas e parlamentares à sociedade, impacta diretamente no sucesso dos grupos de pressão que utilizam essa massa de informação em suas atividades de ação parlamentar.

Comprovou-se também que quanto melhor o conteúdo do sítio do Poder Legislativo, maior será o volume de proposições legislativas acompanhadas pelos grupos de pressão e menor será a necessidade de uma grande quantidade de recursos humanos. A produtividade dos lobistas tende a crescer em conformidade com a qualidade das informações e dados disponíveis nos portais dos Legislativos. Porém, quando o portal da Casa legislativa não possui um índice satisfatório, gera a necessidade de uma abrangência menor no acompanhamento de proposições legislativas por parte do grupo de pressão, e, conseqüentemente, a proporção de matérias legislativas consideradas prioritárias, que deverão ter ações parlamentares, em relação ao total dos projetos acompanhados é alta. Isso acontece porque a baixa qualidade do portal impede o acompanhamento amplo das informações legislativas pelo grupo de pressão e dessa forma esses grupos optam por acompanhar somente as mais relevantes proposições para suas organizações.

Quando o Poder Legislativo não oferta um sítio com um mínimo de qualidade no conteúdo divulgado geram-se elevados custos na obtenção das informações legislativas e parlamentares pelos atores externos dos Legislativos, o que pode inviabilizar a formação de assessorias técnicas de acompanhamento legislativo, a exemplo da Fecomércio/PR. Chega-se, assim, ao terceiro objetivo deste trabalho e à comprovação da hipótese 2.

A Federação do Comércio do Estado do Paraná não conseguiu criar uma assessoria para atuar no Legislativo paranaense devido à necessidade de atuação integral na Assembléia Legislativa para a coleta de informações e dados daquele parlamento, pois o portal daquela Casa Legislativa não ofertava nenhuma informação do processo legislativo, eram divulgadas poucas informações e com baixa relevância para a ação parlamentar.

O quarto objetivo foi alcançado ao perceber que as TIC favoreceram a disseminação de informações legislativas, principalmente por meio dos portais das Casas Legislativas. Verificou-se que as informações e os dados ofertados e tratados pelas TIC impactam diretamente as atividades das assessorias que atuam nos Legislativos, nos seus custos, na produtividade pessoal dos lobistas ao desempenhar suas atividades de ações parlamentares e seus monitoramentos das proposições legislativas. A ausência de informações e dados disponibilizados com o apoio tecnológico pode elevar os custos do acompanhamento e participação nos Legislativos, contribuindo para a não formação de assessorias ou grupos técnicos de lobistas, reduzindo o universo das matérias legislativas acompanhadas pelas entidades representativas do empresariado do comércio.

Assim, comprovou-se que as informações ofertadas pelos sítios dos Legislativos, bem como as próprias tecnologias utilizadas pelos grupos de pressão são importantes para a atividade de *lobby*, pois permitem um maior acompanhamento das proposições legislativas e das atividades dos parlamentares.

Com base nas entrevistas realizadas com os lobistas que defendem o empresário do comércio, observou-se que a preocupação com os Legislativos estaduais é recente e um dos motivos para esse despertar é a percepção das entidades sindicais representativa do poder econômico da possibilidade de perda de poder de influência com os agentes públicos decisores. Outro motivo relatado para a possibilidade de diminuição do seu espaço de influência é a elevação da participação de novos atores no processo decisório, onde uma ação de pressão dos grupos empresariais leva a uma reação de outros grupos, como o de ambientalistas, de trabalhadores, de defesa do consumidor, entre outros.

Dentro dessa perspectiva, os decisores das entidades sindicais dos comerciantes passaram a investir na formação de um corpo técnico para a intermediação de interesses dentro dos parlamentos, que até então era feito pelos próprios diretores sindicais. Sentiu-se a necessidade de elevar a estrutura de ação parlamentar, com a criação ou incremento das assessorias legislativas e com um maior uso de Tecnologias de Informação e Comunicação, tanto em âmbito estadual, quanto no federal.

Infere-se que com a maior transparência dos Legislativos, com a oferta de informações relativas às suas atividades e aos seus parlamentares por meio das Tecnologias de Informações e Comunicações, tornou-se mais fácil o

acompanhamento dos seus processos decisórios, não apenas aos grupos que já atuavam em sua estrutura, mas a toda a sociedade, o que pode ter estimulado a formação de novos grupos de pressão.

Dessa forma, quanto mais informações dos parlamentos forem ofertadas por meio das TIC, maior será a participação dos grupos interessados em determinado tema, elevando-se o debate em torno de cada decisão. Assim, poderá dificultar e postergar deliberações legislativas, porém poderá considerar esse processo mais democrático, uma vez que mais segmentos da sociedade serão ouvidos na elaboração das legislações.

É evidente a tendência dos Legislativos a se tornarem mais transparentes e ofertarem mais informações dos seus trabalhos pelos seus sítios com o passar do tempo. Isso pode ser visto no portal da Assembléia do Estado do Paraná. Nesse caso, após a mensuração do seu portal para estabelecer ligação com a não implementação de uma assessoria legislativa ligada à Fecomércio/PR, o seu sítio foi reformulado e passou a ofertar muitas informações que até então a população não tinha acesso, como informações sobre o processo legislativo.

No dia 13 de maio de 2008, o Legislativo paranaense inaugurou um novo sítio com a promessa de apresentar completas informações legislativas e parlamentares.

Se comprovada a melhoria das informações disponibilizadas no portal da Assembléia paranaense, esse instrumento poderá ser um catalisador para a construção e consolidação de métodos de trabalho na Federação do Comércio do Paraná com intuito de exercer influência sobre os legisladores.

O novo sítio eletrônico da Assembléia paranaense possibilitou o recomeço do Projeto SIP/UF e uma nova tentativa de se criar uma assessoria legislativa na Federação do Comércio do Paraná.

Percebeu-se que os Legislativos têm interesse em elevar os canais de interlocução com a sociedade, por meio da qualificação e do aprimoramento dos portais, no intuito de identificar as demandas dos grupos de pressão.

Nesse debate também cabe uma maior reflexão e um aprimoramento do estudo, inclusive com a mensuração constante dos portais estudados com o objetivo de verificar se os índices estabelecidos nesta pesquisa serão alterados e continuarão influenciando as atividades dos lobistas.

O sítio que possui o melhor índice, o da Câmara dos Deputados, 93,55%, ainda pode ser melhorado, ampliando sua transparência e proporcionando maiores e

melhores informações e dados a respeito de sua Casa Legislativa, bem como melhores serviços ao público em geral.

Duas variáveis não foram localizadas no portal da Câmara dos Deputados, uma da instituição legislativa, indicadores de desempenho, e outra referente ao processo legislativo, votações. Assim, é possível sugerir a oferta da informação dessas duas variáveis pela Câmara dos Deputados no intuito que sua avaliação chegue a excelência, tomando por base a metodologia deste trabalho.

Até mesmo as assessorias já consolidadas estão ampliando a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramenta essencial para o desenvolvimento de suas atividades. A Apel/CNC, por exemplo, pensa em ampliar as funções do Sistema de Informação Parlamentar para que comporte a mensuração do sucesso das ações parlamentares; a divisão dos projetos prioritários, ou seja, das proposições que efetivamente têm ações parlamentares, por assessor; o planejamento da atuação no Congresso Nacional; e o perfil parlamentar, com informações da origem do político, da sua base eleitoral, de seus financiadores nas campanhas eleitorais, dos seus dados pessoais, da sua ideologia política, da sua rede de relacionamento entre políticos, burocratas, empresários, sindicalistas, trabalhadores, e demais atores sociais.

O Sistema CNC-Sesc-Senac estuda, atualmente, o desenvolvimento de uma nova ferramenta tecnológica para agilizar a comunicação dentro da Rede Nacional de Assessorias Legislativas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Renalegis e, conseqüentemente, facilitar suas ações parlamentares com os legisladores federais focadas nas bases eleitorais.

A terceira hipótese suscitada e comprovada é que as TIC favoreceram os grupos de pressão que já atuavam de alguma forma nos Legislativos. Com os investimentos em profissionalização das assessorias legislativas e de suas ações parlamentares, os grupos de pressão obtiveram modernização de suas atividades. Assim, possibilitou-se o acompanhamento de mais matérias uma vez que se reduziu o tempo gasto no tratamento de cada ação parlamentar, facilitou-se a comunicação dos lobistas e dos tomadores de decisões, aprofundaram-se as informações técnicas repassadas dos grupos de pressão aos tomadores de decisões e gerou-se maior governabilidade com a adoção do discurso de transparência e interlocução com a sociedade. Dessa maneira, o quinto objetivo desta dissertação foi alcançado

ao perceber que as TIC possibilitaram uma maior interlocução entre os lobistas e os Legislativos.

Com as Tecnologias de Informação e Comunicação o jogo pelo poder intensificou-se, parcerias que não ocorriam rotineiramente passaram a acontecer a exemplo das Confederações empresariais na defesa de matérias legislativas que afetem a todos, como por exemplo, as que alteram suas fontes de custeio. Os grupos de pressão que defendem os interesses do setor produtivo passaram a ter uma maior atuação nos parlamentos a exemplo do Sistema CNC e a criação da Renalegis.

É certo que as TIC proporcionaram mais transparência aos Legislativos e facilitaram o acompanhamento do processo legislativo e das atividades dos parlamentares, contudo as TIC ampliaram o poder dos grupos já hegemônicos na defesa de seus interesses nos parlamentos. Assim, retomando o marco teórico sobre democracia e teoria das elites, não existe equilíbrio de forças na sociedade, os empresários, por serem organizados e deterem maiores e melhores recursos, utilizam as TIC de uma melhor maneira, gerando efetividade em suas ações de convencimento no Poder Legislativo.

As TIC podem ser uma das variáveis responsáveis pela elevação da participação de novos grupos na arena de poder, mas certamente é uma das razões da intensificação das ações parlamentares de grupos que já atuavam na defesa de seus interesses junto aos decisores. Assim, as Tecnologias de Informação e Comunicação podem ser a razão da necessidade de expansão e qualificação das atuações legislativas de grupos que defendem os interesses do empresariado, como, também, a sua melhor ferramenta no combate aos novos atores do processo decisório que venham a se opor aos seus interesses.

Não há dúvidas que as TIC deram maior visibilidade aos Legislativos que a utilizam e proporcionaram custos menores para um mais amplo acompanhamento por parte dos grupos de pressão. Assim, a democracia fortalece-se com debates mais participativos e qualificados. Os decisores passam a ter informações mais completas, favorecendo a melhor tomada de decisão com a visão mais nítida dos riscos e benefícios que suas ações podem acarretar num cenário político previamente analisado.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H. H. *Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro*. In: TAVARES, J. A. G. (org.). *O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.
- AKUTSU, L; PINHO, J.A.G. *Governo, Accountability e Sociedade da Informação no Brasil: Uma Investigação Preliminar*. In: XXV ENANPAD. Campinas: Anpad, Setembro 2001.
- _____. *Sociedade da Informação, Accountability e Democracia Delegativa: Investigação em Portais de Governo no Brasil*. In: XXVI ENANPAD. Salvador: Anpad, Setembro 2002.
- ALMEIDA, Mario de. *Confederação Nacional do Comércio: 60 Anos (1945-2005)*. Rio de Janeiro: CNC, 2005.
- _____. *O Comércio no Brasil: Iluminando a Memória*. Rio de Janeiro: CNC, 1995.
- ARAGÃO, Murillo de. *Grupos de Pressão no Congresso Nacional: Como a Sociedade Pode Defender Licitamente seus Direitos no Poder Legislativo*. São Paulo: Maltere, 1994.
- ARTERTON, Christopher. *Teledemocracy: can the Technology protect democracy?* Califórnia: SAGE Publications, 1987.
- AVELAR, Lúcia. *Participação Política*. In: *Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- BAQUERO, Marcello. *Construindo uma Outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de uma Cultura Política Participativa no Brasil*. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nº 21, nov. 2003.
- BARBER, Benjamin R. *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*. Berkeley, EUA: University of Califórnia Press, 1984.
- _____. *Pasión por la Democracia*. Córdoba, Espanha: Almuzara, 2006.
- BATISTA, Carlos. *ICTs and Good Governance: The Contribution of Information and Communication Technologies to Local Governance in Latin America*. Paris, França: UNESCO, 2003
- BOBBIO, N. *O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *Locke e o Direito Natural*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O Capital Social: notas provisórias*. In; NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afranio. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra. Volume I, 1999.

_____. *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Joge Zahar, 2003.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Sociedad Civil y Teoría Política*. Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica, 2000.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, *Sistema CNC: Plano Estratégico 2007-2020*. Brasília: CNC, 2007.

_____. *Breve História do Turismo e da Hotelaria*. Rio de Janeiro: CNC, 2005.

_____. *Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio: 50 anos (1955-2005)*. Rio de Janeiro: CNC, 2005.

_____. *CNC – Sicomercio: História e Evolução*. Rio de Janeiro: CNC, 2º Edição, 2002.

_____. *Carta da Paz Social*. Teresópolis: CNC, 2º Edição, 1955.

CUNHA, Maria A. V. C. *Meios Eletrônicos e Transparência: A Interação do Vereador Brasileiro com o Cidadão e o Poder Executivo*. In: X Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile: 2005.

DAHL, Robert A. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

DAVIDSON, Roger H.; OLESZECK, Walter J. *Congress and Its Members*. Washington, EUA: CQ Press, 2006.

_____. *La Democracia: Un Guía para los Ciudadanos*. Madri, Espanha: Taurus, 1999.

GODOY, Paulo C. *A Saga do Comércio e o Mundo da CNC*. In: Carta Mensal, Rio de Janeiro, vol. 35, pp. 29-49, Nov. 1989.

- GRAZIANO, Gigi. *Lobbying, Troca e Definição de Interesses: Reflexões sobre o Caso Americano*. In: Dados, Rio de Janeiro, vol. 37, nº. 2, pp. 317-340, 1994.
- GRZYBOWSKI, Cándido. *Democracia, Sociedad Civil y Política en América Latina: Notas para un Debate*. In: La Democracia en América Latina. Buenos Aires, Argentina: PNUD, 2004.
- IVO, Anete B. L. *Sociedade e Política*. In: Metamorfoses da Questão Democrática. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2001.
- LINTZ, Alexandre e MARTINS, Gilberto. *Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Cursos*. São Paulo: Editora Atlas, 2000.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- LUCAS, Randolph. *Democracia e Participação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1975.
- LYRA, Cristina T. *Democracia: Onde Estamos e para Onde Vamos? Representação Política, Grupos de Pressão e Lobbies*. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 2003.
- MAGALHÃES, José L. Q. *A Crise da Democracia Representativa: O Paradoxo do Fim da Modernidade*. In: Jus Navigandi, Teresina, ano 8, nº 223, 16 fev. 2004.
- MARQUES, Francisco P. J. A. *Debates Políticos na Internet: A Perspectiva da Conversação Civil*. In: Opinião Pública, Campinas, v. 12, nº 1, abril/maio, pp. 164-187, 2006.
- MATOS, Heloiza. *TIC's, Internet e Capital Social*. In: Líbero, São Paulo, Ano X, nº. 20, pp. 57-68, 2007.
- MILL, John S. *Considerações sobre o Governo Representativo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- MILLS, Charles W. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MOSCA, Gaetano. *História das doutrinas políticas: desde a antiguidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- O'DONNELL, Guillermo. *Acerca del Corporativismo y la Cuestión del Estado*. In: El Fin del Siglo del Corporativismo, Caracas, Venezuela: Nueva Sociedad, pp. 121 – 168, 1998.
- OLIVEIRA, Andréa C. J. *Lobby e Representação de Interesses: Lobistas e seu Impacto sobre a Representação de Interesses no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política do Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais*. São Paulo, 1999.

PATEMAN, Carole. *Participation and democratic theory*. Nova York, EUA: Cambridge University Press, 1970.

PIANA, Ricardo S. *Un Estudio Práctico sobre Participación y Tecnologías: El uso de las TIC en el Poder Legislativo de la Provincia de Bueno Aires*. In: Revista de Derecho Informático nº 88. Bueno Aires, Argentina: Alfa-Redi. Novembro, 2005.

PITKIN, Hanna F. *El Concepto de Representación*. Madrid, Espanha: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

_____. *Representação: palavras, instituições e idéias*. In: Lua Nova, São Paulo, nº. 67, 2006.

PIZZORNO, Alessandro. *Participación y Cambio Social en la Problemática Contemporánea*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones SIAP, 1975.

PORRAS, José I.; ARAYA, Rúben. *E-democracia: Retos y Oportunidades para el Fortalecimiento de la Participación Ciudadana y la Democracia en la Sociedad de la Información*. Santiago, Chile: Universidad Bolivariana, 2003.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

REIS, Fábio W. *Dilemas da Democracia no Brasil*. In: Sistemas Políticos Brasileiro: uma introdução, São Paulo: Unesp, pp. 467 – 489, 2007.

ROUSSEAU, Jean J. *O Contrato Social*. 19ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SALES, Livia. *O Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação –TIC – No Legislativo Brasileiro: Estudo do site da Câmara dos Deputados*. Monografia (Graduação em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: Leis e Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

URBINATI, Nadia. *O que torna a representação democrática?* In: Lua Nova, São Paulo, nº 67, 2006.

VELLOSO, João P. R. *Desenvolvimento, Tecnologia e Governabilidade*. São Paulo: Nobel, 1994.

YIN, Robert. *Case Study Research: Design and Methods*. Applied Social Research Methods Series, Vol. 5. California, Estados Unidos: Sage Publications, 2002.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE PORTAIS

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, website: <http://www.alep.pr.gov.br/>. Acesso em 2 de maio de 2008.

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, website: <http://www.alerj.rj.gov.br/>. Acesso em 4 de maio de 2008.

Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, website: <http://www.al.rs.gov.br/>. Acesso em 4 de maio de 2008.

Câmara dos Deputados, website: <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em 15 de maio de 2008.

Centro de Estudos sobre as TIC, website: <http://www.cetic.br/>. Acesso em 12 de dezembro de 2008.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, website: <http://www.portaldocomercio.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>. Acesso em 21 de setembro de 2008.

DLG, website: <http://www.portaldocomercio.org.br/dlg/default.asp>. Acesso em 2 de dezembro de 2008.

Federação do Comércio do Paraná, website: <http://www.fecomerciopr.com.br/>. Acesso em 6 de setembro de 2008.

Federação do Comércio do Rio de Janeiro, website: <http://www.fecomercio-rj.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>. Acesso em 21 de setembro de 2008.

Federação do Comércio do Rio Grande do Sul, website: <http://www.fecomercio-rs.org.br/portal/default2.asp>. Acesso em 21 de setembro de 2008.

Senado Federal, website: <http://www.senado.gov.br/sf/>. Acesso em 15 de maio de 2008.

SIP, website: <http://www.portaldocomercio.org.br/sip/scr/indices/ndxVol.asp>. Acesso em 2 de dezembro de 2008.